



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROF. MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS E PRÁTICAS EM JORNALISMO**

LUAN MATHEUS DOS SANTOS SANTANA

**DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO E RE-EXISTÊNCIA DIGITAL:
um olhar decolonial sobre webjornalismo alternativo no Piauí**

TERESINA – PI

2021

LUAN MATHEUS DOS SANTOS SANTANA

**DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO E RE-EXISTÊNCIA DIGITAL:
um olhar decolonial sobre webjornalismo alternativo do Piauí**

Versão final da dissertação para obtenção do título de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Processos e Práticas em Jornalismo

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Fernandes Teixeira

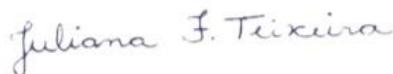
TERESINA – PI

2021

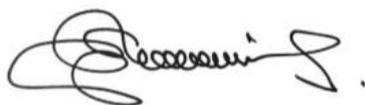
LUAN MATHEUS DOS SANTOS SANTANA

**DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO E RE-EXISTÊNCIA DIGITAL:
um olhar decolonial sobre webjornalismo alternativo do Piauí**

Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação.



PROFA. DRA. JULIANA FERNANDES TEIXEIRA
Presidente



PROF. DR. EDGARD PATRÍCIO DE LIMA FILHO
Examinador



PROFA. DRA. JACQUELINE LIMA DOURADO
Examinadora

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo investigar o webjornalismo alternativo na cidade de Teresina/Piauí, a partir da análise dos produtos jornalísticos dos portais OCorre Diário (ocorreidiario.com) e Fala Dirceu (faladirceu.com). A intenção é identificar de que forma a atuação desses cibermeios alternativos podem (ou não) contribuir para o avanço no exercício do Direito Humano à Comunicação (DHC) e para a construção de espaços de Re-existência Digital, no contexto em que são produzidos e circulados. Para isso, a pesquisa foi baseada em uma metodologia transdisciplinar, que mescla possibilidades analíticas de compreensão dos problemas com suas intersubjetividades a afetos. A transmetodologia (MALDONADO, 2002) nos possibilitou aplicar o método de análise de conteúdo (BARDIN, 1997), alinhado à aspectos da vida cotidiana, de um modo que possamos também obter pistas sobre os processos de produção. Todo o processo se deu a partir de uma perspectiva teórica de ruptura, tendo como referência o pensamento decolonial e as contribuições latino-americanas para o campo da comunicação. Com isso, além de um direcionamento teórico, assumimos o desafio de refletir sobre a comunicação nos marcos da decolonialidade. Ao final foi possível identificar elementos comuns que direcionam o Webjornalismo Alternativo do Piauí a um lugar de luta e exercício do direito humano a comunicação e de construção de espaços de re-existência no contexto digital. Fazem isso, na medida em que funcionam como e local de expressão de vozes historicamente silenciadas, a partir de outra perspectiva política e social, elaborando assim, novos modos de fazer e conteúdos distintos do jornalismo convencional.

Palavras-chave: webjornalismo alternativo. Direito humano à comunicação. Re-existência digital. Pensamento decolonial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Home page do Portal Ocorre Diário71
Figura 2	Home page do Portal Fala Dirceu86

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1	Gênero e Formato	78
Gráfico 2	Temática	79
Gráfico 3	Fontes	80
Gráfico 4	Produtores dos conteúdos	81
Gráfico 5	Origem	83
Gráfico 6	Proximidade	84
Gráfico 7	Gênero e Formato	91
Gráfico 8	Temática	93
Gráfico 9	Produtores dos conteúdos	94
Gráfico 10	Fontes	95
Gráfico 11	Proximidade	96

LISTA DE SIGLAS

ARPA	Advanced Research Projects Agency -
CETIC.Br	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CPCT	Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho
ECA/USP	
DC	Direito à Comunicação
DDHC	Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão
DHC	Direito Humano à Comunicação
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EPC	Economia Política da Comunicação
GJOL	Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIDCP	Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
TIC	Tecnologia da Comunicação e Informação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	18
Estado da arte: jornalismo alternativo, direito à comunicação e estudos decoloniais	18
1.1 O pensamento decolonial como matriz de uma outra epistemologia	20
1.2 Direito Humano à Comunicação e seu potencial re-humanizador	24
1.3 O jornalismo alternativo, comunitário e popular	30
1.4 Decolonialidade, re-humanização e diálogo: uma tríade para pensar práticas inovadoras e emancipatórias no webjornalismo alternativo	39
CAPÍTULO 2	43
Re-existência Digital: o jornalismo alternativo e o grito das vozes silenciadas	43
2.1 A internet: entre avanços e retrocessos	47
2.2 O jornalismo na internet: fases e conceituações	51
2.3 Apropriação social da tecnologia para uma re-existência digital	60
2.4 Re-existência em rede e os reflexos das Jornadas de Junho de 2013.....	64
CAPÍTULO 3	67
Os modos de ser do webjornalismo alternativo do Ocorre Diário e Fala Dirceu	67
3.1 Ocorre Diário	70
3.2 Fala Dirceu	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
Webjornalismo alternativo no Piauí, um lugar de exercício do Direito Humano à Comunicação e Re-existência digital	98
Referências	105
APÊNDICES	115

INTRODUÇÃO

Pensar a comunicação nos dias de hoje é pensar em um sistema em constante transformação, que vem sendo profundamente impactado pelo avanço da internet, dos dispositivos móveis e das tecnologias da comunicação e informação. Há um certo consenso no campo da comunicação de que esses avanços modificaram as práticas jornalísticas, formas de relacionamento e interação social, ao mesmo tempo em que possibilitaram o surgimento de outros formatos e modos de fazer comunicação.

Todavia, pensar a comunicação (e seus avanços) separada dos seus processos históricos, políticos e sociais é um erro que compromete e limita toda sua compreensão. Isso porque a comunicação é testemunha da história da humanidade; é arma de dominação e também de resistência; é, mais do que uma ferramenta, base e estrutura dos sistemas políticos desiguais e exploratórios; mas é central para as lutas e mobilizações sociais por direitos, dignidade e respeito.

Os avanços no campo da comunicação (aqui podemos mencionar a internet, os dispositivos de acesso e produção de conteúdo) geraram transformações profundas na sociedade, em especial, o jornalismo foi diretamente afetado por essas mudanças e vem ganhando novos contornos a partir da incorporação dessas tecnologias nas suas rotinas de produção e na circulação dos conteúdos. Não apenas a mídia hegemônica e os grandes conglomerados midiáticos, mas também a mídia alternativa vem sendo fortemente impactada por essas transformações.

As experiências de jornalismo alternativo se espalham na internet com mais velocidade, são vozes contrastantes em um país onde a concentração midiática ainda é exorbitante. Os quatro principais grupos de mídia do Brasil, por exemplo, concentram uma audiência nacional que ultrapassa 70% no caso da televisão aberta (INTERVOZES, 2017). Ou seja, em todo o país, quatro grupos empresariais controlam o que vai ou não ao ar na televisão.

De modo semelhante, a internet (embora com características distintas da televisão) ainda está longe de representar a democratização dos espaços de comunicação, uma vez que reproduz a mesma lógica dos grandes conglomerados de mídia e segue concentrando (e controlando) os acessos em uma escala global. O surgimento da Internet, apesar de ampliar o acesso à informação, aumentou ainda mais a concentração da produção de conteúdo (GÓES, 2012). Outro elemento que contribui para isso são os algoritmos, que ditam as regras de quem

terá mais ou menos visibilidade na internet. Um cenário responsável pela perpetuação e aprofundamento das desigualdades sociais e que, ao invés de democratizar, ameaça a democracia (O'NEIL, 2016).

Assim, mesmo com uma ampla diversidade territorial e cultural, o direito de dizer a sua palavra (ou o Direito Humano à Comunicação) ainda é restrito a uma pequena parcela da sociedade. O mundo moderno, tal qual hegemonicamente se constituiu, é resultado de fatores históricos que, à sua maneira, dividiram a humanidade entre os que teriam e os que não teriam direito a ter direitos. Assim, grupos, etnias e populações inteiras foram dominadas, subalternizadas e postas à margem dos processos de desenvolvimento.

A resistência tornou-se o meio pelo qual essas populações buscam sua sobrevivência, mesmo em cenários adversos e de concentração. Nos dias de hoje, o avanço da internet e a popularização dos dispositivos móveis (em especial os smartphones) vêm possibilitando o surgimento de um novo ambiente de disputa pela audiência na internet (BENTES, 2014).

A mídia convencional/hegemônica e a mídia alternativa (em geral articulada por grupos sociais subalternizados) se apresentam no mesmo ambiente (internet, redes sociais) e podem produzir conteúdo sobre os mesmos assuntos, embora com perspectivas, ferramentas, estrutura de trabalho e condições econômicas completamente distintas. Cenário que favorece a mídia hegemônica/convencional, detentora de maior poder econômico.

Esta pesquisa se desenvolve nos marcos de um sistema-mundo moderno/colonial (WALLERSTEIN, 2000), em meio a esse cenário de concentração midiática, maior acirramento na disputa pela audiência na internet, caracterizado por uma maior presença do jornalismo alternativo na web, assim como pela apropriação das novas tecnologias da comunicação para aperfeiçoamento das suas práticas. Tudo isso, somado ao crescimento do acesso à internet (PNAD, 2018) e a popularização dos dispositivos móveis como meios de acesso ao mundo digital.

Nesse contexto, onde as mudanças são cada vez mais rápidas e seus impactos cada vez mais significativos, é fundamental o aprofundamento de pesquisas capazes de analisar os cenários, iniciativas e práticas que emergem na vida cotidiana. Buscamos estudar cientificamente experiências jornalísticas em desenvolvimento no Piauí, de modo que sejam capazes de contribuir para a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos do jornalismo alternativo e dos estudos decoloniais aplicados à comunicação (como explicaremos mais adiante). Para tanto, iremos analisar neste trabalho duas experiências de webjornalismo alternativo que estão em execução em Teresina-PI. Trata-se do Portal *O Corre Diário* (ocorrediarario.com) e do Portal *Fala Dirceu* (faladirceu.com).

O OCorre é um site em formato de portal de notícias e que também tem presença nas redes sociais. Funciona de modo colaborativo e sem hierarquia funcional, agrega diversos ativistas sociais das mais diferentes causas. São, em essência, militantes sociais, comunicadores populares e jornalistas, que encontraram na comunicação e no jornalismo uma forma de insurgir contra ataques e violações aos direitos humanos sofridas nas periferias, produzindo conteúdo jornalístico, associado a estratégias de autodefesa e resistência.

O Fala Dirceu se define como um espaço para conversar, compartilhar e mostrar o bairro Dirceu, localizado na zona sudeste de Teresina. Busca, a partir da comunicação, falar sobre a periferia de uma outra forma, mostrando seus problemas, mas também suas potencialidades, cultura, moradores, comércio, etc. O Portal é formado por uma equipe de jovens que buscam divulgar ações do bairro Dirceu para o mundo através da internet e redes sociais.

Em comum, as duas experiências trazem perspectivas jornalísticas produzidas por fora dos grandes centros de produção, em que o foco é fortalecer a comunidade ao seu entorno e a luta por direitos sociais. As temáticas abordadas giram em torno de uma ruptura com o padrão pré-estabelecido do jornalismo convencional/hegemônico, trazendo para o centro as questões das comunidades periféricas de Teresina, em geral, as principais vítimas de violação dos Direitos Humanos fundamentais.

Nesse cenário, a comunicação (especialmente a digital) assume um papel central e o Direito Humano à Comunicação vem se posicionando com grande e atual desafio, especialmente no Brasil, onde a concentração midiática ainda apresenta números elevados, mantendo o controle e a audiência, especialmente nas mídias convencionais (TV e Rádio), mas também na internet. O webjornalismo alternativo passa a cumprir um importante papel na luta pelo direito humano à comunicação, na medida em que utiliza um espaço digital para a construção de vozes dissonantes da mídia convencional/hegemônica, pautando o interesse coletivo de comunidades, movimentos sociais e grupos subalternizados.

Apesar disso, o avanço da internet (e, conseqüentemente, dos produtos gerados por ela) segue uma lógica desigual, atrelado a fatores econômicos e políticos (conforme será detalhado no Capítulo 2). Assim, apesar da facilidade de acesso a determinadas ferramentas de produção e circulação de conteúdo, são esses fatores que ditam as regras e que são responsáveis por manter a hegemonia (GRAMSCI, 2002) da mídia convencional e o alto índice de concentração midiática. Portanto, não costuma ser interesse da mídia convencional/hegemônica refletir e debater acerca do Direito à Comunicação.

Nesse sentido, analisar os *Modos de Ser e Modos de Fazer* comunicação (produtos e processos) do webjornalismo alternativo, historicamente praticado por aqueles que buscaram construir meios de comunicação contra hegemônicos (FIGARO; NONATO; PACHI FILHO, 2018), nos parece ser um caminho mais adequado para refletir acerca do direito humano à comunicação no contexto digital. Afinal, esse modo de fazer jornalismo surge a partir do silenciamento, da necessidade de dizer aquilo que não é dito pela imprensa convencional/hegemônica e de questionar sua condição e as violações de seus direitos fundamentais.

São, portanto, espaços de resistência no contexto digital, o que iremos chamar ao longo desta dissertação de espaços de Re-existência Digital a partir de uma confluência com o pensamento decolonial. Porto-Gonçalves (2006) nos convida a pensar a resistência como um lugar de existir de novo, ou seja, um espaço onde seja possível externar tudo aquilo que foi usurpado e silenciado pelos processos de colonização. Re-existência Digital é, portando, espaços de celebração das existências plurais, com suas culturas, afetos, histórias e memórias que transitam pelo ambiente digital externando e visibilizando seus modos de vida.

Vale ressaltar que, utilizamos e utilizaremos ao longo desta dissertação, a expressão “*modos de ser*” (e mais introdutoriamente, *Modos de Fazer*) a partir de uma aproximação teórica entre conceitos que se encontram, ainda que indiretamente, na prática jornalística: o conceito de modos de vida associado aos conceitos de processos e práticas em jornalismo. O tema será melhor detalhado no Capítulo 3. Até aqui é importante destacar que quando falamos em “*Modos de Ser*” estamos falando de produtos jornalísticos alinhados a outros elementos da vida cotidiana; da mesma forma, quando falamos em “*Modos de Fazer*” estamos falando de processos com essas mesmas características.

Quando propomos a investigar o webjornalismo produzido por sujeitos historicamente invisibilizados e subalternizados, nos parece mais coerente refletir sobre esses aspectos a partir de teorias que, durante muito tempo, também foram invisibilizadas pelo processo hegemônico de produção do conhecimento, em geral, centrados no norte do mundo (Europa, Estados Unidos, etc.). Assim, assumimos o desafio teórico de “sulear” (optamos pelo termo “sulear” como um contraponto a ideia de “nortear”, que via de regra nos leva às ideias colonialistas do Norte. Assim, buscamos dizer que para este trabalho, nosso “norte” é o “sul”) nossa reflexão a partir de uma ruptura com o pensamento tradicional eurocêntrico e buscando dialogar, em especial, com referências da América Latina, a partir do pensamento decolonial (QUIJANO, 2005). Acreditamos que trazer os estudos decoloniais para a comunicação

alternativa é uma possibilidade de reescrever a história a partir de perspectivas outras, identificando outros modos de ser e fazer.

O uso da palavra “outros/as” no parágrafo acima (quando falamos em perspectivas e modos de ser e fazer) é intencional. Poderíamos optar por usar a palavra a “novo/a”, no sentido de apresentar “novidades” frente ao modo convencional de fazer comunicação. Todavia, não acreditamos ser esse o caminho. A comunicação que estamos analisando aqui, embora recente e envolta nos aparatos tecnológicos, não necessariamente é algo novo. Ao nosso ver, ela se configura como aquilo que é diferente, diverso, que não é o mesmo do convencional. Todavia, não necessariamente novo, já que há muito tempo os povos subalternizados produzem estratégias de comunicação.

Dito isso, o objetivo geral desta dissertação é analisar os modos de ser (conteúdos) do webjornalismo alternativo em Teresina/ Piauí, a partir do estudo de seus produtos jornalísticos, a fim de identificar de que forma sua atuação se configura (ou não) como lugar de exercício direito humano à comunicação e de construção de espaços de re-existência digital. Identificando ainda quais aspectos possibilitam (ou não) avanços na compreensão do pensamento decolonial para a comunicação. Na medida em que investigamos seus conteúdos, buscamos pistas iniciais acerca dos seus processos (modos de fazer).

Procuramos, de modo mais específico, situar o webjornalismo alternativo no contexto da luta pelo Direito Humano à Comunicação; relacionar os estudos decoloniais no contexto da comunicação e, em especial, do webjornalismo alternativo; e sistematizar os elementos comuns que estão postos para o exercício do Direito Humano à Comunicação no contexto digital. Para tanto, temos no Webjornalismo alternativo, Direito Humano à Comunicação e Pensamento Decolonial, as bases teóricas centrais para o desenvolvimento deste trabalho.

De um modo geral, acreditamos que o Direito Humano à Comunicação se materializa no desejo e necessidade das pessoas de dizerem sua palavra, expressarem sua opinião, manifestarem livremente seu pensamento (GUARESCHI, 2013, p.23). Portanto, nessa perspectiva, Direito Humano à Comunicação está relacionado à ideia de pluralidade, de espaço para que as minorias se expressem, se comuniquem e exponham sua visão de mundo.

A verdadeira comunicação não admite uma só voz, um só sujeito, a transmissão, a distribuição, um discurso único, mas sim a possibilidade de muitas vozes, alteridade cultural, independência e autonomia dos sujeitos, inúmeros discursos, enfim, estruturas radicalmente democráticas, participativas, dialógicas. (GOMES, 2007, p.29).

O Brasil, assim como os demais países latino-americanos, passou por um longo processo de colonização responsável pelo apagamento das culturas originárias e pela imposição de diversos elementos culturais europeus e norte-americanos. A luta pela independência desses países foi responsável pelo fim da colonização, entretanto, as marcas da colonialidade continuam até os dias de hoje (QUIJANO, 2005).

Ou seja, as imposições culturais, religiosas, teóricas, políticas foram introjetadas de tal forma que passaram a ser parte da vida desses sujeitos e se perpetuaram com passar do tempo. Embora os povos originários tenham seus cultos e Deuses próprios, a imposição do catolicismo transformou o Brasil em um dos bairros mais com mais adeptos da religião no mundo; a arte indígena foi, aos poucos, transformada em artesanato, enquanto o status de arte era dado apenas às peças europeias. São exemplos desse longo processo que buscou apagar e silenciar as expressões dos povos originários e que Quijano (2005) chamou de colonialidade.

Inicialmente é importante diferenciar “descolonização” de “decolonialidade”. Ao falar sobre o assunto, Balestrin (2013) explica que a “descolonização” indica a superação do colonialismo, enquanto a “decolonialidade” indica exatamente o contrário e procura transcender a colonialidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder (BALESTRIN, 2013).

Essa opção epistemológica busca avançar nos estudos decoloniais centrados na comunicação e ampliar as possibilidades de referências teóricas para o campo, promovendo uma ruptura teórica com o pensamento eurocêntrico e compreendendo que “ainda vivemos numa época de fortes algemas teóricas, imputadas por ideologias históricas, sob as quais se fundamentam as principais escolas científicas, voltadas quase que unicamente às teorias nortenhas” (TORRE, 2018). Estamos propondo pensar o Jornalismo Alternativo a partir de uma outra perspectiva epistemológica sem que para isso seja necessário abrir mão, em definitivo, do conhecimento produzido hegemonicamente, ao norte do mundo.

Para tanto, acreditamos que esse cenário pode ser melhor observado a partir de um método transmetodológico, que compreenda os contextos de estudos a partir da sensibilidade e dos afetos, onde o método se submete às necessidades, exigindo um conjunto de metodologias que permitam o mergulho na realidade a ser estudada (MALDONADO, 2002). Nessa proposta, Maldonado (2020) acredita que é preciso confluir várias estruturações teóricas (“*disciplinas*”) para realizar abordagens consistentes. Assim, “a dimensão sensitiva e emotiva de nossos afazeres de pesquisa têm um papel crucial na construção dos objetos de conhecimento, sem paixão o pouco que aflora resulta enfadonho e repetitivo” (MALDONADO, 2002. p.8).

Sistematizando o pensamento de Maldonado, Aguiar (2011) aponta três dimensões necessárias para o aprofundamento das pesquisas que adotam a perspectiva transmetodológica. São as dimensões “da contextualização do problema/objeto situando-os nos seus múltiplos contextos; da pesquisa empírica como recurso metodológico; e, da práxis teórica como meio de trabalhar com os conceitos de forma crítica e renovadora.” (AGUIAR, 2011, p.2). Essas características trazem para o campo a possibilidade de pesquisas baseadas na interligação de saberes, vivências, tecnologias e estratégias metodológicas (AGUIAR, 2011).

Com esse direcionamento, vamos utilizar um cruzamento de métodos e técnicas de pesquisa, que juntos se fazem capazes de possibilitar respostas às perguntas feitas nesta dissertação. Lançamos mão de um Estudo de Caso a partir de Yin (2001), tendo como ferramenta a Análise de Conteúdo de Bardin (2011).

O estudo de caso, segundo Yin (2001), é um método de investigação que objetiva compreender os diversos fenômenos sociais, em que não há definição substancial entre os limites do fenômeno e os conceitos. Assim, utilizaremos a estratégia utilizada para um estudo de caso qualitativo, defendida por Godoy (1995), em que o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados. O autor defende que a opção pela metodologia qualitativa se faz após a definição do problema e do estabelecimento dos objetivos da pesquisa que se quer realizar. (GODOY, 1995, p.63).

A opção pela AC, todavia, não isola sua análise unicamente nos produtos, pelo contrário, busca trazer uma complementaridade entre produtos e processos. Acreditamos que esses produtos e processos são parte de um todo. Como defendem Maia e Silva (2011), o processo nem sempre desaparece no produto, pelo contrário, o processo pode manifestar-se no produto.

Para as autoras, a fragmentação das análises nas pesquisas em comunicação, possuem uma razão de ordem epistemológica: o esquematismo dos modelos de comunicação tradicionais, que separam produção (emissão), produto (meio/mensagem) e consumo (recepção) em categorias estanques (MAIA, SILVA, 2011, p.21). Assim, a partir de uma análise minuciosa dos produtos, acreditamos ainda obter elementos capazes de indicar alguns elementos das rotinas e organização de trabalho e como eles influenciam na construção dos produtos.

No estudo das reportagens, utilizaremos procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011), por meio da utilização de um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de

descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p.47).

Ao longo da pesquisa buscamos identificar categorias para classificação do formato de produção jornalística na periferia, com análise do material, aplicação das práticas de categorização dos dados, sendo feito através da análise temática que é apresentada por Bardin (1997) como a “contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada” (BARDIN, 1997, p.77).

Para Traquina (2005), a notícia é resultado de um processo de produção definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto – as notícias. (TRAQUINA, 2005, p.180). Alsina (2009) reforça essa ideia, ao falar da complexidade da produção da informação e da fase oculta da construção da notícia, onde a própria mídia esconde esses processos e busca transmitir uma autoimagem de receptores e transmissores da informação. A sua atividade se reduz, então, à procura pelas notícias e à utilização de uma tecnologia para sua difusão (ALSINA, 2009, p.11).

Como proposto nesta pesquisa, vamos analisar os modos de ser (produtos), a partir dos quais buscaremos pistas iniciais dos modos de fazer (processos) no webjornalismo alternativo do Piauí, a partir do estudo dos casos dos veículos Ocorre Diário e Fala Dirceu. A princípio o objetivo era analisar os produtos e processos, o que foi inviabilizado em virtude da Pandemia da Covid-19.

Para tanto, analisaremos os conteúdos publicados nos portais da internet de cada veículo, assim como seus respectivos perfis do Instagram (em ambos os casos, essa é a rede social que mais se destaca em capacidade de interação e circulação de conteúdo). Quanto aos portais, nossa análise foi feita em um recorte temporal de dois meses, entre Fevereiro e Março de 2020. Foram analisados todos os conteúdos publicados neste período por ambos os portais. As publicações serão catalogadas, com identificação dos temas, editoriais, quantidades de visualizações e autoria.

Embora ambos os veículos analisados alimentem outras redes sociais (como Facebook Youtube e Twitter), neste trabalho optamos por analisar apenas o Instagram, uma vez que, nos dois casos, ele é a rede social com maior audiência e capacidade de engajamento e circulação de conteúdo.

Os perfis do Ocorre Diário (@ocorrediarario) e Fala Dirceu (@faladirceu) serão analisados empregando a amostragem não probabilística de semanas compostas (FONSECA

JR., 2009), que nos possibilitou ter duas semanas completas de análise, de segunda a sexta-feira (analisamos apenas os dias úteis).

Mesmo cientes das críticas existentes a essa técnica de análise de conteúdo, acreditamos ser uma estratégia válida diante da heterogeneidade do *corpus* e da possibilidade de testar de forma mais abrangente a periodicidade das publicações. Para tanto, seguiremos a sequência proposta por Fonseca (2009), onde inicialmente se define o período de data da semana que dará início às composições e, dentro dessa semana, o dia em que se deseja começar a análise, geralmente uma segunda-feira. Na seguinte, o dia escolhido será terça-feira, na semana posterior a quarta-feira e assim por diante. (FONSECA JR., 2009, p.293).

Esta dissertação será dividida em introdução, três capítulos e as conclusões finais. No capítulo inicial trazemos um Estado da Arte, apresentando um percurso teórico, histórico e conceitual acerca da comunicação alternativa, do direito humano à comunicação e do pensamento decolonial. Para além de refletir sobre seus conceitos, trazemos ainda elementos e ideias que, não só aproximam esses conceitos, mas abrem caminhos para o impulsionamento de perspectivas inovadoras em Jornalismo alternativo.

No capítulo seguinte, trazemos uma reflexão mais específica sobre o uso da internet pelo jornalismo alternativo e qual a contribuição que um exerce sobre o outro. Assim, buscamos neste capítulo conceituar o webjornalismo, apresentando suas fases e evolução, compreendendo como os meios alternativos podem se apropriar das novas tecnologias e quais os reflexos disso para a difusão dos meios alternativos, sobretudo após as Jornadas de Junho de 2013.

O terceiro capítulo é composto pela análise dos dados obtidos com esta investigação, onde apresentamos os modos de ser no OCorre Diário e Fala Dirceu, categorizando os elementos que compõem os conteúdos e indicando as pistas iniciais dos modos de fazer (processos).

Por fim, nas considerações apresentamos uma análise mais aprofundada dos dados sistematizados no capítulo anterior, indicando os elementos que possibilitam tanto o avanço no exercício do direito à comunicação, quando a conformação de espaços de re-existência digital por meio das iniciativas investigadas.

CAPÍTULO 1

Estado da arte, ideias e confluências: jornalismo alternativo, direito humano à comunicação e estudos decoloniais

Neste capítulo buscamos traçar um caminho teórico/epistemológico de confluências entre as ideias de webjornalismo alternativo, direito humano à comunicação e estudos decoloniais, a fim de propor uma tríade necessária para pensar práticas outras em comunicação e jornalismo na web, bem como elementos inovadores no fazer comunicacional.

Apresentaremos a seguir um Estado da Arte, compreendido aqui conforme Adaid (2016), como um estudo histórico e sistemático, com o objetivo de delimitar o que pensam os autores sobre o tema, para evitar a realização de uma pesquisa cujo assunto já tenha sido sedimentado ou saturado (ADAID, 2016).

Como dito na introdução desta dissertação, optamos por utilizar a palavra “outro” ao invés de “novo” para designar as práticas aqui analisadas, por entender que o exercício do jornalismo alternativo não é algo necessariamente novo. Entretanto, a apropriação das tecnologias digitais proporcionou o surgimento de outros processos no campo alternativo.

Assim, o fato da prática em jornalismo alternativo não ser algo novo, todavia, não significa a ausência total de aspectos inovadores. Isso porque a inovação extrapola os limites da novidade. Fernandes e Silva (2019) nos lembram que no século passado, a inovação foi inserida na sociedade dentro do imaginário do progresso, ou seja, estava diretamente associada ao aumento da eficácia e da produtividade, onde passou a ser entendida enquanto útil para a produção de um melhor rumo para as coisas. A inovação, neste contexto, foi aparato instrumental de mudanças profundas e permanentes que produziam avanço e progresso (FERNANDES & SILVA, 2019, p.19).

Assim, seu conceito ganha força junto ao desenvolvimento tecnológico, alinhando-se ainda mais a ideia de “ação útil”, ou seja, uma invenção ou descoberta que pudesse ser aplicada e comercializada. A posse das inovações, via de regra, estava reservada a uma aristocracia intelectual ou aos técnicos com conhecimentos científicos especializados (FERNANDES & SILVA, 2019). Um cenário que conduziu à seguinte configuração:

A inovação se configura instrumento de poder, constituindo-se ferramenta de prestígio social, poder político e econômico. Ao ingressar nas políticas públicas e nas agendas de governos, torna-se instrumento de competitividade industrial, poder militar e político, e de soberania nacional; para grandes empresas, inovação significa também vantagem competitiva no âmbito do mercado (FERNANDES & SILVA, 2019, p.22).

Esses aspectos históricos, ainda que resumidos, denotam os aspectos econômicos às quais esse conceito foi sendo trabalhado ao longo da história. Entretanto, e justamente em função desse panorama tão complexo, buscamos aqui delimitar o que compreendemos como inovação alinhada a uma perspectiva decolonial, ainda que sem a mínima pretensão de esgotarmos um assunto de tal magnitude ou mesmo propor conceitos definitivos que ajustem as muitas arestas desse âmbito de discussão.

Assim, nosso ponto de conexão para este trabalho (não poderíamos dizer ponto de partida, já que se trata de uma pesquisa decolonial que sugere mais uma circularidade ou um ponto de mutação do que o “já visto e já dado” do que propriamente uma partida. Então dizemos conexão, pois é o ponto que nos leva a outros) começa em acordo com Palacios, Barbosa, Firmino e Cunha (2015), considerando a inovação como um processo, às vezes lento e gradual, que “não implica necessariamente em rupturas ou bruscas descontinuidades, embora tais eventos possam ocorrer” (PALACIOS, BARBOSA, FIRMINO E CUNHA, 2015, p.14).

Autores como Rogers (1983), Steinbock (2005) e Tourinho (2010) consideram a inovação enquanto uma ideia ou prática percebida como novo. No campo da comunicação digital, elas se apresentam como produtos de mercado, com formas de uso diversas. Nessa compreensão mais hegemônica do termo, a inovação é diretamente relacionada ao novo, às novas tecnologias e desenvolvimento científico e tecnológico.

O desafio não é apenas tecnológico e o novo, todavia, não precisa ser algo nunca visto. Ele pode ser também algo visto por outras perspectivas. Inovar também é ver com outros olhos, se contrapor aos discursos dominantes, mesmo que sem romper em definitivo com suas lógicas hegemônicas (FERNANDES & SILVA, 2019). Portanto, quanto optamos pelo termo “outro” estamos optando por um termo com potencial inovador, embora não precise ser algo necessariamente novo.

Conforme Silva (2017), uma sociedade funciona através de suas instituições e instituições hegemônicas moldam culturas hegemônicas difíceis de serem quebradas, a exemplo da forma como o colonialismo excluiu a ética dos processos de inovação para criar (e desenvolver) um modelo universal de sociedade capitalista ideal para ocidentalizar o mundo (SILVA, 2017).

Só instituições contra hegemônicas, éticas, podem parir uma ordem cultural ‘outra’, prenhe de indignação e esperança, as parteiras de uma sociedade outra, cuja visão de mundo é radicalmente diferente da anterior, com implicações emancipatórias para seus sistemas de educação, comunicação, cooperação, pesquisa, extensão, enfim, inovação (SILVA, 2017, p.355).

Assim, podemos dizer que a busca por conteúdos inovadores é também a busca por outra prática profissional no jornalismo, que vá de encontro ao que se constituiu hegemonicamente como profissão. Embora existam cada vez mais experiências fora das mídias convencionais ou até mesmo fora do que é tradicionalmente visto como jornalismo (GYNNILD, 2014), os meios de comunicação alternativos, em geral, são ignorados ou preteridos, que podemos considerar como uma semente da mudanças ainda ignorada.

Para Jenkins (2008) o poder da comunicação alternativa está na sua diversidade, portanto, a inovação se associa a necessidade de ampliar esse fluxo, com maior interação e participação. Ou seja, “expandir os potenciais para a participação representa a maior oportunidade para a diversidade cultural”. (JENKINS, 2008, p.326).

O jornalismo alternativo emerge, portanto, como um terreno fértil para inovações, na medida em que propõe pensar a comunicação sob outros primas. Nos marcos na decolonialidade, a inovação se configura como possibilidade de criar e fazer outros mundos possíveis, outras práticas comunicacionais a partir de outras ideias, epistemologias e organização social.

1.1 O pensamento decolonial como matriz de uma outra epistemologia

Já se passaram 528 anos desde que Cristóvão Colombo desembarcou nas Bahamas em busca de uma rota alternativa para as Índias e deu início ao processo de colonização europeia sob o continente americano. Oito anos depois de Colombo (no ano de 1500), foi a vez de Pedro Álvares Cabral chegar ao território que conhecemos hoje por Brasil. De lá pra cá muita coisa aconteceu e não nos propomos aqui a fazer esse trajeto histórico, mas a compreender os reflexos que esses processos seculares ainda trazem para nossas vidas.

Em 2022, completará dois séculos desde que o Brasil deixou de ser uma colônia portuguesa e passou a ser uma nação independente. Todavia, menos de 40 anos separam os dias atuais do último processo de independência de um país latinoamericano (São Cristóvão e Nevis) e, mesmo no século XXI, ainda há muitos países comandados por potências colonizadoras ao redor do mundo, a exemplo da Guiana Francesa (França), Ilhas Geórgia do

Sul e Sandwich do Sul (Reino Unido) e Ilhas Malvinas (Reino Unido) – para citar apenas as colônias da América do Sul.

Longe de ser uma discussão reservada ao passado, a colonização guarda marcas históricas, culturais e políticas que influenciam, nos dias de hoje, até mesmo os países independentes. No caso brasileiro são dois séculos de “independência” e mais de três séculos de colonização. Sob o uso da força, os colonizadores impuseram aos povos originários de Abya Yala (como era chamada a América Latina antes da chegada dos portugueses) suas culturas, costumes, religião, modos de organização social e política.

Os povos originários (indígenas), vivendo a seu modo, não tinham as mesmas tecnologias que os colonizadores, não falavam a mesma língua e nem adoravam o mesmo Deus. Foram reduzidos à condição de aculturados e analfabetos, de onde o conhecimento não era importante e seus saberes dispensáveis. Assim, a população colonizada foi despojada de seu conhecimento intelectual e de seus meios de expressão externalizantes ou objetivantes (QUIJANO, 2000, p.378). O processo de colonização roubou a humanidade dos povos indígenas de Abya Yala, assim como fez com africanos escravizados trazidos para o Brasil e vendidos como animais.

A esse processo (que trouxe aqui de modo bem resumido¹), deu-se o nome de colonialidade. Mignolo (2017) nos lembra que a “colonialidade” é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, no final dos anos 1980, portanto um campo ainda muito recente dos estudos sociais. Para Quijano (2000), a colonialidade se configura com um dos elementos que constituem o padrão mundial de dominação capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racializada da população e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência social cotidiana (QUIJANO, 2000, p.342).

Fanon (2003) considera o mundo colonial como um mundo maniqueísta, ou seja, não basta a limitação do poder é necessário excluir a ética e os valores dos sujeitos, tornando-os inimigos desses valores. Neste sentido, ele é um elemento corrosivo de tudo o que o cerca, elemento deformador, capaz de desfigurar tudo que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas. (FANON, 2003, p.32).

Assim, é possível compreender que a colonialidade está na superioridade de uns sobre outros (colonialidade do “poder”), mas também se localiza na “cultura” (relacionada ao imaginário social), no “saber” (relacionada à produção hegemônica de conhecimento) e no

¹ Sobre o processo você pode ver mais em Silva e Bicalho (2018) e Mignolo (2017)

“fazer” (relacionada ao cotidiano). Esses quatro elementos da colonialidade foram articulados por Villanueva (2017), a partir do pensamento de Quijano, Mignolo e Maldonado-Torres.

O movimento decolonial não se baseia apenas em suprimir o processo colonial de nossa história, não se trata apenas de descolonizar os territórios colonizados, mas assumir uma postura de luta contínua para escrever uma nova história dos colonizados como atores sociais partícipes do processo, e não como simples agentes moldáveis, submissos e subordinados. A decolonialidade refere-se ao processo que busca transcender historicamente a colonialidade e supõe um projeto mais profundo, uma tarefa urgente de subversão do padrão de poder colonial no presente tendo em vista o futuro. (BICALHO & SILVA, 2018, p.250).

Esse é um processo que tem sua base originária localizada na América latina. Aqui começou e depois espalhou-se para o mundo. Assim, conforme Quijano (2000), a população de todo o mundo foi classificada, em primeiro lugar, em identidades "raciais" e dividida entre os dominantes/superiores "europeus" e os dominados /inferior "não europeu".

Colonialidad es un concepto diferente de, aunque vinculado a, Colonialismo. Este último se refiere estrictamente a una estructura de dominación/explotación donde el control de la autoridad política, de los recursos de producción y del trabajo de una población determinada lo detenta otra de diferente identidad y cuyas sedes centrales están además en otra jurisdicción territorial. Pero no siempre, ni necesariamente, implica relaciones racistas de poder. El Colonialismo es obviamente más antiguo, en tanto que la Colonialidad ha probado ser, en los últimos 500 años, más profunda y duradera que el Colonialismo. Pero sin duda fue engendrada dentro de éste y, más aún, sin él no habría podido ser impuesta en la intersubjetividad del mundo de modo tan enraizado y prolongado. (QUIJANO, 2000, p. 381)².

As opções descoloniais são um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade (MIGNOLO, 2017, p.6). Assim, a compreensão do par colonialidade-modernidade é fundamental para a compreensão do pensamento decolonial. Mignolo (2017) defende que a colonialidade é o lado mais escuro da modernidade, ou seja, para ele não há modernidade sem colonialidade. Sua

² Tradução livre: Colonialidade é um conceito diferente, embora ligado ao colonialismo. Este último se refere estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma determinada população é mantida por outra, com uma identidade diferente e cuja sede central está em outro território. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações de poder racistas. O colonialismo é obviamente mais antigo, enquanto a colonialidade tem se mostrado, nos últimos 500 anos, mais profunda e durável do que Colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrado dentro dele e, além disso, sem ele não poderia ser imposta à intersubjetividade do mundo de forma tão arraigada e prolongada.

tese é que a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa e que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. (MIGNOLO, 2017, p.2).

Dessa forma, se constitui o imaginário do mundo moderno/colonial (MIGNOLO, 2005), onde a colonialidade é responsável por manter as marcas dos processos de colonização latentes. Por isso, Mignolo acredita que é preciso mudar os termos da conversa e não apenas o conteúdo. Pensar e agir de modo a superar essas marcas, inventando, criando e recriando possibilidades; aprendendo, desaprendendo e reaprendendo. (WASH, 2013).

Desse modo, o pensamento decolonial não assume nesta pesquisa um direcionamento único, pelo contrário, busca apresentar uma diversidade epistemológica historicamente silenciada. Assim, a “colonialidade” pode ser entendida, conforme Mignolo (2017), como uma resposta específica à globalização e ao pensamento linear global.

A opção decolonial não visa ser a única opção. É apenas uma opção que, além de se afirmar como tal, esclarece que todas as outras também são opções, e não simplesmente a verdade irrevogável da história que precisa ser imposta pela força. Isso simplesmente é o tratado político, em uma frase, escrito pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN): um mundo em que muitos mundos coexistirão. (MIGNOLO, 2017, p.13).

O que dissemos até aqui reafirma a necessidade de quebrar as algemas teóricas impostas pelo modo que, hegemonicamente, o mundo concebeu o pensamento científico, euro centrado. Fazemos isso, portanto, compreendendo que esse processo é responsável por trazer a luz epistemologias capazes de afirmar e reafirmar outros modos de vida, de ser e de fazer. Entendemos que esse processo, mesmo tão complexo e prolongado, não foi capaz de apagar por completo as histórias, memórias e subjetividades dos povos originários, subalternizados e oprimidos (MIGNOLO, 2017).

Se a colonização foi responsável por usurpar a cultura, memória, modos de vida e, em última instância, a humanidade dos povos colonizados; e se a colonialidade foi responsável por manter essa marcas desde primórdios até os dias de hoje, com reflexos sobretudo na população negra, indígena, periférica; acreditamos que a decolonialidade, mais que um elemento para superar a colonialidade, é o caminho para a emancipação dos sujeitos subalternizados e oprimidos.

Trazemos essa discussão logo no início desta dissertação como uma tentativa de explicitar a importância do pensamento decolonial para a condução teórica das análises que serão desenvolvidas aqui. Desde a compreensão geral da sociedade até os pontos mais

específicos do jornalismo e da comunicação, os estudos decoloniais trazem novas perspectivas de análise e compreensão da realidade, assim como das práticas do jornalismo.

A decolonialidade surge não como um conceito que nos aprisiona em um espaço/tempo, mas que liberta as potências analíticas e de compreensão da realidade, para além daquilo que hegemonicamente vem sendo universalizado na sociedade e nas relações sociais. Isso porque, o que se busca aqui é uma superação da ideia de padronização dos modos de vida (mundo uno), abrindo caminho para o resgate da ideia de pluriverso (mundo plural), um mundo onde caibam vários mundos.

1.2 O Direito Humano à Comunicação e seu potencial re-humanizador

Antes de adentrar nos aspectos mais específicos do Direito Humano à Comunicação, se faz necessário abrir uma discussão acerca do conceito de Direitos Humanos e sob qual perspectiva este trabalho se sustenta. Afinal, as discussões em torno desse conceito não ocorrem em uma via de mão única, pelo contrário, vem sendo alvo de intensos debates contemporâneos e rupturas históricas.

Há 72 anos, os países que colonizaram boa parte do mundo e contribuíram para os processos de escravização e genocídio em escalas globais, se atentaram para a dimensão humana, a partir de um esforço internacional para reestabelecimento da “paz mundial” e defesa dos Direitos Humanos. No dia 10 de dezembro de 1948 um grupo de 48 países votou a favor da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH.

Apesar das contradições naturais desse processo, a data tornou-se um marco muito importante na luta pelos Direitos Humanos no mundo. Mas não podemos esquecer o contexto no qual a declaração foi construída. A 2ª Grande Guerra Mundial havia acabado de terminar e deixava um lastro de destruição em escala mundial, desde horrores do holocausto até a destruição provocada pelas bombas atômicas que atingiram Hiroshima e Nagasaki. Mais de 85 milhões de mortes estavam na conta e na história da guerra.

As atrocidades precisavam dar lugar a outro cenário. Assim, os ganhadores da segunda guerra mundial (em especial os Estados Unidos) logo começam a buscar formas para promover a "paz e a democracia" no mundo. Os Direitos Humanos emergiram, nesse contexto, como elemento fundamental para superar os abalos ainda pulsantes da barbárie da guerra recém-encerrada.

Todavia, a Declaração Universal dos Direitos, que nasceu com esse propósito, não refletiu as diferentes culturas, modos de vida e organização dos povos ao redor do mundo. Para Casali (2014), a DUDH pode ser considerada uma declaração politicamente e ideologicamente híbrida, que sintetizou princípios de 1789 (Revolução Francesa) e de 1917 (Revolução Soviética). Para Hailer (2014), ao fazer isso, os países que construíram a declaração assumem uma posição que, ao contrário de universalizar os direitos, ocultam trajetórias de lutas por Direitos Humanos desenvolvidas por países que passaram por processos de colonização, a exemplo:

Recorde-se, apenas, que a Revolução Francesa, tida como um momento da consolidação da liberdade, igualdade e fraternidade, não reconheceu direito às mulheres tampouco questionou a escravidão da população negra. Foi a revolução do Haiti, em 1804, que se torna, então, a primeira nação negra, de escravos iletrados, a se tornar independente e abolir a escravidão e estabelecer, dentre outros, direitos iguais para filhos nascidos fora do matrimônio, a possibilidade de divórcio. (HAILER, 2014).

Assim, mesmo sem um amplo debate mundial (menos de 10 países se envolveram de forma mais direta no esboço da Declaração), os Direitos Humanos foram universalizados. A Declaração foi assinada em 1948 por 48 países e hoje agrega todos os 193 países que compõem a Organização das Nações Unidas – ONU.

Apesar das contradições pulsantes, o que nos leva à necessidade de pensar os Direitos Humanos sob outro prisma, não negamos aqui a existência de um esforço internacional nos últimos 70 anos para que os Direitos Humanos fossem considerados um ideal comum a todos os povos. Exemplo disso é a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (1948), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica (1969), o Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos – PIDCP (1966) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (1966), que compõem alguns dos principais documentos internacionais de garantia desses direitos, dos quais o Brasil é consignatário.

Criados no contexto da Guerra Fria (1947-1991), esses documentos sintetizam um pensamento nortista e eurocêntrico, sendo base da Teoria Tradicional dos Direitos Humanos. Entretanto, quase sete décadas depois, os aspectos políticos, epistemológicos e a ineficiência prática da aplicação desses direitos colocam em xeque aquilo que o mundo hegemonicamente conhece como Direito Humano.

Juristas contemporâneos como Flores (2009), Gallardo (2014) e Carballido (2013) vêm formulando novas ideias e questionando a aplicação dessas declarações e pactos nacionais e internacionais (que são parte da Teoria Tradicional dos Direitos Humanos) nos dias de hoje. Hailer (2014) diz que é preciso descolonizar os Direitos Humanos, abandonando a matriz hegemônica que constitui a teoria tradicional e criando novas matrizes de compreensão desses direitos.

Flores (2009), Gallardo (2014) e Carballido (2013) acreditam que a teoria tradicional possui uma lógica simplista, na qual os Direitos Humanos são tidos como algo que nos impulsiona à criação de leis (ou outros documentos normativos), com o objetivo de outorgar-se um reconhecimento e uma aplicação universal (FLORES, 2009, p.26), são reduzidos apenas a instrumentos normativos do direito.

Por compreender que os Direitos Humanos podem (e devem) ser muito mais do que isso, optamos por guiar este trabalho a partir de uma concepção crítica dos Direitos Humanos, conforme propõem Flores (2009) e Gallardo (2014). Segundo Gallardo (2014), o fundamento desses direitos não está nos códigos e nas leis, mas sim na luta; e sua eficácia se relaciona diretamente com a capacidade de mobilização social. Flores (2009) vai no mesmo sentido quando afirma que se trata de uma complexa e não tão simples quanto aparenta:

Os direitos humanos, mais que direitos "propriamente ditos", são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida. Como vimos, os direitos humanos não devem confundir-se com os direitos positivados no âmbito nacional ou internacional. Uma constituição ou um tratado internacional não criam direitos humanos. (FLORES, 2009, p.28).

Nessa perspectiva, os Direitos Humanos não se confundem com leis, pactos e declarações internacionais, ao contrário, se caracterizam como objeto que as normas internacionais pretendem regular (FLORES, 2009, p.18). O objetivo, portanto, é adequar as discussões sobre os direitos humanos ao contexto atual, entendendo-o como algo diferente daquilo que se expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Herrera Flores (2009) propõe pensar os Direitos Humanos por fora das imposições do colonialismo, buscando respostas nos setores periféricos e subalternizados, em geral, os que mais sofrem com as violações desses direitos.

Uma teoria crítica do direito deve se sustentar, então, sobre dois pilares: o reforço das garantias formais reconhecidas juridicamente, mas, igualmente, o empoderamento dos grupos mais desfavorecidos ao lutar por novas formas,

mais igualitárias e generalizadoras, de acesso aos bens protegidos pelo direito. (FLORES, 2009, p.59).

O autor aponta cinco deveres básicos fundamentais para construção de uma nova cultura dos Direitos Humanos, livre de imposições colonialistas ou universalistas: reconhecimento, respeito, reciprocidade, responsabilidade e redistribuição. Nesse sentido, é preciso que todos, sem exceção, reconheçam o direito a reagir (seu e do outro) culturalmente diante das relações em que se vive, com respeito à situação de cada pessoa, de modo a conseguir perceber quem vive em situação de privilégio e quem vive em situação de subordinação. A partir disso, é preciso reciprocidade como forma de saber devolver para o outro o que foi tomado para assegurar os privilégios e responsabilidade para fazer isso. O último passo é a redistribuição, com o estabelecimento de regras jurídicas e ações políticas para a construção de um caminho para a dignidade humana (FLORES, 2009).

Por essas razões, a nossa definição opta por uma delimitação dos direitos em função de uma escolha ética, axiológica e política: a da dignidade humana de todos os que são vítimas de violações ou dos que são excluídos sistematicamente dos processos e dos espaços de positivação e recorda-imune de seus anseios, de seus valores e de suas concepções a respeito de como deveriam ser entendidas as relações humanas na sociedade. (FLORES, 2009, p.107).

Assim, acreditamos que os Direitos Humanos são um processo e não um resultado, da mesma forma que a comunicação. Na mesma perspectiva que sustenta a Teoria Tradicional dos Direitos Humanos, os eixos que permeiam o Direito Humano à Comunicação aparecem pela primeira vez na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (DDHC), em 1789, durante a Revolução Francesa (1789-1799), que trazia o tema focado na liberdade de expressão.

O Artigo 11º da Declaração diz: “A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei” (DDHC, 1789).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, também incluiu o direito à informação como Direito Humano fundamental. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica (1966), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) e a própria Constituição Federal do Brasil (1989) focam na liberdade de expressão e pensamento.

As declarações e pactos internacionais e nacionais apresentam duas dimensões ligadas ao Direito Humano à comunicação: a primeira relacionada à liberdade de informar e ser informado e a segunda ao direito de se expressar por quaisquer meios ou formas. Vannuchi (2018) explica que o direito à comunicação nasce a partir da compreensão de que direito à informação e liberdade de expressão eram conceitos insuficientes para contemplar as garantias necessárias ao exercício da comunicação (VANNUCHI, 2018, p.169).

O próprio conceito de direito à informação é normalmente percebido como direito de ser informado, de receber informação. Coisa distinta é o “direito de comunicar”, concebido nos anos 1970. Entre as novidades introduzidas com a difusão do conceito, sobretudo após a publicação do Relatório MacBride (UNESCO, 1980), está o compromisso com a democratização da informação e com a multiplicidade de vozes, entendendo o direito à informação também como a liberdade que toda pessoa tem de produzir informação e ser ouvida, e não somente de consumir informação produzida por outro. (VANNUCHI, 2018, p.169).

Guareschi (2013) defende que o direito humano à comunicação consiste em um direito mais amplo, que vai além da liberdade de opinião, de expressão, de investigação e de difusão. Para ele, instâncias sociais como a liberdade, democracia, política e ética são impensáveis fora do exercício do direito à comunicação.

Ele faz parte do próprio ser humano. É um direito que o explicita, o desdobra, o multiplica e o complementa, plenificando-o como ser humano. Ser humano é comunicar-se. É uma dimensão intrínseca de seu ser. Todos os demais direitos, poder-se-ia dizer, têm como origem essa dimensão comunicativa do ser humano. (GUARESCHI, 2018, p.176).

Portanto, o que Guareschi (2018) nos propõe a pensar é a centralidade do direito à comunicação como elemento chave para a luta, acesso e garantia de outros direitos humanos fundamentais, como direito à moradia, à saúde, à educação, etc. O autor acredita que é através da apropriação dessa dimensão comunicativa que o ser humano poderá agregar mais ferramentas para reivindicar outros direitos.

Pensar o Direito Humano à Comunicação a partir das comunidades, dos povos periféricos e subalternos é uma opção teórico-prática que nos aproxima tanto da Teoria Crítica dos Direitos Humanos quanto do pensamento decolonial, na busca por uma nova perspectiva distante das imposições colonialistas.

[...] a emergência de uma concepção crítica de direitos humanos representa um movimento importante de abertura do campo jurídico às problematizações políticas e sociais advindas desse contexto contraditório e ainda distantes dos marcos normativos, na medida em que o conhecimento e a prática jurídicos necessitam oferecer respostas aos conflitos sócio-políticos ainda latentes na América Latina e no mundo. (CASTILHO, 2013, p.179).

A teoria crítica e a proposta de Reinvenção dos Direitos Humanos de Flores (2009) mescla elementos da perspectiva decolonial e do pensamento crítico dos Direitos Humanos (CASTILHO, 2013). Carballido (2013), ao analisar a obra de Flores (2009) sob uma ótica decolonial, defende que o autor estabelece sua narrativa a partir dos sujeitos oprimidos e da crítica à dimensão colonialista da modernidade, o que faz com que ele amplie seu horizonte emancipatório,

partir de uma lógica intercultural ou intersticial permite com que o autor, em que pese sua origem e formação europeia, busque construir um pensamento crítico dos direitos humanos assentado nas preocupações próprias do contexto latino-americano, em um diálogo que possibilite a realização do contato entre as tradições emancipatórias do ocidente com o pensamento desenvolvido nos países do Sul Global (CARBALLIDO, 2013, p.24)

Essa ideia se reforça na medida em que compreendemos a importância da comunicação como processo. Nenhuma sociedade pode se manter, muito menos se transformar, sem que haja algo que a sustente e a reproduza socialmente. Esse é o papel dos meios de comunicação (GUARESCHI, 2013, p.34). Camba (2015) defende que a comunicação é praticamente inerente à condição humana. Para ele, isso possibilitou que, ao longo do tempo, fôssemos criando, adquirindo, reproduzindo e transformando as várias formas de cultura que surgiram no planeta (CAMBA, 2015, p.11). Partimos dessa premissa para trazer à tona a importância da comunicação para o desenvolvimento das sociedades e, sobretudo, na sociedade contemporânea.

Chegamos à era em que a comunicação ocupa todo os espaços e penetra em todos os interstícios da vida nas suas múltiplas formas, pictórica, sonora, escrita, digital e analógica, interpessoal e de massa, a comunicação constituiu o ambiente em que se forma o ser humano contemporâneo. (GUARESCHI, 2013, p. 35).

Portanto, a junção dessas duas correntes teóricas fornece novas formas de se pensar as origens dos Direitos Humanos de forma crítica e desvelam as raízes das causas pelas quais ainda se vive, especialmente nos contextos periféricos, inúmeras e extremas situações de

violações, em sua grande maioria institucionais, de Direitos Humanos. (CASTILHO, 2013, p.92).

A história da mídia no Brasil é também a história dessas violações, do cerceamento das liberdades e silenciamento das vozes. Para Lima (2006), desde o período militar, a estrutura da mídia no Brasil se mantém, com poucas alterações, sendo caracterizada pelo domínio do setor por poucos grupos familiares. Nesse sentido, o autor ressalta o papel da aliança entre a mídia e as elites políticas locais e o avanço das igrejas, sobretudo as evangélicas neopentecostais, além da consolidação de um único grupo nacional associado a grupos transnacionais: as Organizações Globo (LIMA, 2006, p. 13).

O que dissemos até aqui, portanto, é que o conceito de Direito Humano à Comunicação que adotamos neste trabalho, assim como preconiza a Teoria Crítica dos Direitos Humanos, não está relacionado aos direitos positivados (leis, decretos, declarações, pactos), mas sim à luta e resistência dos povos oprimidos, periféricos e subalternizados para viver com respeito e dignidade. É, portanto, nas comunidades, nos movimentos sociais, nos movimentos de bairro e de reivindicação por direitos que poderemos encontrar a base concreta e elementar do que chamamos aqui de Direito Humano à Comunicação.

É preciso refazer o caminho e reaprender a caminhar. Concordamos com Guareschi (2013) quando fala sobre o problema crucial da busca por uma mídia mais democrática e do direito à comunicação. Para ele, no âmago do descumprimento desse direito humano está o fato de que vivemos em uma sociedade capitalista (acrescentaria aqui: colonialista), onde a comunicação é vista como uma mercadoria e não como um direito, muito menos, um direito humano.

1.3 O jornalismo alternativo, comunitário e popular

A palavra *alternativo* geralmente nos remete ao que se origina de algo, ou seja, se configurando como uma alternativa a alguma coisa já existente. Na etimologia, essa é uma palavra formada pela junção de outras duas: *alter* (que significa outro, segundo) e *nativus* (que significa nativo, natural), ambas de origem latina. Nesse sentido, quando falamos em jornalismo alternativo, estamos falando de outro modo de fazer jornalismo, diferente do modo já existente, nesse caso, da mídia hegemônica.

Durante todo o período colonial, a restrição às liberdades de opinião era uma realidade. Mesmo após a fundação da República Brasil, os primeiros presidentes, do início do século XX, trataram de reprimir quaisquer possibilidades de provocar instabilidade política.

De acordo com Bronosky e Carvalho (2017), muitos jornais que fugiam à linha dos governos desapareceram. Os que se opuseram foram perseguidos, assim como foram após o Golpe de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência e tratou de financiar jornais que o apoiavam e de reprimir aqueles que se colocavam contrários ao seu governo, tendo como principal agente o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). (BRONOSKY; CARVALHO, 2017).

Após a interrupção do chamado “período democrático”, demarcado pelo fim do governo de Vargas em 1955 e o golpe militar em 1964, o governo aprofundou ainda mais a política de repressão de veículos e jornalistas opositores e de beneficiamento de grupos que se posicionavam a favor dos militares. (BRONOSKY; CARVALHO, 2017, p.29).

Kucinski (2003) estima que durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Se por um lado a forte censura fazia recuar a criação de novos jornais alternativos, por outro, provocava grupos organizados a construir suas próprias estratégias de comunicação. Foi nesse período, a partir das inúmeras mudanças pelas quais o país passou, que constituíram as bases para a consolidação da indústria cultural no Brasil (BRONOSKY; CARVALHO, 2017, p.30).

A limitação da pluralidade de opiniões, o jornalismo declaratório, o oficialismo, a complacência com governos elitistas, enfim, as restrições do direito à informação na imprensa brasileira são efeitos de um modelo cuja lógica é aquela que reforça determinados tipos de pensamento em detrimento de outros.

Todos esses aspectos fizeram emergir, sobretudo a partir da década de 1970, diversas experiências em comunicação alternativa, no seio dos movimentos sociais, comunidades eclesiais e setores oprimidos e subalternizados. No campo acadêmico foi também um momento de grande efervescência, quando o pensamento crítico latino-americano ganhou força.

Barbosa (2010), ao analisar a imprensa alternativa como resistência à indústria jornalística resultante do processo de neocolonização, reflete acerca de dois modos distintos de fazer comunicação no continente, dividindo-o em dois grupos: a América Latina Burguesa e América Latina popular, ambas com seus veículos de comunicação orgânicos.

Formada pelos jornais tradicionais, revistas, emissoras de rádio, TV e os grandes portais da Internet, a América Latina Oficial (ou Burguesa) remete à voz oficial do Estado, do

poder político e econômico. A indústria jornalística, portanto, é orgânica da América Latina burguesa. Ao entender o conceito orgânico como a expressão direta de uma classe e de seus interesses, pode-se dizer que cada "América Latina" tem a sua imprensa orgânica (BARBOSA, 2010, p.71).

Já a América Latina Popular é o oposto, considerada como periférica e subalterna. Não está nos veículos orgânicos de comunicação da América Latina Oficial, mas criou seus próprios meios, como forma de resistência.

Essa divisão entre as Américas Latinas dentro da complexa América Latina é um dos principais fatores para explicar a ausência de notícias ou a generalização e banalização das informações. O que está ausente do noticiário é a América Latina Popular (proletária, camponesa, indígena, negra, mestiça). A América Latina Oficial, com todos os gabinetes presidenciais, suas produções culturais inseridas na indústria cultural de massa e seus números resultantes das negociações comerciais, já tem sua fatia garantida. (BARBOSA, 2010, p.72).

Barbero (2002), ao falar de uma nova agenda estratégica na América Latina, evoca a comunicação alternativa como uma área estratégica. Segundo ele, há três campos de pesquisa em comunicação considerados como estratégicos: o primeiro é a estrutura internacional da informação, o segundo é o desenvolvimento de tecnologias da informação e, por fim, a comunicação participativa, alternativa ou popular.

Neste último, com o objetivo de refletir sobre a comunicação alternativa a partir da América Latina, Martín-Barbero (2002) propõe transformar o processo (ou seja, alterar o que é dominante ou "normal" da comunicação convencional/hegemônica) para que, assim, as classes e grupos dominados tomem a palavra.

O jornalismo alternativo, portanto, se opõe ao modo de fazer da mídia hegemônica, apresentando outros aspectos, outras percepções e outros formatos de ver e mostrar a realidade. É o que afirma Peruzzo (2009), Grinberg (1987), Kucinski (2007), Oliveira (2009), Gumucio-Dragon (2011), Reyes-Mata (2011), Bronosky e Carvalho (2017).

Trazemos esses autores a fim estabelecer um caminho conceitual e histórico do jornalismo alternativo, a partir de análises latino-americanas, compreendendo suas múltiplas possibilidades, abrangência e até mesmo conceituação. Isso porque a comunicação alternativa pode se expressar de muitas formas, ao longo da história sendo compreendidas sob nomenclaturas diversas, embora, com objetivos e estratégias muito semelhantes.

Começamos pela origem. As experiências de comunicação alternativa, em geral, nasceram no calor das lutas sociais, a partir de um esforço de contestação, para conquistar espaços de

comunicação em sociedades repressivas (GUMUCIO-DAGRON, 2011). Aqui vale ressaltar o papel que exerceram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) para o desenvolvimento desse modo de fazer comunicação. Foram as bases de origem de onde a comunicação alternativa/popular foi se constituindo enquanto modo de expressão das classes populares de acordo com a sua capacidade de atuar sobre o contexto social na qual ela se reproduz. (FESTA, 1986, p.30).

Essas experiências surgem, portanto, como uma forma de reação. Paralelos à comunicação alternativa, outros formatos e conceitos foram sendo criados para definir modos de fazer comunicação com características semelhantes. Para Peruzzo (2009), os conceitos de comunicação popular, alternativa, comunitária, dialógica, radical etc., se confundem. Isso porque, apesar de apresentarem nomenclaturas diferentes, o objetivo central deles é muito semelhante, assim como seus produtos e estratégias. No fundo, trata-se de um tipo de comunicação que se constitui em dinâmicas voltadas à mudança social, ampliação da cidadania (PERUZZO, 2009).

Entendemos por comunicação alternativa uma comunicação livre, ou seja, que se pauta pela desvinculação de aparatos governamentais e empresariais de interesse comercial e/ou político-conservador [...] Historicamente, a posição político-ideológica desse tipo de comunicação no Brasil é de caráter contestador ao status quo e serve como canal de expressão de setores subalternos da população organizados com vistas a obter respostas para suas demandas ligadas às carências sociais e econômicas advindas das desigualdades sociais (condições de moradia, de saúde etc.), bem como às lutas para democratizar a política e a sociedade, além daquelas do mundo do trabalho que visam melhorar a distribuição de renda e as condições de execução das tarefas produtivas. (PERUZZO, 2017, p. 133).

Nesse sentido, a experiência brasileira é um claro exemplo de que não há comunicação alternativa e popular sem proposta de projeto alternativo de sociedade (FESTA, 1986, p.29) e é nos movimentos sociais onde nasce e se desenvolve para esse propósito. Bronosky e Carvalho (2017) traçam um paralelo entre o jornalismo alternativo e os movimentos sociais, compreendendo a oposição à ordem vigente como fator de aproximação. Dentre os aspectos que contribuem para isso estão as concepções ideológicas relativamente distintas às da mídia hegemônica, tanto pela decisão de pautas de interesse público como pelo modo de produção, entre outros fatores. (BRONOSKY; CARVALHO, 2017, p.25).

Grinberg (1987), ao pensar as dimensões, limites e possibilidades da comunicação alternativa, reafirma essa posição a partir da ótica do enfrentamento ao discurso dominante vigente.

[...] É alternativo todo meio que, num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder político, econômico e cultural – nas diversas situações possíveis, desde o sistema de partido único e economia estatizada (Cuba) até os regimes capitalistas de democracia parlamentar e as ditaduras militares – implica uma opção frente ao discurso dominante, opção à qual confluem, em grau variável, os sistemas de propriedade, as possibilidades de participação dos receptores na elaboração das mensagens, as fontes de financiamento e as redes de distribuição, como elementos complementares (GRINBERG, 1987, p.18).

Pensar o jornalismo alternativo é pensar um modo de fazer comunicação que extrapola a lógica do mercado e os padrões da mídia tradicional. De acordo com Oliveira (2009), a conceituação de jornalismo alternativo perpassa pelo cruzamento de práticas culturais com práticas do jornalismo, que alteram seus produtos e processos. Atton (apud OLIVEIRA, 2009) apresenta algumas categorias-chave para se pensar esse conceito:

a-) Quanto ao produto:

1. Conteúdo (politicamente radical, social/culturalmente radical), novos valores;
2. Forma: gráfica, visual, variedades de apresentação e conexão, estética.
3. Inovações/adaptações reprográficas - uso dos mimeógrafos, IBM typesetting, fotocopiadoras.

b-) Quanto ao processo:

4. Distribuição: redes clandestinas/invisíveis em locais alternativos de distribuição, sites de distribuição, copyleft;
5. Transformação das relações sociais, papéis e responsabilidades – receptor/produtor, organização coletiva, desprofissionalização, por exemplo, do jornalismo, da impressão, da edição.
6. Transformação dos processos de comunicação – conexões horizontais, redes.

Como vimos até aqui, o conceito de jornalismo alternativo está atrelado a uma ideia de ruptura com o *status quo* e seu desenvolvimento se dá no interior dos movimentos sociais, alinhando ideias de transformação social com a luta em defesa da dignidade humana. Oliveira (2009) reforça essa ideia, afirmando que fazer jornalismo alternativo é um ativismo dado pelo incômodo, pela busca do novo e pela crença na possibilidade de um outro mundo possível.

Esse tipo de comunicação pode ser feito através de jornais, rádio, vídeo, televisão, alto-falante, internet, panfleto, faixa, cartaz, poesia de cordel, teatro popular, etc. Apesar dessa ampla diversidade de modos de fazer, Peruzzo (2009) propõe agrupá-las em duas grandes correntes: a) comunicação popular, alternativa e comunitária, e b) a imprensa alternativa. A

primeira definida como experiências comumente denominadas de comunicação popular, participativa, dialógica, educativa, comunitária ou radical, embora existam diferenças de perspectiva e no modo de produção. Já a segunda corrente (imprensa alternativa) definida como o jornalismo alternativo praticado no contexto dos movimentos populares, comprometidos com as causas sociais, mas, com publicações de porte mais bem elaborado e com tiragens maiores (PERUZZO, 2009).

Para Reyes-Mata (2017), a comunicação é parte e consequência de um modelo de desenvolvimento, um modo de vida e uma concepção política da sociedade. Nesse sentido, a comunicação alternativa é o lugar onde se preserva uma concepção solidária, onde a participação é entendida como um direito inerente ao ser humano.

Los análisis de las experiencias concretas, como de las proposiciones teóricas, han sido puntos de convocatoria donde nuestra convicción se ha fortalecido: lo alternativo es, por sobre todo, alterativo. Alterar lo injusto, alterar lo opresor, alterar la inercia histórica que trae dominaciones sofocantes. Alteración marcada por una vocación liberadora en la cual se nutren una multiplicidad de experiencias comunicativas (REYES-MATA, 2017, p.129).³

Nessa perspectiva, a função número um da comunicação alternativa é alterar, modificar, transformar, transgredir a lógica, criando assim novas possibilidades e modos de ser e fazer comunicação. Aqui, vale destacar, optamos por utilizar o termo “Comunicação Alternativa” pela abrangência mais plural e diversa que ele possibilita, agregando outros conceitos no bojo ao mesmo tempo em que abre possibilidades para pensar alternativas ao modelo hegemônico e colonial da comunicação.

Mas ser “alternativo” por si só não basta. Se é alternativo, é alternativo a alguma coisa. Portanto, é preciso ter nítidos os propósitos que norteiam e o horizonte alternativo que se propõe. Assim, acreditamos que falar em uma comunicação verdadeiramente comprometida com a emancipação dos sujeitos oprimidos e subalternizados é um convite claro a refletir junto com as ideias Freire (1987) que, mesmo não tendo sido construídas com foco central da comunicação, são capazes de estabelecer uma teoria comunicativa rica e profunda, com elementos fundamentais para reflexão teórica e prática da comunicação popular, humanizada e, como iremos discorrer mais à frente, decolonial.

³ As análises de experiências concretas, assim como das proposições teóricas, estão tornando-se pontos de convocação, onde nossa convicção está sendo reforçada: o alternativo é, acima de tudo, alterador. Altera o injusto, altera o opressor, altera a inércia histórica que traz dominação sufocante. Alteração marcada por uma vocação libertadora, onde são nutridas uma multiplicidade de experiências comunicativas (Tradução livre).

Para Freire (1987), somente na comunicação tem sentido a vida humana e ela permeia todas as outras relações que constroem a consciência humana, desde a educação até as relações sociais. Dessa forma, ele propõe pensar a consciência não como algo separado, mas como uma “consciência do mundo”, partindo da concepção de que as consciências não são comunicantes porque se comunicam; mas comunicam-se porque são comunicantes. (FREIRE, 1987, p.10). Ou seja, muda-se o foco do processo e colocam a comunicação como elemento central para a conformação da consciência. (FREIRE, 1987).

Dois obras são essenciais para compreender as ideias de Freire acerca da comunicação: *Pedagogia do Oprimido* (1987) e *Extensão ou Comunicação* (1969). Nelas, o autor desenvolve uma ideia a partir de uma intersubjetividade originária, onde a palavra é a origem da comunicação. Sendo a palavra essencialmente diálogo, ela é responsável por abrir a consciência para o mundo comum das consciências, em diálogo portanto. (FREIRE, 1987, p.13).

Dessa forma, a teoria da comunicação de Freire (1987) coloca a centralidade da comunicação nos processos de formação das consciências, onde o diálogo é elemento base e origem do processo. Em uma realidade na qual o direito de “dizer a sua palavra” é constantemente negado, Freire (1987) defendia a comunicação com uma vocação humana, como sendo um encontro entre homens (e mulheres), mediados pela palavra, a fim de dar nome ao mundo. Dessa forma, Freire introduz a ideia de “dizer a palavra verdadeira” ou “dar nome ao mundo” como dimensão política do diálogo (LIMA, 2012, p.67).

Na sua teoria da *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) desenvolve sobre os formatos de educação que aprisionam nossas capacidades: centrando no que ele chamou de “educação bancária” e “ação antidialógica” e propondo uma outra ação, com base em uma teoria dialógica da ação, onde os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração (FREIRE, 1987, p.103).

A partir de uma relação direta das práticas em comunicação com esses modelos de educação desenvolvidos por Freire (1969), Kaplún (1985) escreve “*El Comunicador Popular*”, categorizando as práticas comunicativas por meio dos modelos de educação desvendados por Freire (1969), com ênfase dos conteúdos (educação bancária), nos efeitos (ação antidialógica, manipuladora) e no processo (ação dialógica).

A ênfase no conteúdo é um modelo europeu, caracterizado pela transferência de conhecimento do educador para o educando. Nesse modelo, o educador é o único que ensina, que fala, que dita as regras; enquanto o educando é quem aprende, escuta, obedece. O educador é, portanto, o sujeito do processo e o educando é o objeto. Na comunicação, Kaplún

(1985) explica que esse modelo representa a transmissão de informação de um emissor para um receptor. Ele compara o emissor ao educador bancário, que fala frente ao receptor (educando), que por sua vez deve escutar passivamente.

O segundo modelo tem ênfase nos efeitos, tem origem nos Estados Unidos, no século XX, durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de executar um “adestramento” rápido e eficaz dos soldados. Esse modelo chega à América Latina, na década de 60, como uma alternativa de desenvolvimento. É um modelo caracterizado pela persuasão e manipulação, presente nos modelos técnicos-profissionalizantes, na educação a distância, tecnologias educativas, etc.

Na comunicação, esse modelo é associado ao chamado “modelo clássico de comunicação”, com ampla difusão e aceitação. Nele, a persuasão e manipulação também são elementos centrais e fornecem um papel mais ativo ao receptor (diferente do modelo anterior), embora este ainda seja colocado em um papel secundário e subordinado. O feedback do receptor tem aqui um objetivo específico de atingir determinados efeitos, presente nas publicidade, propaganda, personificação, geração de efeitos emocionais, etc.

O terceiro e último modelo tem no diálogo seu elemento-chave. Um modelo que centrado nas pessoas e com ênfase no processo. Sua origem, embora somado a aportes pedagógicos e sociológicos europeus e norte-americanos, vem da América Latina. Tem forte influência de Freire (1987) e está sistematizado na “Pedagogia do Oprimido”, como uma educação para a libertação e emancipação das classes subalternas e como um instrumento de transformação social.

Esse modelo de educação busca formar as pessoas para que eles sejam capazes de transformar sua realidade. Não mais o professor para o aluno ou um aluno para um professor, mas sim um educador-educando para um educando-educador (Freire, 1987). Dessa forma, Freire (1987) acreditava que todos (professores e estudantes) eram partes complementares de um amplo processo de construção do conhecimento, que dava de forma horizontal e coletiva. Forma-se assim um modelo de educação crítico, problematizador, consciente e baseado na participação ativa dos sujeitos – educadores e educandos – no processo educativo.

	Ênfase no conteúdo	Ênfase nos Efeitos	Ênfase no Processo
Educação	Educação bancária; transferência de conhecimento do educador para o educando.	Educação antidialógica; caracterizado pela persuasão e manipulação.	Diálogo como elemento-chave. Um modelo de educação para a libertação e emancipação.
Comunicação	Transmissão de informação de um emissor para um receptor.	Comunicação manipuladora; receptor colocado em um papel subordinado.	Comunicação para a ação popular; é troca, envolvimento, coletividade.

Acreditamos ser fundamental que o conceito de jornalismo alternativo esteja diretamente ligado à ideia de uma comunicação do diálogo e da horizontalidade, conforme nos propõem Freire (1969;1987) e Kaplún (1985). É, portanto, uma comunicação pensada para a ação popular, que é troca, envolvimento, coletividade. Uma comunicação que nasce das camadas populares como possibilidade de emancipação, liberdade.

No Piauí, esse modo de fazer jornalismo cumpriu um papel importante na ditadura militar, entretanto, com um pouco de atraso em relação a estados das regiões Sul e Sudeste, que começaram a registrar as primeiras experiências ainda na década de 1960. É somente a partir de 1972 que a produção alternativa se manifesta na imprensa piauiense.

O jornal Gramma foi o primeiro mimeografado alternativo do Piauí, lançado em março de 1972 e de curta duração, existindo apenas dois exemplares (REIS, 2012, p.9). De acordo com Reis (2012), os jornais Chapada do Corisco e Gramma buscavam expressar a indignação dos seus integrantes frente à forte política de repressão da época. De uma maneira criativa e inovadora, tais jornais alternativos foram instrumentos de resistência a uma onda silenciadora imposta pela censura nesse período (REIS, 2012, p.2). Nesse percurso histórico, Becker (2007) acredita que:

[...] a condição de contraponto construída pela mídia alternativa, desde os primórdios do Brasil imperial, como um “jornalismo de posição” contra um jornalismo que se diz “informativo”, ou seja, “neutro”, “objetivo”, seguidor do modelo norte-americano. (BECKER, 2007, p.12).

O autor ainda reforça que, além dos jornais e revistas, o audiovisual também ganha força como uma produção alternativa e as rádios populares surgem como um embrião do que mais tarde se tornaram as rádios comunitárias. Todas assumindo um papel de contraponto. O desenvolvimento do jornalismo alternativo no Piauí segue características muito semelhantes ao que foi observado em vários países latino-americanos (como será discutido no tópico seguinte), desde as características de atuação, até os formatos.

1.4 Decolonialidade, re-humanização e diálogo: uma tríade para pensar práticas inovadoras e emancipatórias no webjornalismo alternativo

Até aqui empreendemos um percurso histórico, teórico e conceitual que nos ajudou a compreender os conceitos-chave deste trabalho, a fim de construir um arcabouço sólido para as análises que iremos realizar nos capítulos que seguem. Neste subtópico, iremos retomar alguns desses conceitos para identificar as aproximações teóricas entre Jornalismo Alternativo, a Teoria Crítica dos Direitos Humanos e o pensamento decolonial.

Como discutimos no tópico anterior, trabalhamos o conceito de Jornalismo Alternativo a partir de uma diálogo entre pensadores latino-americanos, como Peruzzo (2017), Grinberg (1987), Kucinski (2007), Oliveira (2009), Gumucio-Dragon (2011), Reyes-Mata (2011), Bronosky e Carvalho (2017), alinhado às elaborações de Freire (1987) e Kaplun (1985). Dessa forma, foi possível chegar a uma conceituação objetiva daquilo que defendemos por Jornalismo Alternativo.

Portanto, quando falamos em Jornalismo Alternativo remetemos a todo meio que, diante de um contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder, adotam uma posição de resistência e de embate ao discurso dominante. Para Peruzzo (2017), historicamente a posição político-ideológica desse tipo de comunicação no Brasil é de caráter contestador ao status quo e serve como canal de expressão de setores subalternos organizados da população com vistas a obter respostas para suas demandas (PERUZZO, 2017).

A essa ideia geral, acrescentamos as formulações de Freire (1987) e Kaplun (1985) acerca da comunicação. O diálogo, a horizontalidade e a coletividade são bases do pensamento comunicacional freiriano, assim a comunicação é a coparticipação dos sujeitos do ato de pensar, é reciprocidade e diálogo, na medida em que não é transferência de saber (FREIRE, 1969, p.69). Falamos ainda que, esse tipo de jornalismo, pela sua característica mais ligada à ideia de transformação social, se aproxima conceitualmente (e também nas

ações práticas, produtos e processos) da ideia de comunicação comunitária, dialógica, radical e popular.

Se, diante do que foi posto até aqui, compreendemos que o Jornalismo Alternativo se faz no interior dos setores oprimidos e subalternizados a partir de suas demandas específicas e ideias gerais de transformação social, abre-se um caminho, então, para dialogar em torno de uma proposta de aproximação conceitual com a Teoria Crítica dos Direitos Humanos, que compreende esses direitos mais do que direitos "propriamente ditos", mas como processos, que são construídos a partir das lutas de setores oprimidos e subalternizados (FLORES, 2009).

Para Flores (2009), a definição de Direitos Humanos tem a dignidade humana como premissa central, assim como todos os que são vítimas de violações ou dos que são excluídos sistematicamente dos processos e dos espaços de positivação. Assim, o Jornalismo Alternativo, ao responder às necessidades de grupos oprimidos e subalternizados pode ser entendido com parte daquilo que Flores (2017) caracterizou como “lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida”. (FLORES, 2009, p.28).

Como dissemos anteriormente, a teoria crítica e a proposta de Reinvenção dos Direitos Humanos de Flores (2009) mesclam elementos da perspectiva decolonial e do pensamento crítico dos Direitos Humanos, na medida em que Flores (2009) estabelece sua narrativa a partir dos sujeitos oprimidos e da crítica à dimensão colonialista da modernidade, o que faz com que ele amplie seu horizonte emancipatório.

Compreendemos o pensamento decolonial como um lugar de ruptura; todavia, essa ruptura não fala necessariamente sobre negação. Balestrin (2013), ao falar do giro decolonial, afirma que o processo de decolonização não deve ser confundido com a rejeição daquilo que foi ou é produzido no Norte global (em geral, os colonizadores), nem como uma aceitação única daquilo que é produzido no Sul (em geral, os colonizados).

Ainda vivemos numa época de fortes algemas teóricas, imputadas por ideologias históricas, sob as quais se fundamentam as principais escolas científicas, voltadas quase que unicamente às teorias nortenhas, de “países desenvolvidos” – sob a ótica dos indicadores internacionais. Há ignorância e desrespeito em relação a outros conhecimentos e, conseqüentemente, um estreitamento das pesquisas científicas (TORRE, 2018).

Portanto, na comunicação, o pensamento decolonial nos ajuda a traçar um caminho que, ao mesmo tempo, se desprenda das amarras teóricas e formatos pré-moldados, bem como possa diversificar as perspectivas, refazer, recriar, repensar os modos de fazer comunicação e jornalismo. Mas esse re-fazer não deve ser vazio de propósito, ao contrário, precisa almejar

um horizonte emancipatório. Aquilo que Villanueva (2017) chama de sentido último da decolonização comunicacional: a re-humanização, ou seja, resgatar na prática e no sentido mais amplo sua dimensão dialógica, democratizante e humanizadora, uma vez que sua realização concreta continua a se basear na imposição e nas assimetrias (VILLANUEVA, 2017, p.32).

Neste artigo estamos propondo pensar o Jornalismo Alternativo a partir de uma aproximação com a Teoria Crítica dos Direitos Humanos e dentro da perspectiva epistemológica do pensamento que nasce a partir de uma ruptura com o que hegemonicamente se construiu sobre ciência e racionalidade: o pensamento decolonial.

O que foi dito e refletido até aqui conduzem os processos e práticas de jornalismo alternativo para uma encruzilhada⁴, onde novas possibilidades de ser e fazer comunicação se encontram e se desdobram em outras possibilidades. Se o jornalismo alternativo, conforme preconizado por Peruzzo (2017), está fortemente relacionado à ideia de comunicação popular, aqui debatidas com Freire (1969) e Kaplún(1985), executado diretamente pelas camadas populares e subalternizadas da sociedade, acreditamos que sua prática se configura como um espaço de resistência em busca daquilo que Flores (2009) chama de luta pela dignidade humana e representando a essência do que ele defende por Direitos Humanos.

Os produtos desenvolvidos pelas experiências em jornalismo alternativo, têm como objetivo, primeiramente, a luta pela sobrevivência e denúncias das injustiças e desigualdades. Todavia, ao mesmo tempo em que fazem isso, essas práticas acabam gerando novos modos de ser e de fazer comunicação, onde diálogo, horizontalidade e coletividade assumem um papel fundamental.

Portanto, as práticas em jornalismo alternativo podem se caracterizar como práticas reais dos Direitos Humanos. Assim, consideramos que é dentro da luta pela sobrevivência, dignidade e direitos que se cruzam os pontos de conexão entre jornalismo alternativo e a teoria crítica dos Direitos Humanos.

Tanto o jornalismo alternativo, quanto a teoria crítica dos Direitos Humanos, trazem para o centro de suas práticas (teóricas ou sociais) os sujeitos subalternizados, historicamente invisibilizados e excluídos dos espaços de disputa do “direito” e de produção de conteúdo

⁴ Por encruzilhada, concordamos com Bião (2009), que a caracteriza como lugares de encontros e desencontros [...], a casa da angústia existencialista da escolha do caminho a tomar ou da imobilidade [...]. Aí a rotina ordinária convive com os acontecimentos extraordinários [...]. Aí se cruzam pessoas de todo tipo, inclusive marginalizados que só aí têm lugar.

jornalístico. Essa invisibilização, todavia, não pode ser pensada fora dos processos históricos e sociais ou daquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento/globalização, uma vez que ela é fruto deles.

Quijano (2005) vai chamar esse processo de colonialidade do poder, ou seja, a forma como o ocidente (países do norte do mundo) impôs relações de poder e dominação aos países do sul do mundo, buscando padronizar e universalizar os modos de vida. “A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade” (QUIJANO, 2005, p.107).

A colonialidade, todavia, não se estabelece apenas nas relações de superioridade de uns sobre outros (colonialidade do “poder”), mas também na “cultura” (relacionada ao imaginário social), no “saber” (relacionada à produção hegemônica de conhecimento) e no “fazer” (relacionada ao cotidiano). Esses quatro elementos da colonialidade foram articulados por Villanueva (2017), a partir do pensamento de Quijano (2005), Mignolo (2005) e Maldonado-Torres (2005). Assim, na comunicação, a exclusão dos espaços de fala e a invisibilização de sujeitos e grupos sociais subalternizados são marcas da colonialidade.

Dessa forma, estabelecemos aqui uma tríade necessária para se pensar as práticas inovadoras e emancipatórias no jornalismo alternativo: 1) o conceito de jornalismo alternativo alinhado à comunicação popular (diálogo); 2) a teoria crítica dos Direitos Humanos (re-humanização); 3) e, por fim, o pensamento decolonial. Este último, direcionando nosso olhar por um outro prisma, que reconecta conceitos, recria e reinventa novas possibilidades de ser e fazer comunicação.

CAPÍTULO 2

Re-existência Digital: o jornalismo alternativo e o grito das vozes silenciadas

Entramos na segunda década do século XXI, época em que os carros autônomos começam a ganhar as ruas das cidades com mais força e popularidade. É também um momento em que o reconhecimento facial, a internet das coisas e a inteligência artificial avançam ao ponto de oferecer possibilidades de serviços mais personalizados e conduzir o avanço das tecnologias da comunicação e informação (MOURA, 2020).

No campo do jornalismo, esse período está sendo marcado pelo início de um processo crescente de regulamentação da Internet pelo mundo, além de tentativas de recuperar a confiança no jornalismo e uma conexão mais estreita com o público (NEWMAN, 2020). Os robôs, já presentes nas redações há muito tempo (DALBEN, 2019), podem ganhar mais espaço a partir do aperfeiçoamento dos seus softwares, quer seja aqueles que produzem conteúdos e informações, ou aqueles utilizados para captação de imagens (drones).

Longe de propor uma discussão mais aprofundada das tendências e do futuro das comunicações e do jornalismo, buscamos aqui, à luz dessas possibilidades, refletir sobre o terreno em que elas foram construídas, especialmente em seus aspectos políticos e econômicos. Buscamos perceber outras temporalidades e possibilidades de atuação no contexto digital que, ao nosso ver e seguindo uma tendência geral da sociedade, está marcado por instabilidades e crises (MARTINS, 2020). Por isso, antes de ir (ao futuro) é preciso voltar (ao passado).

Os avanços das tecnologias da comunicação e informação podem dissolver ou massificar determinadas tendências em intervalos cada vez mais curtos de tempo. Movidos pelo que Mattelart (2002) chamou de fetichismo da velocidade, a sociedade da informação obriga a criação de “patentes de novidade” daquilo que, na verdade, é produto de evoluções estruturais e de processos que estão em curso há muito tempo (MATTELART, 2002, p.174).

Certamente, quando Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) pensou a aritmética binária e deu os primeiros passos para o que conhecemos como cibernética (MARTTELART, 2002), ele nem imaginava que a sequência ordenada de operações (os algoritmos) abriria portas para a construção de uma nova forma de organização das sociedades, onde a informação assumiu aspectos centrais e estruturais. Para Leibniz e seus contemporâneos, a formação e o desenvolvimento do capitalismo moderno eram as bases para se pensar e buscar novos métodos e cálculos mais rápidos.

[...] A navegação marítima exige a construção de navios mais eficientes, o cálculo das longitudes torna-se um laboratório privilegiado para o aperfeiçoamento do mecanismo relojoeiro, ancestral longínquo do artefato programado. (MARTTELART, 2002).

Não diferente disso, hoje, as demandas do mercado seguem determinando os avanços tecnológicos. Garnham e Gamberini (2000) defendem isso ao afirmar que não são relações técnicas que constituem o elemento determinante desses avanços, mas sim as relações sociais de produção, ou seja, o modo de desenvolvimento das informações é colocado a serviço de um conjunto de propriedades para os fins de acumulação (GARNHAM; GAMBERINI, 2000).

Apesar das diferentes épocas, algo ainda parece semelhante entre o que movia Leibniz três séculos atrás e o que move as sociedades nos dias de hoje: o atrelamento à lógica capitalista e de mercado. Nesses termos, acompanhamos o nascimento da internet, que já chegou atrelada a fortes fatores políticos e econômicos, no auge da Guerra Fria (PINHO, 2003). Em outubro de 1969, uma mensagem enviada por Charley Kline e Leonard Kleinrock saiu da Universidade da Califórnia (Los Angeles) e percorreu 600 km até a Universidade de Stanford (Califórnia), feita a partir de uma nova estrutura de envio de dados (PINHO, 2003).

Esse foi o embrião que, anos mais tarde, daria origem a uma das mais poderosas ferramentas de comunicação do mundo. As origens da Internet podem ser encontradas na *Arpanet*, uma rede de computadores montada pela *Advanced Research Projects Agency – ARPA* (CASTELLS, 2003, p.13), ligada ao Departamento de Defesa Norte-Americano, cuja missão era pesquisar e desenvolver alta tecnologia para aplicações militares. A criação da ARPA (que mais tarde, após fusões com empresas e universidades, tornou-se ARPAnet) veio como uma resposta após a antiga União Soviética colocar em órbita o seu primeiro satélite espacial artificial, o Sputnik (PINHO, 2003, p.21).

Foi somente após o final da Guerra Fria, na década de 1990, que a *Arpanet* foi oficialmente encerrada, dando início ao que conhecemos hoje como Internet, disponibilizada por empresas privadas. Na época ela compreendia 1500 sub-redes e 250 mil hosts, pronta para entrar e fazer parte da vida das pessoas comuns (PINHO, 2003, p.31).

O caminho traçado até aqui não tem como objetivo central apresentar um histórico do nascimento e desenvolvimento da internet no mundo e no Brasil, mas sim apresentar seus marcos fundamentais e seu atrelamento às questões políticas e econômicas. O que se percebe, portanto, é que desde o nascimento do sistema binário, até a criação da internet e os avanços das tecnologias da comunicação e informação, as questões políticas e econômicas eram

determinantes e direcionaram suas evoluções. O interesse social, nesse sentido, esteve distante do centro desse debate.

Para Mosco (1999), esses aspectos têm relação direta com os estudos em Economia Política da Comunicação⁵, o que ele caracteriza como controle e sobrevivência na vida social. Nesta leitura, os processos de controle são, de modo geral, políticos, já que constituem a organização social das relações dentro de uma comunidade e os processos de sobrevivência são fundamentalmente econômicos porque se referem aos processos de produção e reprodução (MOSCO, 1999, p. 98). Assim, os produtos de comunicação, tais como jornais, livros, vídeos, filmes e audiências são, antes de mais nada, recursos (MOSCO, 1995, p.25).

E assim, ao longo da história, os meios de comunicação hegemônicos foram construindo seus espaços de controle e hegemonia, a partir de alianças políticas e altos investimentos financeiros. Desde os meios convencionais como rádio, TV e jornais impressos, até os formatos mais recentes adequados à internet. Essa história, porém, não se escreve a partir de uma via única. A resistência a esse modo de fazer comunicação sempre foi presente.

É nesse sentido que Mosco (2011) apresenta um enfoque diferente daquilo que originou e conduziu o desenvolvimento da internet e suas tecnologias ao longo do tempo. Segundo ele, a pesquisa começou a enfatizar a resistência e não apenas a história oficial de como os poderosos exercem seu domínio. Essa ênfase é responsável por uma mudança do ponto de vista das pesquisas centradas no capital.

[...] experimentando un giro respecto al punto de vista central desde un enfoque centrado en el capital, en las corporaciones dominantes y las elites hacia otros enfoques alternativos inspirados en la investigación feminista y la del trabajo. (MOSCO, 2011, p.72)⁶.

Deste modo, ao invés de focar os estudos nos detentores do poder, um giro à resistência nos possibilita centrar nossos olhares sob outras perspectivas, contrárias ao modelo hegemônico. De antemão, conhecer os elementos que nortearam o desenvolvimento da internet nos possibilita melhor compreender as experiências jornalísticas que se desenvolvem a partir dela.

⁵ A Economia Política da Comunicação não se apresenta neste trabalho como uma perspectiva teórica central, por esse motivo não aprofundamos essa discussão. Todavia, é importante para a compreensão de diversos fenômenos sociais, inclusive, dos que estamos analisando aqui, sobretudo no que se refere às linhas que desenharemos dos processos atuais, em curso, da comunicação.

⁶ [...] experimentando um giro do ponto de vista central do foco no capital, nas empresas dominantes e nas elites em direção a outras abordagens alternativas inspiradas na pesquisa feminista e no trabalho. (Tradução nossa).

Apesar de, como dizemos, a internet nascer como arma de guerra, fruto de um processo histórico que envolveu questões políticas, econômicas e sociais, ela ainda mantém um alto potencial transformador. Quando Berners-Lee criou o primeiro navegador (o World Wide Web), criou um caminho possível para um amplo uso da rede. Berners-Lee abriu mão das patentes e tornou a Web (e suas outras invenções) livres, sob domínio público e códigos abertos. Assim, não há quem controle, regule ou autorize seu uso.

A internet como reunião de diversas redes tem em sua abertura a possibilidade de experimentação tecnológica que é a maior fonte de surpresas e reorganização dos fluxos de atenção. A arquitetura aberta, distribuída, com protocolos não patenteados, sem um dono ou proprietário, fez da internet uma rede cuja dinâmica seguiu a lógica da liberdade e não a lógica da permissão (SILVEIRA, 2017, p.28).

Assim, a Internet como a utilizamos hoje se constitui como um amplo espaço de convergência entre a cultura, comércio e demandas individuais e de grupos sociais, como grande plataforma de comunicação. Logo, quando falamos de internet, estamos falando em algo substancialmente distinto de todas as inovações tecnológicas anteriores no campo da informação e da comunicação, devido ao seu caráter híbrido (BOLAÑO et al, 2011, p.36).

A internet apresenta um sistema complexo, diferente de todos os outros meios de comunicação anteriores ao seu surgimento. Para Drueta (2009), por esse motivo, ela não pode ser analisada pela lógica das rotinas e sistemas de recepção. A internet tem a particularidade e a capacidade de combinar duas funções básicas: ser um canal de distribuição para os meios tradicionais e proporcionar um espaço de expressão para emissores emergentes de diversas índoles (DRUETA, 2009).

Essas características, somadas à arquitetura dessas redes como meio de expressões múltiplas, deixam a internet muito longe de cumprir a função de homogeneizar determinadas visões de mundo, como tem sido buscado (mas nem sempre alcançado) pelos meios de massa, em especial a televisão. Pelo contrário, ela aposta na diversidade das informações, fontes, modelos e canais de expressão (DRUETA, 2009).

O conceito de Internet a partir do qual buscamos dialogar neste trabalho se aproxima bastante das formulações de Drueta (2009), na medida em que compreendemos a internet como um meio de comunicação com potencial de transformação social. Entretanto, sem cair no romantismo exacerbado e em uma visão meramente otimista, já que seu uso ainda acontece de modo desigual, privilegiando pessoas e grupos sociais com maior poder econômico. Assim como reconhecemos o caráter social da internet a partir do seu uso coletivo e/ou compartilhado. A internet permite reconhecê-la como um vínculo entre sujeitos e comunidade

(DRUETA, 2009, p.57), podendo ser geradora de novos projetos comunitários, alternativos à produção hegemônica.

2.1 A internet: entre avanços e retrocessos

Até aqui demonstramos um ambiente ambíguo, com aspectos políticos e econômicos diversos, mas também conotações e sentidos variados, que são parte do mesmo processo de surgimento, evolução e consolidação da internet no mundo. Há pelo menos três décadas, a internet vem ditando mudanças profundas na sociedade, nos modos de organização e relacionamento.

A popularização dos smartphones acelerou esse processo de acesso à internet, que hoje atinge sete em cada dez brasileiros. O Internet Trend (MEEKER, 2019), um dos mais relevantes relatórios sobre o cenário digital no mundo, apresentou em 2019 novos dados acerca do mundo digital contemporâneo. Segundo o relatório, a internet ultrapassou a marca dos 50% de penetração mundial pela primeira vez em 2018. Na Europa, a penetração da internet chega a 78% da população e na América do Norte esse percentual é de 89%, enquanto que na América Latina, a penetração atinge 62% da população (MEEKER, 2019).

No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD (realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) é que traça um panorama mais completo da penetração da internet no país, através do tema complementar Tecnologia da Comunicação e Informação – TIC. A pesquisa mais recente sobre o tema foi publicada em 2018 e apresenta dados relativos ao quarto trimestre de 2017.

Nesse período, em todo o território nacional, 69,8% dos domicílios brasileiros tinham acesso à internet. Esse percentual é superior ao registrado em 2016, quando a internet chegava a 64,7% deles. A região nordeste, entretanto, é a que apresenta o menor percentual de penetração da internet, com apenas 58,4%. Enquanto as regiões sul (73,2%), sudeste (76,5%) e centro-oeste (76,6%) apresentam percentuais superiores à 70% (PNAD, 2018).

O Piauí conta com cerca de um milhão de domicílios, deste total, apenas 580 mil possuíam acesso à internet, o que representa 57,5% dos domicílios, abaixo da média registrada para a região nordeste. Esse indicador é o segundo menor do Brasil, estando acima apenas do estado do Maranhão, que registrou 56,1% (PNAD, 2018).

Em 2017, pela primeira vez, a pesquisa TIC Domicílios, produzida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.Br), constatou que o número de brasileiros que acessa a internet apenas pelo celular foi maior que

o número de pessoas que utilizam computadores. Ao todo, 49% dos lares brasileiros dependiam apenas de um celular para acessar a rede mundial de computadores. Em 2018, o telefone celular móvel foi utilizado como meio de acesso à internet por 99,6% da população do Piauí, enquanto o acesso através do microcomputador é de apenas 37,3% (PNAD, 2018).

Os números apresentados acima são evidências que comprovam o protagonismo dos dispositivos móveis (em especial dos smartphones) como ferramenta de acesso à internet, mas também reafirmam o avanço do acesso à internet e o longo caminho que ainda se tem pela frente para sua universalização. Os diferentes percentuais de penetração da internet revelam uma enorme disparidade entre regiões (no Brasil e no mundo), que refletem, por sua vez, as diferentes realidades econômicas e sociais de cada uma dessas regiões.

No Brasil, a região sudeste concentra sozinha mais da metade do PIB (Produto Interno Bruto) do país, com uma participação de 52,9% (G1 PIAUÍ). É, portanto, a região com maior poder econômico do país e, não por acaso, é a região com um dos maiores percentuais de penetração da internet, ultrapassando a média nacional e chegando ao quantitativo de 76,5% da população conectada (PNAD, 2018).

Por outro lado, os estados da região nordeste concentram apenas 14,5% do PIB nacional, ficando atrás apenas da região norte (5,6%). Essas duas regiões são as que concentram o menor percentual de acesso à internet do país, com 58,4% e 60,1% da população conectada, respectivamente (PNAD, 2018).

Diretamente proporcionais, podemos dizer que quanto menor é o PIB da região, menor é o percentual de acesso à internet e quanto maior o PIB, maior o percentual de acesso. Ou seja, o acesso à internet não é visto como um elemento central do Direito à Comunicação, distribuído de modo igualitário entre as pessoas, mas é enquadrado dentro do campo político e econômico que move a sociedade capitalista. Isso nos leva a concordar com Andrade (2015) ao dizer que a comunicação se estabelece, portanto, dentro de um campo complexo de lutas, mediação, poder e estabelecimento de hegemonias.

Vale ressaltar a existência de assimetrias intrarregionais e intra-estaduais, como por exemplo, a hiperconectividade de Brasília (por ser, entre outros fatores, o centro do poder político nacional), que pode contribuir para a elevação da conectividade na região Centro-Oeste, por exemplo. Todavia, relativizar esses dados não anula as compreensões construídas aqui, ao contrário, podem apontar outros processos de desigualdades de acesso por dentro das regiões e estados.

As disparidades regionais são apenas reflexos do campo desigual onde a internet se estabelece. Mas outros aspectos reforçam esse sistema de desigualdades, a exemplo dos

algoritmos. Para Escobar (2016), vivemos na Era do Algoritmo, ou seja, de códigos matemáticos, automatizados e sem necessidade de intervenção humana, capazes de investigar, planejar e executar ações por conta própria.

A lógica dos algoritmos não nasce com a internet. De acordo com Seto (2019), ela nasce da necessidade de se fazer cálculos sem o auxílio dos dedos e outros recursos. “Até então, a estrutura dos cálculos esteve associada às ferramentas que havia à mão: pedras sobre o chão, varetas de bambu, a calculadora de manivela, a régua de cálculo e, por fim, a calculadora”. (SETO, 2019, p.90).

No contexto digital, os algoritmos ganharam o luxuoso suporte dos computadores, da informática e de sistemas que permitiram “automatizar uma série de raciocínios e atividades antes desenvolvidas por humanos em uma velocidade e escala sobre-humanos” (SETO, 2019, p.92). Eles definem quais conteúdos serão vistos nas redes sociais, quais produtos irão aparecer nos sites de busca; manipulam as percepções, influenciam opiniões e entram nas casas e nas mentes de milhões de pessoas, sem que ninguém perceba.

Guardada sua utilidade e importância, sobretudo para a codificação e organização do gigantesco volume de informações disponíveis da rede, os riscos que se apontam podem desvelar um cenário de aprofundamento das desigualdades, não apenas digitais, mas sociais, políticas e econômicas. Para Seto (2019, p.96):

[...] é necessário investigar os algoritmos como instituições sociais que articulam relações simultaneamente econômicas, semióticas, sociais e políticas. Os algoritmos digitais se desenvolvem não só em função da necessidade concreta de como a sociedade pode se relacionar com um volume de informação sem precedentes, mas na forma específica em que atende os interesses do capital em gerenciar e negociar essas informações. (SETO, 2019, p.96).

O’Neil (apud ESCOBAR, 2016) nomeia esse processo de “Armas de Destruição Matemática”. Para ela, a formatação dos algoritmos se constitui de uma forma que ninguém perceba suas ações, à exceção dos seus criadores ou pessoas dotadas de técnicas matemáticas ou computacionais. Talvez por isso, “seus vereditos são imunes a disputas ou apelos, mesmo quando errados ou nocivos. E tendem a punir pobres e oprimidos, enquanto tornam os ricos mais ricos em nossa sociedade”. (O’NEIL apud ESCOBAR, 2016).

O autor ressalta ainda que, através dos algoritmos, empresas como Facebook, Google, Apple, Microsoft, Amazon possuem um leque de informações valiosas de boa parte da humanidade e possuem ainda “os meios para nos dirigir para onde queiram”. Assim, na medida em que a internet avança na sociedade capitalista, avançam os processos de

aprofundamento das desigualdades, uma vez que seus componentes e atribuições passam a atender unicamente a dinâmicas e interesses do mercado.

Guareschi (2013) afirma que esse cenário da internet e redes sociais se apresenta como um espaço de luzes e sombras. Para ele, o crescimento do fenômeno da internet trouxe a esperança de pensar uma forma de fazer comunicação democrática, mas na prática o que se observou não foi bem isso. Os avanços, inegavelmente, foram muitos, incluindo as produções colaborativas, coletivas e processos democráticos em diversas cidades e estados.

No entanto, garantir o acesso mais amplo às novas mídias não passa apenas por uma questão técnica. Depende, antes de tudo, do estabelecimento de um diálogo democrático entre a sociedade civil, o poder público e o empresariado, operando uma pactuação que possibilite a construção de uma comunicação efetiva e cidadã, produtiva e com responsabilidade social, representativa da diversidade cultural que caracteriza o Brasil. (GUARESCHI, 2013, p.173).

Nesse contexto digital, onde os dispositivos móveis potencializam o cenário de consolidação da internet e possibilitam acesso maior a ferramentas de produção e circulação de conteúdo, o direito à comunicação deve ser repensado considerando essas particularidades.

Se, num primeiro momento, parecia suficiente a oferta do acesso à internet, hoje sabe-se que é preciso bem mais que isso para se falar em direito humano à comunicação na era digital. Para o Intervezes, defender uma internet livre, aberta, plural e para todos/as mostra-se, assim, uma tarefa essencial de quem defende o direito à comunicação no mundo contemporâneo (INTERVOZES, 2018, p.12). Sem isso, o exercício a esse direito seguirá sendo violado no ambiente digital.

Nosso pressuposto geral é a afirmação da web como espaço do exercício de direitos e vivência democrática, e não da prática do consumo, do controle por grandes agentes (como plataformas), da concentração de mercado, da expressão cultural vertical e homogeneizada e do debate contaminado por discursos de ódio e bolhas ideológicas. [...] E, como dimensões da garantia do direito à comunicação por meio do empoderamento digital, questões como: (1) acesso; (2) apropriação tecnológica; (3) diversidade, pluralidade e liberdade de expressão; e (4) privacidade. (INTERVOZES, 2018, p.6).

É preciso, portanto, rasgar o véu que encobre esses processos geradores de desigualdades, para que assim, possamos caminhar em patamares mais igualitários. A noção de empoderamento digital (INTERVOZES, 2018) é muito importante nesse processo, sobretudo, por munir as pessoas de informações acerca dos processos em que as informações

são criadas, de modo que o direito à comunicação na era da internet não se torne algo ilusório ou restrito a um determinado grupo.

2.2 O jornalismo na internet: fases e conceituações

Os argumentos apresentados acima, desde os aspectos históricos aos conceituais, desenham o cenário da comunicação digital, objeto de investigação deste trabalho, bem como fornecem elementos importantes para a compreensão dos contextos econômicos e políticos e de como eles se articulam para o aprofundamento das desigualdades no campo comunicacional.

É nesse contexto onde o webjornalismo nasceu e se desenvolveu não de modo alheio ou desconexo aos demais processos digitais; pelo contrário, tendo a lógica e os interesses do mercado como imperativos que exerceram fortes influências nas fases pelas quais o webjornalismo passou ao longo do tempo. Aqui, vale ressaltar, ainda não estamos em um webjornalismo alternativo, no que iremos focar mais à frente.

Começemos pelo conceito. Há quase três décadas, inúmeros pesquisadores do campo da comunicação se dedicaram a compreender os fenômenos gerados com o advento da internet. Desse processo, surgiram diversas nomenclaturas frutos de um esforço analítico muito importante. Mielniczuk (2003), a partir de uma análise bibliográfica minuciosa, sistematizou os principais conceitos que vinham sendo aplicados aos jornalismo praticado na internet, distinguindo-os, mas também apresentando seus pontos de conexão. A saber:

Jornalismo eletrônico (utiliza de equipamentos e recursos eletrônicos); Jornalismo digital ou Jornalismo multimídia (emprega tecnologia digital, todo e qualquer procedimento que implica no tratamento de dados em forma de bits); Ciberjornalismo (envolve tecnologias que utilizam o ciberespaço); Jornalismo online (é desenvolvido utilizando tecnologias de transmissão de dados em rede e em tempo real) e Webjornalismo (diz respeito à utilização de uma parte específica da Internet, que é a web). (MIELNICZUK, 2003)⁷.

Mielniczuk (2003) reforça que esses conceitos, embora falem de um mesmo fenômeno, não partem de uma lógica de supressão dos conceitos anteriores, ou seja, eles não se anulam entre si, sendo, na verdade, complementares. Dessa forma ela cria um quadro analítico, onde um Jornalismo Eletrônico se configura como o mais amplo deles e dentro do qual é possível encaixar todos os demais conceitos.

⁷ Trecho publicado originalmente em formato de tabela, mas aqui agrupado em forma de texto corrido.

Nessa compreensão, da qual partilhamos, o Webjornalismo é o mais específico desses conceitos por se tratar apenas do jornalismo produzido com o suporte e para a Web (World Wide Web), um sistema hipertextual que opera através da *internet*. Assim, ele pode ser englobado pelo Jornalismo Online, que por sua vez pode ser englobado pelo Ciberjornalismo, que pode ser englobado pelo Jornalismo Digital até que cheguem ao mais abrangente entre todos: o jornalismo eletrônico.

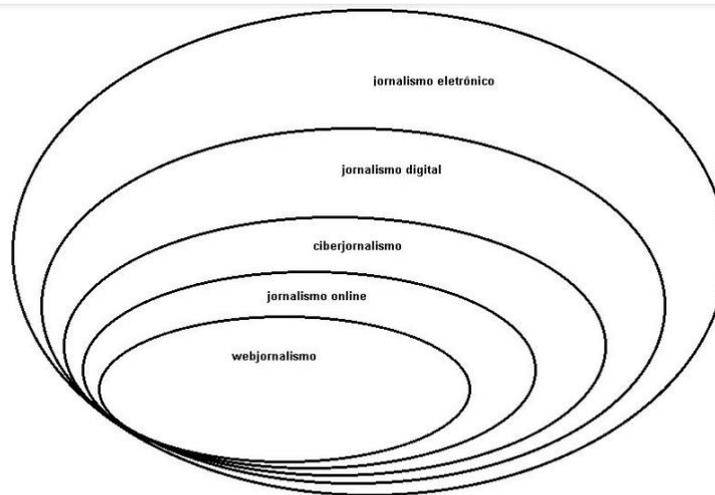


FIGURA 1 – Esferas que ilustram a delimitação das terminologias.

A esse quadro acrescentamos outra terminologia, mais específica, que margeia entre webjornalismo, jornalismo on-line e ciberjornalismo: o jornalismo em dispositivos móveis (TEIXEIRA, 2018; OLIVEIRA, 2017). Ou seja, aquele jornalismo que é produzido com o auxílio de dispositivos móveis (como celulares e tablets) e que circula pelos próprios dispositivos móveis. Por dispositivos móveis, Lemos (2009) entende os objetos conectados, portáteis e em mobilidade. Portanto, pensar a(s) mobilidade(s) dentro do jornalismo requer considerar estas novas concepções e as mudanças orientadas pelos dispositivos móveis e pelas conexões sem fio que emergiram significativamente a partir da década de 1990 (LEMOS, 2009, p.72).

Para Palacios (2015), esses dispositivos apresentam-se como objetos particularmente promissores no âmbito dos estudos voltados para o surgimento e desenvolvimento de inovações em jornalismo, “uma vez que as especificidades dessas novas plataformas têm potencialmente uma alta capacidade de geração ou reconfiguração de modos de produção, publicação, circulação e recirculação, consumo e recepção de novos conteúdos (PALACIOS, 2015, p.14)

De acordo com Mello (et al, 2015), o grande desafio na análise dessas mudanças está na compreensão da digitalização e transmissão on-line de notícias e na mobilidade. Este movimento evoluiu ainda com o aumento de dispositivos com diferentes telas e sensores que adicionam novos tempos e hábitos de consumo de informação (MELLO et al, 2015, p.84). Nessa perspectiva e na tentativa de contemplar a pluralidade de questões envolvidas nesse fenômeno, concordamos com a perspectiva de Teixeira (2018) de que, para estudar o jornalismo em dispositivos móveis, é preciso levar em conta duas vertentes: a produção com, a partir desses dispositivos; e a produção voltada, direcionada para esses dispositivos. (TEIXEIRA, 2018).

Há ainda outras vertentes, ainda mais recentes, que unem as ferramentas digitais a elementos sensoriais para a produção e circulação de conteúdos jornalísticos, com a utilização de Realidade Aumentada, por exemplo. O Jornalismo de Imersão, conceito que no Brasil vem sendo trabalhado por pesquisadores como Barbosa, Fonseca e Lima (2019), se baseia numa ressignificação da imersão centrada na aproximação entre o público e os acontecimentos através de recursos tecnológicos digitais que interagem com as percepções sensoriais humanas (BARBOSA; FONSECA; LIMA, 2019, p.2).

Como vimos, os conceitos são diversos, assim como as práticas que esses conceitos buscam explicar. Interessa-nos, entretanto, focar em uma das vertentes desses conceitos: o Webjornalismo, o jornalismo praticado na World Wide Web (Web), que completou 30 anos em 2019. A Web foi uma criação de Tim Berners-Lee e marcou o momento em que a Internet passou a ser acessível para pessoas sem conhecimento de informática e linguagens de programação (SETO, 2019, p.10). Buscando resolver um dilema do alto número de informações disponíveis na internet da década de 1989, Berners-Lee concluiu que seria necessário abrir mão de modelos fechados e sistemas hierárquicos e libertar as redes de conexões, de modo que pudesse ligar qualquer tipo de conteúdo ou pessoa (SETO, 2015).

Assim, ele aplicou um modelo em formato de rede, onde vários pontos poderiam ser conectados através de links. Berners-Lee criou a navegação em rede, além das formas de publicar e localizar os conteúdos (através das URL's, ou, Uniform Resource Locator) e circular entre eles, por meio do "hipertexto e a hipermídia, processo pelo qual qualquer elemento da Web poderia ser conectado a um outro por meio de um link, criando um caminho entre suas respectivas URL's" (SETO, 2019, p.11).

Trazemos esses elementos para dizer que a nossa opção por adotar o termo "Webjornalismo" nesta dissertação tem relação com o prefixo Web, na medida em que compreendemos sua origem, baseada em sua "arquitetura aberta, distribuída, com protocolos

não patenteados, sem um dono ou proprietário, fez da internet uma rede cuja dinâmica seguiu a lógica da liberdade e não a lógica da permissão” (SILVEIRA, 2017, p.28).

Nesse sentido, a sua lógica primeira não era a do mercado, mas a de um bem comum para todos. Essa lógica aos poucos foi sendo esquecida e os sistemas geradores de desigualdades (desde as infraestruturas e fornecedores de acesso até os algoritmos), as autoridades políticas e empresas multinacionais passaram a exercer forte influência sobre o acesso à Web e a criação de conteúdo dentro dela. Entretanto, é praticamente impossível impedir completamente a possibilidade de acessá-la ou de divulgar algo por meio dela (SETO, 2019, p.11). É exatamente nesse ponto em que se localizam as resistências.

O Webjornalismo, situado nessa interface de fácil acesso e visualização, sobretudo através da linguagem de hipertexto (HTML), trouxe uma infinidade de conteúdos informativos para a Web e facilmente ganhou popularidade. De acordo com Rost (2014), após a criação e ampliação do uso social da Web, não demorou muito para que ela assumisse um papel importante para o jornalismo.

Há um certo tempo a internet está ocupando um lugar central, não apenas para coletar informações, mas também para publicar, divulgar, compartilhar e interagir por meio delas. (ROST, 2014, p.198). Uma centralidade tão grande ao ponto do Webjornalismo começar a ser compreendido como uma “modalidade na qual as novas tecnologias já não são consideradas apenas como ferramentas, mas, sim, como constitutivas dessa prática jornalística.” (BARBOSA, 2005, p.2).

Canavilhas (2014) ressalta que, embora existam diversas publicações on-line antes da Word Wide Web, foi o surgimento da Web que trouxe mudanças profundas para o jornalismo. Entre as muitas registradas, destaca-se o aparecimento das versões web dos meios tradicionais, mas também o nascimento de publicações nativas (CANAVILHAS, 2014, p.7).

Autores brasileiros como Barbosa (2005), Machado (2008) e Mielniczuk (2001) trabalham com uma divisão por gerações que caracterizam as fases do Webjornalismo, iniciando em 1992, com o Chicago Tribune, primeiro site de notícias na rede, lançado nos Estados Unidos. Três anos mais tarde, nasce o The Wall Street Journal, primeiro site com produção específica de notícias, mesmo ano em que é lançado o site do Jornal do Brasil e de grupos como O Globo, Agência Estado e Grupo Estado, abrindo as portas para o jornalismo na internet no Brasil (REGES, 2010).

O lançamento desses jornais é um marco para o nascimento do Webjornalismo de Primeira Geração, ou para a primeira fase do webjornalismo. Palacios, Mielniczuk, Barbosa, Ribas e Narita (2002), ao analisarem a primeira década no webjornalismo no Brasil,

identificaram três fases distintas entre si e, ao mesmo tempo, complementares. Outros autores, como Pavlik (2001) e Silva Jr. (2002), também desenvolveram reflexões semelhantes nesse período, ambos, observando o webjornalismo em três momentos diferentes.

A primeira fase foi denominada de “transpositiva”, já que os produtos oferecidos, em sua maioria, eram reproduções de partes dos grandes jornais impressos, que passavam a ocupar o espaço na internet (PALACIOS et al., 2002, p.3). Nessa fase, o tempo de atualização seguia o tempo de produção dos jornais impressos, o que levava pelo menos 24 horas. Sem nenhuma adequação ou adaptação, as páginas dos jornais impressos eram disponibilizadas na web.

O avanço das tecnologias e ferramentas digitais gerou avanços no jornalismo que começava a ser praticado na web. Assim, esse momento começa a ser identificado como “metáforas”, ou seja, a fase do webjornalismo quando, mesmo "atrelados" ao modelo do jornal impresso, os produtos começam a apresentar experiências na tentativa de explorar as características oferecidas pela rede (PALACIOS et al., 2002, p.3). São iniciativas tímidas, pequenas sessões de “últimas notícias” nos sites, uso de outras ferramentas para contato com o público e as primeiras experiências com o hiperlink.

Até que, em 1999, começam a surgir iniciativas jornalísticas que não vinham da tradição do jornal impresso, portanto, direcionadas ao ambiente digital. Quem larga na frente é “Globo.com”, anunciando um novo momento do webjornalismo. Essa fase é caracterizada por um jornalismo que conta com toda uma estrutura técnica relativa às redes telemáticas e aos microcomputadores pessoais, permitindo a transmissão mais rápida de sons e imagens. (PALÁCIOS et al., 2002, p.4).

É a partir daí que autores como Palácios (1999) e Bardoel e Deuze (2000) passam a buscar identificar as características que compõem esse novo modo de fazer jornalismo. Aqui nos atemos às reflexões de Palácios (1999), que estabelece cinco características básicas para a terceira fase do webjornalismo: multimídia/convergência, interatividade, hipertextualidade, personalização e memória (elementos que iremos explicar mais à frente).

Ao entrar nos anos 2000, o Webjornalismo entra em uma nova fase. Vale ressaltar, como afirma Barbosa (2008), que a quarta fase não acontece de modo uniforme como as demais, determinados grupos saem na frente com uso de tecnologias mais avançadas, enquanto outros seguem nos padrões característicos da terceira fase.

Assim, a quarta geração refere-se ao impacto do uso das bases de dados na narrativa Webjornalística. Para Palácios (2003), a Quarta Geração trata da convergência dos formatos das mídias tradicionais (imagem, texto e som) na narração do fato jornalístico (PALACIOS,

2003, p.3). Ou como preconiza Barbosa (2008),

O cenário no qual emerge a quarta geração do ciberjornalismo é marcado pela consolidação das bases de dados como estruturantes da atividade jornalística e como agentes singulares no processo de convergência jornalística; equipes mais especializadas; desenvolvimento de sistemas de gestão de conteúdos (SGC) mais complexos e baseados preponderantemente em *softwares* e linguagens de programação com padrão *open source*, formato *XML (eXtensible Markup Language)*, algoritmos (...). (BARBOSA, 2008).

No mesmo sentido, e com base nessa compreensão, Santi (2009) reforça que nessa fase a utilização de tecnologias de banco de dados associadas a sistemas automatizados para a apuração, edição e veiculação de informações são os elementos marcantes para o webjornalismo (SANTI, 2009, p.187).

Pelo menos 20 anos separam a primeira fase do webjornalismo do seu momento mais atual, iniciado em meados da segunda década deste século. Barbosa (2013) traz à tona novos elementos em curso na prática Webjornalística capazes de provocar mudanças significativas no seu fazer profissional. Segundo a autora, os traços que constituem a quinta fase do webjornalismo incluem elementos como a medialidade, a horizontalidade como marca para o processamento dos fluxos de informações por entre as distintas plataformas (impresso, pdf/page flip, web, operações mobile: smartphones, tablets, redes sociais), com integração de processos e produtos no continuum multimídia dinâmico (BARBOSA, 2013, p.41).

Neste contexto, as mídias móveis, especialmente smartphones e tablets, são os novos agentes que reconfiguram a produção, a publicação, a distribuição, a circulação, a recirculação, o consumo e a recepção de conteúdos jornalísticos em multiplataformas. As mídias móveis são também propulsoras de um novo ciclo de inovação, no qual surgem os produtos aplicativos (apps) jornalísticos para tablets e smartphones. (BARBOSA, 2013, p.42).

Algumas características nos ajudam a compreender melhor o momento atual do webjornalismo. Fruto de um esforço coletivo de pesquisadores de diversos países, o livro “Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença”, organizado por João Canavilhas, reúne sete particularidades que diferenciam o jornalismo que é praticado na web dos demais, quais sejam:

Característica	Conceito
Hipertextualidade	De acordo com Canavilhas (2014) o hipertexto é um texto que dispõe de diversas possibilidades de outros textos, onde o leitor pode escolher o seu caminho de leitura. Dessa forma, o texto transforma-se numa tessitura informativa formada por um conjunto de blocos informativos ligados através de hiperligações (links), ou seja, num hipertexto. (CANAVILHAS, 2014, p.10)
Multimídia	Salaverría (in CANAVILHAS, 2014) acredita que a multimídia no jornalismo praticada na Web vai muito além daquilo que o senso comum diz sobre multimedia, ou seja, além da combinação de texto, som e imagens. Para ele, a mensagem multimedia implica coordenar tipos de linguagem ou formatos que tradicionalmente se manipulam em separado, destacando oito elementos: 1) texto; 2) fotografia; 3) gráficos, iconografia e ilustrações estáticas; 4) vídeo; 5) animação digital; 6) discurso oral; 7) música e efeitos sonoros; 8) vibração. Esses elementos precisam estar devidamente interligados, com critérios de composição: 1) Compatibilidade; 2) Complementaridade; 3) Ausência de redundância; 4) Hierarquização; 5) Ponderação; 6) Adaptação. (SALAVERRÍA in CANAVILHAS, 2014);
Interatividade	Para Rost (in CANAVILHAS, 2014), a interatividade é uma das características essenciais da comunicação na Web, mas também é central para os estudos em

	<p>jornalismo de um modo geral. Rost compreende a interatividade como a capacidade gradual que um meio de comunicação tem para dar maior poder aos utilizadores tanto na seleção de conteúdos (“interatividade seletiva”) como em possibilidades de expressão e comunicação (“interatividade comunicativa”). (ROST in CANAVILHAS, 2014, p.55)</p>
<p>Memória</p>	<p>Palácios (in CANAVILHAS, 2014) inicia suas reflexões (recorrendo a Muniz Sodré) diferenciando “história” de “memória”, sendo esta última algo vivo e sempre atual e a primeira a reconstrução de um passado que não existe mais. Para o autor, os ‘lugares de memória’ não são espontâneos e sua externalização necessita de operacionalizações, arquivos, Com a Web, os arquivos disponíveis para o acionamento da memória, no momento da construção do discurso jornalístico, tornam-se não somente acessíveis e facilmente pesquisáveis, mas também múltiplos (PALÁCIOS in CANAVILHAS, 2014, p.96).</p>
<p>Instantaneidade</p>	<p>Bradshawa (in CANAVILHAS, 2014) defende que a velocidade foi sempre algo intrínseco ao jornalismo, na medida em que suas informações velavam o “novo” até alguém. Todavia, na era da instantaneidade “ser o primeiro” tem significados e contextos distintos. Para o autor, a instantaneidade das publicações na Web modificou relações nos meios, desde as publicações, até o consumo e</p>

	<p>distribuição das informações. Não é como ter a escolha entre uma coisa e outra, mas sim a habilidade de escolher e combinar velocidade e profundidade no tempo correto com o objetivo certo. (BRADSHAWA in CANAVILHAS, 2014, p.112).</p>
Personalização	<p>De acordo com Lorenz (in CANAVILHAS, 2014) a personalização está ligada à possibilidade de criar conteúdo específico para determinadas necessidades, ou seja, o objetivo não é criar um produto ou serviço uniforme, mas sim, várias opções de uso da oferta. Para o autor, a questão premente em todo o mundo é como manter-se relevante, manter a ética jornalística e encontrar ainda uma forma de refinar tais ofertas (LORENZ IN CANAVILHAS, 2014, p.137).</p>
Ubiquidade	<p>O dicionário Merriam-Webster assim define ubiquidade: “presença em todo lugar ou em muitos lugares, sobretudo simultaneamente.” No contexto da mídia, ubiquidade implica que qualquer um, em qualquer lugar, tem acesso potencial a uma rede de comunicação interativa em tempo real. Quer dizer que todos podem não apenas acessar notícias e entretenimento, mas participar e fornecer sua própria contribuição com conteúdo para compartilhamento e distribuição global. (PAVLIK in CANAVILHAS, 2014, p.160).</p>

Para finalizar este tópico, retomo a ideia de jornalismo em dispositivos móveis apresentada acima, a fim de uma aproximação com as características do Webjornalismo

detalhadas no parágrafo anterior. Praticamente todas essas características são úteis para a compreensão dos fenômenos do jornalismo móvel. Interessante salientar que, ao mesmo tempo que o ambiente móvel é profícuo em oportunidades para a inovação, conserva muitas das características já observadas no webjornalismo (OLIVEIRA, 2017, p.143).

Os dispositivos móveis, enquanto meios de comunicação, carregam um conjunto de características (tactilidade, dupla orientação de layout, sensores, acesso à internet, ubiquidade, multimídia, mobilidade, entre outros) que avivaram discussões em relação a interfaces, linguagens, formatos, narrativas, discursos e modelos de negócio na comunicação digital. (OLIVEIRA, 2017, p.143).

Teixeira (2015), ao falar do Jornalismo Audiovisual para Dispositivos Móveis, destaca a convergência e a multimídia como características intrínsecas. Características que podem ser consideradas elementos-chave, por onde emergem práticas e configurações diferenciadas no que se refere à produção, distribuição e acesso do conteúdo noticioso, ampliando o campo de possibilidades para o jornalismo (TEIXEIRA, 2015, p.100).

As características apresentadas retratam um momento mais atual do webjornalismo e são fundamentais para compreender o seu conceito, servem como parâmetro de possíveis rupturas e continuidades dessas particularidades. Neste trabalho, propomos isso a partir da análise do webjornalismo alternativo por um viés decolonial.

2.3 Apropriação social da tecnologia para uma re-existência digital

Desde o início do uso social da internet, iniciativas de jornalismo alternativo já ocupavam as redes. Para Jorge Filho (2018), o jornalismo alternativo, que cresceu exponencialmente nas décadas de 1960 e 1970, passou, a partir da década de 1990, a se expandir para internet. Isso principalmente em virtude da chamada Web 2.0, cujas plataformas interativas e colaborativas facilitavam a produção coletiva e a disseminação de conteúdos com facilidade e a um custo relativamente baixo (JORGE FILHO, 2018, p.10).

Se, como já dito aqui anteriormente, o jornalismo alternativo e popular tem uma forte ligação com os movimentos sociais e contra-hegemônicos, o seu surgimento veio atrelado aos aparatos desses movimentos, sindicatos e até partidos políticos. Hoje, o que vemos com o uso da internet é uma diversidade de iniciativas e conteúdos, que extrapolam esses setores e colore o mundo digital com outros modos de vidas, ideias e experiências.

A esse processo, Neuman (2008) chamou de “Apropriação Social”. Até chegar à

compreensão desse conceito com uma categoria, a autora faz um longa jornada desde a colonização até o surgimento das novas tecnologias, a fim de observar de que forma os grupos sociais latino-americanos articularam esse processo de apropriação.

O Dicionário Online de Português define apropriação como a “ação ou efeito de tomar algo e torná-lo de sua propriedade, legal ou ilegalmente”. Ou seja, é a ação de apropriar-se e tornar próprio de si algo que é do outro. Entretanto, em razão da sua multidimensionalidade e aplicação diversas em vários campos do conhecimento, é impossível restringir sua compreensão apenas a uma leitura etimológica da palavra, se fazendo necessário imbuí-la de aspectos históricos e sociais que produzem influência sobre seu conceito.

Dessa forma, Neuman (2008) explica que a colonização (inicialmente) e o desenvolvimento industrial (posteriormente) deram conta de dividir o mundo entre aqueles que eram “desenvolvidos” e os que não eram, produzindo grupos sociais excluídos e subalternizados. Segundo ela, foi diante dessa situação que as grandes populações excluídas passaram a desenvolver alguns mecanismos de defesa: ela destaca a resistência e a negociação.

Frente a esta situación las grandes poblaciones excluidas han desarrollado mecanismos de defensa. En Latinoamérica algunos autores (Moreno, 1995; Dussel, 1990; Ribeiro, 1988) los denominan "resistencia" y "negociación". Mantienen su modo de vida, resisten, pero al mismo tiempo negocian para prevalecer. El proceso de negociación es riesgoso pues puede inducir resultados que desmejoren el estado de bienestar de esas poblaciones ya que se encuentran en situación de desventaja en la negociación⁸. (NEUMAN, 2008).

A “negociação”, nesse caso, acontece quando as populações consomem, circulam e comercializam práticas culturais ou estruturas organizacionais de outros, mas mantendo seu objetivo relacional, ou seja, fortalecendo o relacionamento entre eles. Já a “resistência” é compreendida como uma conduta social frente à dominação. Ela é, portanto, uma característica do mundo da vida popular, em que no pensamento latino-americano se fala em cultura de resistência (NEUMAN, 2008). Nessa perspectiva, recorrendo aos estudos de Alejandro Moreno sobre o povo Venezuelano, Neuman (2008) apresenta a ideia uma rota de fuga, por onde foi possível que a resistência desses povos perdurasse por mais de 500 anos: a

⁸ Na América Latina alguns autores (Moreno, 1995; Dussel, 1990; Ribeiro, 1988) os chamam de "resistência" e "negociação". Eles mantêm seu modo de vida, resistem, mas ao mesmo tempo negociam para prevalecer. O processo de negociação é arriscado, pois pode induzir resultados que prejudiquem o estado de bem-estar dessas populações por estarem em situação de desvantagem nas negociações. (Tradução livre).

negociação.

É com foco nesses dois aspectos que a autora formula as ideias para uma categorização da “apropriação social” que, para ela, seria assumida como um processo por meio do qual grupos sociais posicionados à margem do sistema capitalista interagem com elementos culturais, econômicos, organizacionais e de consumo deste sistema, porém, empregando novos significados, usos e propósitos. Ao fazerem isso, esses grupos acabam criando uma espécie de filtro por meio dos quais é possível manter seu próprio horizonte de compreensão do mundo. Num duplo movimento de resistência e negociação, esses grupos sociais resistem às mudanças ou mudam para manter suas essências (NEUMAN, 2008, p.71).

Assim, no que diz respeito à Apropriação Social das tecnologias da comunicação, a autora reflete acerca dos impactos sociais positivos, todavia pondera a necessidade de refletir sobre os formatos, em geral, adaptados aos modelos internacionais para o “desenvolvimento”. Mas ela não tem dúvidas de que é preciso empoderar as comunidades populares.

El empoderamiento de las comunidades implica que se transfiera a éstas la información y los recursos necesarios para que a partir de las mismas comunidades se comience a ejercer el poder comunitario. El empoderamiento representa un impulso inicial que después debe ser sustentable. Es aquí donde entra la apropiación social. ¿Cómo se logra que el impulso inicial sea sustentable? Si la comunidad no se apropia de la información y recursos, eventualmente el esfuerzo no será sustentable pues dependerá de fuerzas o poderes externos. El empoderamiento es que las comunidades desarrollen su propio poder propulsor y éste se logra por medio de la apropiación.⁹ (NEUMAN, 2008, p.88).

Dialogando com Neuman (2008), acreditamos que esse empoderamento vindo por meio da Apropriação Social das tecnologias, mais que um exercício de poder comunitário, possibilita a construção de pequenas rupturas nos modos de fazer comunicação, agregando elementos que só a vivência em comunidade e coletividade podem proporcionar ao jornalismo e às práticas comunicacionais. Assim como possibilita o anunciar de outros mundos possíveis, onde a comunicação rompe com seu caráter instrumentalista, assumindo um caráter emancipatório.

⁹ O empoderamento das comunidades implica que seja transferido para estas as informações e os recursos necessários para que a partir disso as próprias comunidades comecem a exercer o poder comunitário. Empoderamento representa um impulso inicial que deve então ser sustentável. É aqui que entra a apropriação social. Como você consegue o impulso inicial é sustentável? Se a comunidade não se apropriar das informações e recursos, eventualmente o esforço não será sustentável, vai depender de forças ou poderes externos. Empoderamento é que as comunidades desenvolvam seu próprio poder de propulsão e isso se dá por meio da apropriação. (Tradução livre).

Esse é parte do processo de resistência. Para Pereira (2014), toda forma de resistência exige um deslocamento, um desvio, uma curvatura, uma dobra. Como isso, ele quer dizer que o ato resistir não busca, necessariamente, um choque contra um poder (pode haver uma negociação). Nessa perspectiva, resistir significa dobrar(-se), mas nem por isso se deixar subjugar totalmente. Resistir é deslocar(-se)

Em contextos pós-coloniais, de sociedades que foram colonizadas, não apenas em territórios de ex-colônias, mas também nos territórios das antigas metrópoles, resistir apresenta-se como descolonizar. A resistência no mundo moderno-colonial, cuja matriz de poder é a colonialidade (QUIJANO, 2010; MIGNOLO, 2010), desloca, dobra, curva e desvia-se na direção de um giro decolonial (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOUEL, 2007; MIGNOLO, 2010; GROSGOUEL e MIGNOLO, 2008; MALDONATO-TORRES, 2008) político, epistêmico, histórico, geográfico etc. (PEREIRA, 2014, p.20).

Uma resistência que se dá nos marcos do sistema capitalista, moderno-colonial, mas que ao mesmo tempo em que se resiste, cria-se também possibilidades de outras existências, outros modos de vidas, outras sociabilidades (PEREIRA, 2014), portanto, de re-existência. Existir de novo. Se, como falamos anteriormente, grupos sociais racializados (no caso latinoamericano, indígenas e negros) tiveram suas culturas e memórias usurpadas e desagregadas pelos processos de colonização, suas existências (em parte) passaram a atender demandas outras, de outros modos de vida (europeus). Assim, a re-existência talvez seja a possibilidade de uma reparação e resgate das suas existências.

Para Wash (2010, p.221), os pensamentos, práticas e experiências decolônias do passado e do presente, têm procurado desafiar a matriz colonial de poder e dominação, existindo a apesar dela. É essa existência que para Pereira (2014) possibilita uma resistência no interior do sistema-mundo moderno-colonial, portanto, uma re-existência. Por isso, a resistência não deve ser reduzida apenas a uma luta contra determinadas ideias ou imposições (SCOTT, 2004), na medida em que a resistência está no interior dessas relações.

Nos dias de hoje, pensar a apropriação social das tecnologias por grupos sociais subalternizados e oprimidos é pensar um processo capaz de realocar a posição desses sujeitos nas disputas de poder e re-existência. Cria-se, portanto, um espaço por onde suas existências possam ser vistas, celebradas e reafirmadas. Um espaço de re-existência digital.

Espaços que, de certo modo, vão além de uma reação aos detentores do poder, falamos de algo “que não se reage, simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.47).

Nesse caso, re-existência é existir em um mundo com fortes marcas da colonialidade, criando formas de existências alternativas, que diariamente estão em luta por “uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar” (PORTO-GONÇALVES, 2010, p.130).

2.4 Re-existência em rede e os reflexos das Junho de 2013

Desde a Primavera Árabe, em 2011, até o 15-M (o Movimento 15 de Maio) e Los Indignados em 2011, na Espanha, e o Yo Soy 132, do México, em 2012, o uso da internet e redes sociais por meios alternativos vem ganhando novos contornos. Para Peruzzo (2013), as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, são reflexos desse movimento mundial. Elas se configuram como um marco na produção de conteúdos alternativos, inaugurando novos formatos de produção e incorporando outros atores sociais por um viés contra-hegemônico.

Para Bentes (2014), esse fenômeno representa um pontapé do surgimento de uma nova estética insurgente. No Brasil, “a emergência de uma mídia-multidão aponta para um novo momento do midiativismo e de um cinema-mundo encarnado, nos protestos de 2013 pela experiência da Mídia NINJA e de centenas de coletivos” (BENTES, 2014). Esse processo evidencia que “há outra comunicação em curso que vem fazendo a diferença há anos, mas que agora ganha novas formas de expressão e capacidade de democratizar conteúdos por meio do empoderamento das tecnologias” (PERUZZO, 2013, p.91).

Sobretudo desde as Jornadas de Junho, experiências de jornalismo alternativo passaram a surgir e se espalham pelo país em diferentes plataformas e formatos de atuação, provocando aquilo que a Agência Pública¹⁰ chamou de “momento de ruptura e renascimento” para o jornalismo. Em 2016, a agência elaborou um mapeamento das iniciativas de jornalismo independente¹¹ no Brasil e desde então, vem agregando novas iniciativas em um “mapa” interativo.

Neste “mapa” interativo, selecionamos aquelas que nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. [...] Assim, a lista é apenas inicial, mas feita com

¹⁰ Disponível em: <https://apublica.org/>

¹¹ Apesar do mapeamento utilizar o termo “jornalismo independente”, a metodologia aplicada para mapear as iniciativas jornalísticas aproxima-se ao conceito de jornalismo alternativo do qual nos referimos nesta pesquisa, que remete à experiência histórica daqueles que buscaram construir meios de comunicação contra hegemônicos (FIGARO; NONATO; PACHI FILHO, 2018).

cuidado: traz um panorama colorido, inovador e esperançoso. (APÚBLICA, 2016)

Até o momento foram mapeadas 223 iniciativas em todo o país, com uma ampla pluralidade de temas, que vão desde a defesa dos Direitos Humanos até discussões sobre gênero, raça, futebol, games, entre outros.

Uma outra pesquisa, intitulada “As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia”, conduzida pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA/USP), aprofundou o mapeamento feito pela Agência Pública. A pesquisa analisou apenas iniciativas de “arranjos de mídia alternativa” na Grande São Paulo, identificando 70 veículos de comunicação alternativa apenas nessa região (FIGARO; NONATO; PACHI FILHO, 2018).

No Piauí, o estudo “Jornalismo emergente nas periferias de Teresina: um mapeamento das experiências teresinenses de jornalismo periférico¹² na internet” identificou a existência de quatro experiências de jornalismo desenvolvido nas periferias, portanto, distante dos grandes centros de produção da imprensa tradicional/hegemônica (CORTEZ et al., 2019).

Tanto Figaro, Nonato e Pachi Filho (2018) como Cortez et al. (2019) dão pistas importantes que justificam aquilo que estamos argumentando. Dos 70 veículos analisados na Grande São Paulo, 34 deles (quase 50%) surgiram entre 2013 e 2015 (FIGARO; NONATO; PACHI FILHO, 2018). As iniciativas analisadas no Piauí, via de regra, seguem a mesma dinâmica, sendo consideradas experiências recentes (CORTEZ et al., 2019).

Embora não seja possível afirmar com convicção que esse é o momento de maior efervescência do jornalismo alternativo, acreditamos não restar dúvidas que as jornadas de junhos abrem o momento de maior efervescência do webjornalismo alternativo, onde cibermeios como Mídia Ninja e Jornalistas Livres tornam-se espelhos para novas iniciativas.

Sete anos após as Jornadas, o contexto atual revela novas possibilidades de construção de meios alternativos, novos arranjos, novos formatos e também novos desafios para sua compreensão. Batista e Patrício (2020) acredita que “antes de saber qual a percepção das iniciativas de jornalismo independente sobre a própria profissão, parece ser importante perceber qual a compreensão dessas iniciativas da própria noção de independência” (BATISTA; PATRÍCIO, 2020). Esse questionamento, embora inicial, parte de uma conclusão

¹² Da mesma forma, o conceito de jornalismo periférico se aproxima do conceito de jornalismo alternativo utilizado neste trabalho (explicamos mais detalhadamente no Capítulo 1), possibilitando a utilização desse mapeamento para análise inicial deste trabalho.

de que esses meios “não conseguem explicitar, em seu próprio discurso, qual vinculação teriam com essa pretensa ‘independência’” (BATISTA; PATRÍCIO, 2020).

Dialogando com Batista e Patrício (2020), acreditamos que ser “alternativo” por si só não basta, é preciso ter nítido os propósitos que norteiam e o horizonte alternativo que se propõe. Logo, o caminhar de uma comunicação verdadeiramente emancipatória, portanto, não pode negligenciar essas reflexões. Por isso, fazemos aqui uma reflexão dentro de uma matriz teórica decolonial (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2017; WASH, 2013; VILLANUEVA, 2017), que liberte não apenas os horizontes teóricos, mas também a potência criativa e emancipatória dessas iniciativas.

A racionalidade moderna, tal qual foi construída baseada na ideia de ocidentalização do mundo (WASH, 2013), é como um véu que encobre as marcas históricas da colonialidade (QUIJANO, 2005) e atribui a outros fatores (históricos e sociais) os processos de opressão, apagamentos e aprisionamentos dos povos subalternizados. Para descortinar esse véu é fundamental (como fizemos até aqui), conhecer o ambiente onde essas relações se estabelecem (em nosso, a internet), assim como seus avanços, retrocessos, conceituações e percursos históricos. A partir disso teremos elementos mais solidificados capazes de refletir sobre seus limites e possibilidades.

Neste capítulo traçamos um caminho histórico, teórico e epistemológico em busca de subsídios para melhor compreender os processos comunicacionais alternativos. Acreditamos que esses veículos, ao agirem como um canal de visibilização e potencialização das lutas e mobilizações de sujeitos subalternizados por direitos sociais na internet, criam espaços que extrapolam a dimensão reivindicatória e possibilitam a multiplicidade de vozes, culturas, crenças, ideias e modos de ser e estar no mundo.

Tornam-se, portanto, espaços onde histórias possam ser recontadas, os modos de vida e as experiências cotidianas celebradas e as memórias recuperadas e eternizadas na rede. Para isso, apropriar-se socialmente das novas tecnologias é fundamental para que se possa criar espaços de re-existência no ambiente digital.

CAPÍTULO 3

Os modos de ser do webjornalismo alternativo do Ocorre Diário e Fala Dirceu

Como já delimitamos na introdução desta dissertação, os procedimentos metodológicos aplicados neste trabalho mesclam elementos sistemáticos a experiências da vida cotidiana, guiados pela transmetodologia (MALDONADO, 2002). Para isso, aplicamos a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016) dos produtos jornalísticos (FRANCISCATO, 2003) associada às ideias de Modos de Vida (GUERRA, 1993), de uma forma que possamos ampliar nossos horizontes analíticos, indo além de um método pré-estabelecido e experimentando outras perspectivas, mais próximas das práticas do jornalismo alternativo, comunitário, popular.

Conforme adiantamos na introdução, o uso da expressão “*modos de ser*” (e mais introdutoriamente, *Modos de Fazer*) é feito aqui partir de uma aproximação teórica entre conceitos que se encontram, ainda que indiretamente, na prática jornalística: o conceito de modos de vida associado aos conceitos de processos e práticas em jornalismo.

Acreditamos que, compreender os aspectos conceituais de modos de vida, abre um outro horizonte (com aspectos inovadores) para entender as práticas comunicacionais alternativas. Guerra (1993) propõe pensar os modos de vida a partir de três dimensões: a relação entre atores e sistema; história e cotidiano; objetivo e subjetivo na percepção do real. Embora não haja uma precisão em sua aplicação (GUERRA, 1993, p.389), essas dimensões podem articular-se, no sentido de possibilitar ações dos indivíduos na vida cotidiana relacionadas a aspectos mais gerais e coletivos, como economia, política, cultura, comunicação, etc.

A proposta de Guerra (1993) nos leva a compreender, em primeiro lugar, que os atores (as pessoas) não existem fora do sistema (a sociedade), assim como o sistema só existe por meio desses atores, há uma relação de dependência entre ambos. Para ela, os modos de vida, tal como hoje são analisados, situam-se ao nível da vida cotidiana, e ressalta que frequentemente a análise do cotidiano, mesmo se relacionada com a história, é desvalorizada (GUERRA, 1993, p.63);

[...] a vida cotidiana nesta óptica integradora, e de "duplo sentido", complexifica as variáveis de análise dado que obriga não apenas a considerar a complexidade das relações entre atores e sistemas sociais, mas também a integrar no conceito de modo de vida a diversidade das redes de relações de poder que são, e fazem, a vida cotidiana. (GUERRA, 1993, p.66).

Nesse sentido, os modos de vida falam sobre o nosso cotidiano, nossas relações sociais e a forma como interagimos socialmente, objetiva e subjetivamente. Fala sobre a relação com nosso bairro, comunidade, nossos vizinhos; sobre a forma como nos relacionamos com a cidade e os meios que a move.

A filosofia indígena do “Bem Viver”, largamente aplicada por diversas etnias latino-americanas (ou etnias de Abya-yala, assim chamado nosso continente antes da colonização europeia), nos ensina que é preciso e possível pensar os modos de vida a partir das experiências de cada grupo social, etnia, povo, etc. Essa filosofia se expressa como afirmação política da possibilidade de outros modos de vida, assim como uma forma de resistência e enfrentamento à colonialidade moderna (LACERDA; FEITOSA, 2015);

[...] uma filosofia de vida outra, da qual emergem modos de vida outros: outras formas de ser e sentir, pensar e fazer, produzir e consumir, comunicar-se e relacionar-se, viver e conviver, nos quais valores éticos, como solidariedade, reciprocidade, complementaridade, respeito às diferenças, cuidado com o outro, são constitutivos da convivência nesses modos de vida, nos quais a natureza, fonte de vida, da qual somos parte, é também sujeito de direitos (SILVA, 2017, p. 364).

Portanto, quando falamos em *Modos de Vida* não falamos de algo estático ou facilmente conceituado, mas de uma conjunção de fatores que movem a todo momento, que se modificam a partir das mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas dos seus povos. Emergir com a Filosofia do Bem Viver, é impedir o naufrágio das ideias pluriversais, da diversidade dos povos e culturas; é uma forma de negar a ideia de um “Mundo Uno”, de um único modo de vida, como o colonialismo vem impondo ao longo do tempo.

Seguindo o pensamento de Silva (2011), as características do Bem Viver são dimensões essenciais para os modelos de comunicação e educação para a vida. Para ele, nesse cenário, a comunicação dominada é transformada em comunicação transformadora, comprometidos com mudanças sociais relevantes para grupos sociais vulneráveis, onde os cidadãos são percebidos como "talentos" humanos, porque eles têm uma imaginação que lhes permite fazer novas perguntas e propor além da experiência anterior e do conhecimento existente (SILVA, 2011, p.72).

Portanto, se o jornalismo alternativo (como já explicamos) é feito por pessoas ou grupos sociais vulneráveis/subalternizados que vivenciam os problemas sociais na pele, de uma forma mais intensa e diferente, o seu modo de vida certamente reflete na sua prática comunicativa, tanto nos produtos quanto nos processos jornalísticos. Retomando Guerra (1993), são atores em interação com o sistema, vivendo e reportando o seu cotidiano em meios de comunicação alternativos, utilizando para isso aspectos objetivos e subjetivos.

Ou seja, *modos de ser e fazer comunicação* são produtos e processos jornalísticos que nascem a partir das experiências cotidianas de pessoas ou grupos sociais subalternizados e invisibilizados, que utilizam a comunicação como ferramenta para transformar sua realidade social. São outros modos de ser e de fazer, diferentes dos produtos e processos que historicamente vêm sendo feitos pelo jornalismo hegemônico, uma vez que coloca os sujeitos subalternizados e seus modos de vida como centro do processo.

Estamos chamando de “*Modos de Ser*”, aquilo que está diretamente relacionado aos produtos (conteúdos jornalísticos). As experiências e análises que iremos apresentar a seguir nos instigam a pensar a comunicação para além do seu caráter instrumental (como comumente é visto na mídia hegemônica/convencional) e colocá-la em um lugar de centralidade dos processos, como parte da essência do próprio ser humano (o direito de dizer sua palavra). Assim, o direito à comunicação é, como afirma Guareschi (2018), “algo que se desdobra, multiplica, complementa e plenifica o ser humano. Ser humano é comunicar-se. É uma dimensão intrínseca de seu ser”. (GUARESCHI, 2018, p.176).

Se ser humano é comunicar-se, os produtos jornalísticos advindos desses processos não podem ser enquadrados como instrumentos para vender notícias. Eles são reflexos dos próprios sujeitos, são parte deles, são a materialização das suas experiências em formatos diversos de comunicação e jornalismo; o produto é o próprio ser. Dessa forma, quando falamos em *Modos de Ser*, estamos falando de produtos jornalísticos construídos a partir de uma outra perspectiva, onde as experiências, as demandas comunitárias e lutas por direitos e dignidade surgem com centralidade no processo.

O que iremos apresentar a seguir são análises e elementos que comprovam as ideias apresentadas, ao mesmo tempo em que nos guiam para as análises centrais desta dissertação. Apresentaremos, separadamente, as análises dos portais de notícias e dos perfis no Instagram do Ocorre Diário e Fala Dirceu, a partir de categorias temáticas, unificando elementos comuns e repetições capazes de caracterizar os elementos necessários para responder às questões deste trabalho.

A identificação das categorias a seguir seguem o direcionamento apresentado por

Bardin (2011), desde a formulação das hipóteses, passando pelas intuições até a análise mais concreta dos materiais catalogados para análise. Em ambos os casos (Portais de notícias e Instagram), o objetivo é identificar quais assuntos estão sendo falados, para quem estão sendo direcionados, de que forma estão sendo falados e quem está sendo ouvido para a construção desses conteúdos.

Dessa forma, conseguimos ter uma dimensão global dos conteúdos, desde a sua apuração até a sua produção, circulação e reverberação social. Todavia, portais de notícias e redes sociais têm características distintas, que exigem de nós categorias distintas de análise, embora, respeitando os objetivos centrais que elencamos mais acima.

Ambas as iniciativas (Ocorre Diário e Fala Dirceu) alimentam sites em formatos de portais de notícias na internet. Os portais apresentam estruturas (layouts) diferentes, com elementos bem próprios de cada um e das suas experiências, porém com características semelhantes que nos ajudam a compreender a atuação do webjornalismo alternativo no Piauí.

Nossa análise foi feita durante os meses de Fevereiro e Março de 2020, portanto em contexto pré-pandemia, sendo possível analisar essas iniciativas em “condições normais” de funcionamento. Analisamos todos os conteúdos publicados neste período por ambos os portais a partir de elementos comuns, capazes de avançar na compreensão do fenômeno e na construção de uma categorização (BARDIN, 2011) com o objetivo de responder às perguntas que direcionam este trabalho.

Para esta pesquisa se faz necessário compreender sobre os que essas iniciativas estão falando, de que forma estão falando e com quem estão falando. Assim, acreditamos, será possível identificar de que forma sua atuação se configura (ou não) como lugar de exercício do direito humano à comunicação e de construção de espaços de re-existência digital.

3.1 Ocorre Diário

O Corre Diário mantém ativo na web um portal de notícias e perfis nas redes sociais (Facebook, Instagram e YouTube). Iniciaremos nossa análise pelo Portal, que durante os dois meses de análise realizou ao todo 25 publicações, com uma maior concentração no mês de Março de 2020, quando houve mais que o dobro das publicações registradas em Fevereiro. Nos apêndices 1 e 2 são apresentados as tabelas com a catalogação dos conteúdos do Portal Ocorre Diário, nos meses de fevereiro (1) e março (2), que serão analisados nessa dissertação.



Figura 1 – Home page do Ocorre Diário

No mês de fevereiro de 2020 (Apêndice 1), o Ocorre Diário publicou em site (ocorrediarario.com) um total de sete matérias. A primeira publicação do mês foi feita no dia 04/02, as demais seguiram nos dias 06, 07, 11, 13 e 25 de Fevereiro. Em média, o portal publicou uma matéria a cada 4,2 dias. A matéria mais acessada neste mês tinha como título: “*‘Elas nas telas’ dá um salve às mulheres artistas das quebradas teresinenses*”, com 475 visualizações.

Como o Ocorre Diário deixa público o número de visualizações de cada matéria, foi possível observar que as publicações do mês de fevereiro renderam um total de 1761 visualizações, o que representa uma média de 251 visualizações por matéria.

Três das sete matérias públicas foram de produção coletiva/colaborativa da equipe do Ocorre Diário, as demais foram assinadas por parceiros e colaboradores. Entre eles, havia um cientista social (Natanael Alencar), uma ambientalista (Tância Martins), um jornalista ativista LGBTQI+ (Vicente de Paula) e uma indígena (Aliã Warimi Guajajara).

As matérias são divididas em editorias. A editoria “cidade” aparece em todos os conteúdos publicados. Além desta, no mês de fevereiro de 2020, foram publicadas matérias nas categorias “cotidiano”, “geral”, “meio ambiente”, “esperanças”, “arte e cultura”, “diversidade” e “direitos humanos”. Seis das sete matérias tratam de conteúdos regionais (Piauí), sendo que apenas uma das matérias do mês aborda um assunto geral.

No mês de março de 2020 o número de matérias publicadas saltou para 18, sendo que a primeira foi postada no dia 03/03. As demais matérias foram publicadas nos dias 04, 05, 10,

14, 16, 18, 19, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 31 de março. Em média, o portal publica uma matéria a cada 2,7 dias.

As publicações renderam um total de 2890 visualizações, uma média de 160 acessos por matéria. A matéria *“Lagoas do Norte: após denúncias, Banco mundial realiza Painel de inspeção nas comunidades”* registrou o maior número de visualizações, totalizando 346 acessos.

Das 18 matérias publicadas no mês de março, cinco foram de produção coletiva/colaborativa, assinadas como “Redação Ocorre Diário”. As outras 13 matérias foram publicadas por parceiros e colaboradores. Entre eles havia uma ambientalista (Tânia Martins), um advogado especialista em direitos humanos (Lourival Carvalho), uma jornalista popular (Sarah F. Santos), um farmacêutico (Victor Barbosa), um militante do movimento sem terra (Vinícius Oliveira), um militante do movimento negro (Carmen Kemoly), um acadêmico de medicina (Kassio Costa), um pedagogo (Wilton Lopes), um mestrando em comunicação (Luan Matheus), além dos grupos NUJOC – Núcleo de Pesquisa em Jornalismo, Grupo Unificado de Apoio a Diversidade Sexual e Coletivo Caranguejo Tabaiares.

Aqui abro um parêntese para explicar minha relação com o Ocorre Diário e Fala Dirceu. Coloco-me aqui como pesquisador, mas também como sujeito participante do objeto de pesquisa. Sou colaborador do Ocorre Diário desde 2018, onde produzo conteúdo sobre temas diversos, desde as temáticas da comunicação até assuntos do cotidiano da cidade. Através do Ocorre Diário iniciamos uma relação com o Fala Dirceu, onde já realizamos eventos de formação e ações comuns. Apesar da relação de proximidade, busco na pesquisa apresentar um olhar mais amplo, embora, sem a pretensão de parecer completamente neutro, tendo em vista que a neutralidade vem sendo alvo de constantes questionamentos por parte do jornalismo alternativo, desde a prática até seus aspectos teóricos.

Repetindo o que foi observado no mês de fevereiro, todas as matérias foram cadastradas na editoria “cidade”. Além desta, foram publicadas matérias nas categorias “Direitos Humanos”, “Cotidiano”, “Arte e cultura”, “Esperanças” e “Meio ambiente”. Das 18 matérias publicadas em março de 2020, 12 delas tratam de conteúdos regionais (Piauí).

O número de publicações no mês imediatamente anterior aos analisados foi de oito matérias, que renderam ao Ocorre Diário um total de 2587 visualizações, uma média de 323 acessos por matéria. A matéria mais acessada no mês de janeiro foi “E o Delta do Parnaíba? O perigo do petróleo cru não acabou”, que rendeu um total de 708 visualizações.

No mês seguinte aos meses analisados, no mês de abril, o Ocorre Diário fez 13 publicações, totalizando 3044 visualizações, o que representa uma média geral de 234

acessos. A matéria mais acessada tinha como título: “11 tiros, 4 Guardas Municipais e um homem executado: violação dos Direitos Humanos e desencontros das narrativas”, que contabilizou 787 visualizações.

Os conteúdos foram analisados um a um, de onde foi possível extrair sete elementos gerais do jornalismo, que serão importantes balizadores para as análises que faremos mais à frente. A saber: temática abordada; editoria; gênero e formato; autoria; fontes ouvidas; proximidade; e periodicidade.

ELEMENTOS ANALISADOS	CONTEÚDOS DO PORTAL OCORRE DIÁRIO
Temática abordada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manifestação estudantil 2. Política na era digital 3. Saneamento básico 4. Direito à Moradia 5. Arte nas periferias 6. Carnaval e diversidade 7. Racismo na mídia 8. Falta de mobilidade urbana 9. Protesto de carroceiros 10. Crime de trânsito 11. Protesto contra SEMAR e ENEL 12. Transfobia 13. Lagoas do Norte 14. Coronavírus 15. Coronavírus nas periferias 16. Esperança Garcia/Racismo 17. Democratização da internet 18. Transfobia
Editorial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cotidiano 2. Geral 3. Meio Ambiente 4. Diversidade 5. Esperanças

	<p>6. Direitos Humanos</p> <p>7. Espiritualidade</p>
<p>Gênero e Formato</p> <p>Aqui adotamos as ideias de Melo e Assis (2016), que estabelecem duas características básicas para definir um gênero:</p> <p>1) sua aptidão para agrupar diferentes formatos; 2) e sua função social. Frente a isso, apresentam o seguinte panorama dos gêneros jornalísticos e de suas respectivas funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informativo: vigilância social; • Opinativo: fórum de ideias; • Interpretativo: papel educativo, esclarecedor; • Diversional: distração, lazer; • Utilitário: auxílio nas tomadas de decisões cotidianas. 	<p>Informativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Notícia - Reportagem - Release <p>Opinativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Artigo de opinião <p>Diversional</p> <ul style="list-style-type: none"> - História colorida
<p>Autoria</p> <p>sujeitos racializados</p> <p>decolonialidade</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coletivo Ocorre Diário 2. Cientista Social 3. Ambientalista 4. Pedagogo 5. Jornalista popular 6. Mulher indígena 7. Ativista LGBTQIA+ 8. Coletivo Caranguejo Tabiares 9. Militante do Movimento Negro

	<p>10. Grupo Unificado de Apoio a Diversidade Sexual</p> <p>11. Estudante de medicina</p>
Fontes ouvidas	<p>1. Estudantes</p> <p>2. Pesquisadores</p> <p>3. Ambientalistas</p> <p>Liderança comunitária</p> <p>4. Ativistas culturais</p> <p>5. Indígena</p> <p>6. Coletivo Hip Hop Papoka Crio</p> <p>7. Mulheres Artistas do Hip Hop</p> <p>8. Moradores da periferia</p> <p>9. Strans – Superintendência de Trânsito</p> <p>10. Auditoria Popular do Transporte.</p> <p>11. Vítima de crime de trânsito</p> <p>12. Comunidades ameaçadas por barreira de contenção</p> <p>13. Fundação Rio Parnaíba – FURPA</p> <p>14. Bióloga</p> <p>15. Enel Green Power</p> <p>16. Mulher Trans</p> <p>17. Centro de Defesa Ferreira de Sousa</p> <p>18. Moradores do Bairro Mafrense</p> <p>19. Jornalista popular</p> <p>20. Articulação Recife de Luta</p> <p>21. Coletivo Caranguejo Tabaiars</p> <p>22. Associação de Moradores</p> <p>23. Comunicador Popular – Tudo para todos</p>
Proximidade	<p>Fevereiro:</p> <p>- 85% de conteúdo local (Seis das sete matérias</p>

	<p>tratam de conteúdos do Piauí);</p> <p>Março:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 66% de conteúdo local (12 das 18 matérias publicadas tratam de conteúdos do Piauí).
Periodicidade	<p>Fevereiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sete matérias; - Publicações nos dias 04, 06, 07, 11, 13 e 25 de Fevereiro; - Média de uma matéria a cada 4,2 dias. <p>Março:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 18 matérias; - Publicações nos dias 03, 04, 05, 10, 14, 16, 18, 19, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 31 de março. - Média de uma matéria a cada 2,7 dias.

Em relação à análise do perfil do Instagram do Ocorre Diário (@ocorrediarario), optamos por iniciar a semana composta a partir da terça-feira (04/02), que corresponde ao primeiro dia da primeira semana de fevereiro em que houve postagem no perfil. O Ocorre Diário possui 2239 seguidores no Instagram (número atualizado no dia 16/01/2020) e realizou 308 publicações entre 3 de março de 2018 e 16 de janeiro de 2021. Analisamos as publicações realizadas entre os meses de Fevereiro e Março, conforme consta no apêndice 3.

Durante os 10 dias de análises, o perfil do Ocorre Diário realizou 11 publicações, das quais renderam 928 curtidas e 23 comentários. Foi uma média de 1,1 publicações por dia, embora em quatro dias (12, 20, 28 de fevereiro e 02 de março) não houve postagens no perfil. Cada postagem recebeu, em média, 84,3 curtida e 2,4 comentários (sendo que os comentários se concentraram em apenas quatro postagens).

O conteúdo de sete das 11 postagens (que representa 63,6% das publicações analisadas) estava relacionado a assuntos locais. Os conteúdos abordam temáticas referentes à

mobilização estudantil contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, à luta por moradia, aos impactos do novo coronavírus na população mais empobrecida, as violações de direitos humanos e negritude. Vale destacar que as quatro publicações com temáticas mais gerais tratavam da questão LGBTQIA+, da Covid-19 e as outras duas eram sobre uma iniciativa de *lives* do Ocorre Diário, que abordou diversos assuntos, locais e gerais.

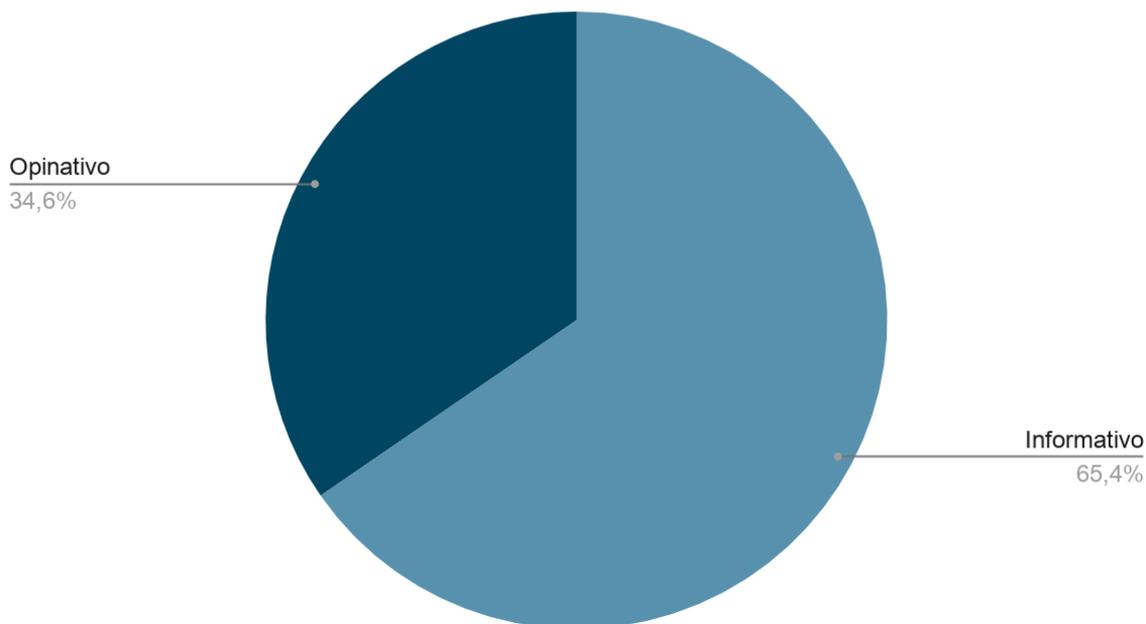
O formato de vídeo foi utilizado apenas uma vez. As demais postagens feitas com fotos ou banners. Foi possível perceber que a equipe do Ocorre Diário produziu banners específicos para as redes sociais (com edição de imagem, isenção de logo e legendas) em oito das 11 postagens, sendo que em seis postagens (ou seja, mais da metade) eles faziam referência a conteúdos que haviam sido publicados no site. Apenas um conteúdo publicado no perfil não estava relacionado a um conteúdo do site. Abaixo apresentamos seis elementos observados nos conteúdos, que serviram de parâmetro para a análise e caracterização do Ocorre Diário:

ELEMENTOS ANALISADOS	CONTEÚDOS DO INSTAGRAM DO OCORRE DIÁRIO
Temática abordada	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos Sociais; - Pandemia; - Política digital; - Meio ambiente; - Periferia; - Cultura; - Geral; - Questão racial.
Formato (vídeo, foto, banner)	<ul style="list-style-type: none"> - Vídeo: 01 - Foto: 01 - Banner: 09
Produção (Própria, recirculação, etc)	<ul style="list-style-type: none"> - Própria: 09 - Recirculação: 02
Origem da publicação (específica para o Instagram ou	<ul style="list-style-type: none"> - Para Instagram: 02 - Oriunda da site: 06

compartilhada do site)	- Oriunda de outro local: 03
Proximidade	- Local: 07 - Geral: 04:
Periodicidade	- No período analisado houve 1,1 publicações por dia.

Observamos que os conteúdos produzidos pelo Ocorre Diário se concentram dentro do gênero informativo, com reportagens, notícias e veiculação de release, mas abrindo espaço para textos opinativos e entretenimento, sempre alinhado às questões sociais, políticas e de mobilização social. Quanto ao gênero, 65,4% foram de cunho informativo, enquanto 34,6% de cunho opinativo. Não houve conteúdo diversional.

Gráfico 1 – Gênero e Formato

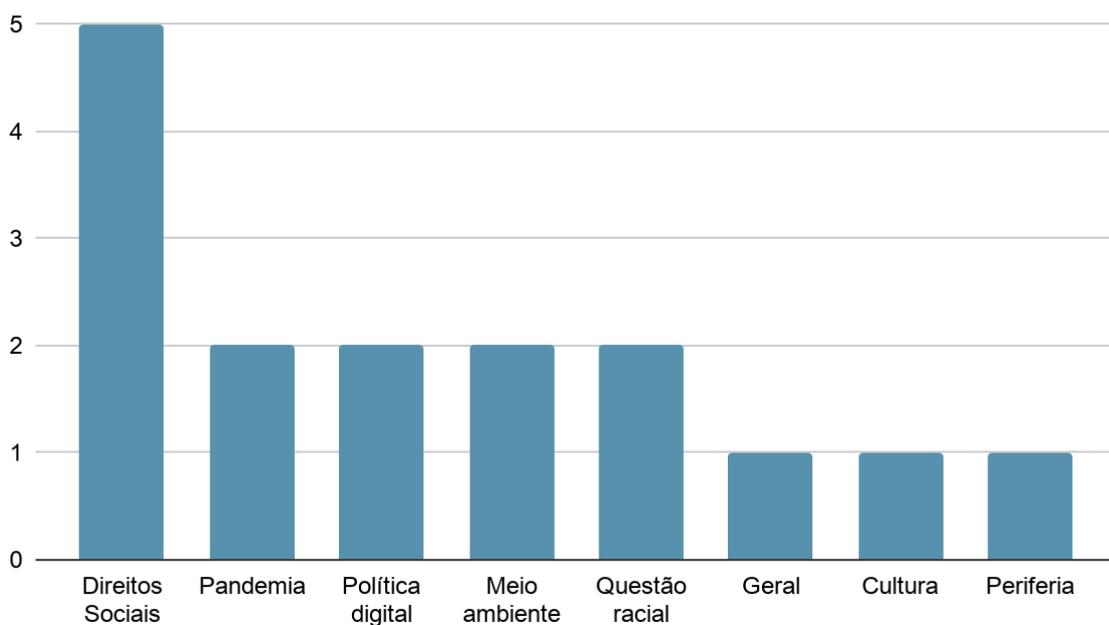


Fonte: produção própria

Os conteúdos dão conta de uma grande diversidade de temas, inserindo no contexto de protagonistas da produção sujeitos subalternizados, periféricos, racializados e historicamente

invisibilizados pelos processos sociais e comunicacionais. Esses mesmos sujeitos estão muito presentes entre as fontes ouvidas nas produções. No período analisado identificamos os seguintes temas: Direitos Sociais (5), Pandemia (2), Política digital (2), Meio ambiente (2), Periferia (1), Cultura (1), Geral (1), Questão racial (2). As pautas relacionadas a Direitos Sociais faziam referência a mobilizações e lutas de sindicatos, coletivos políticos e sociais e de comunidades em luta por moradia, transporte, etc.

Gráfico 2 – Temática



Fonte: produção própria

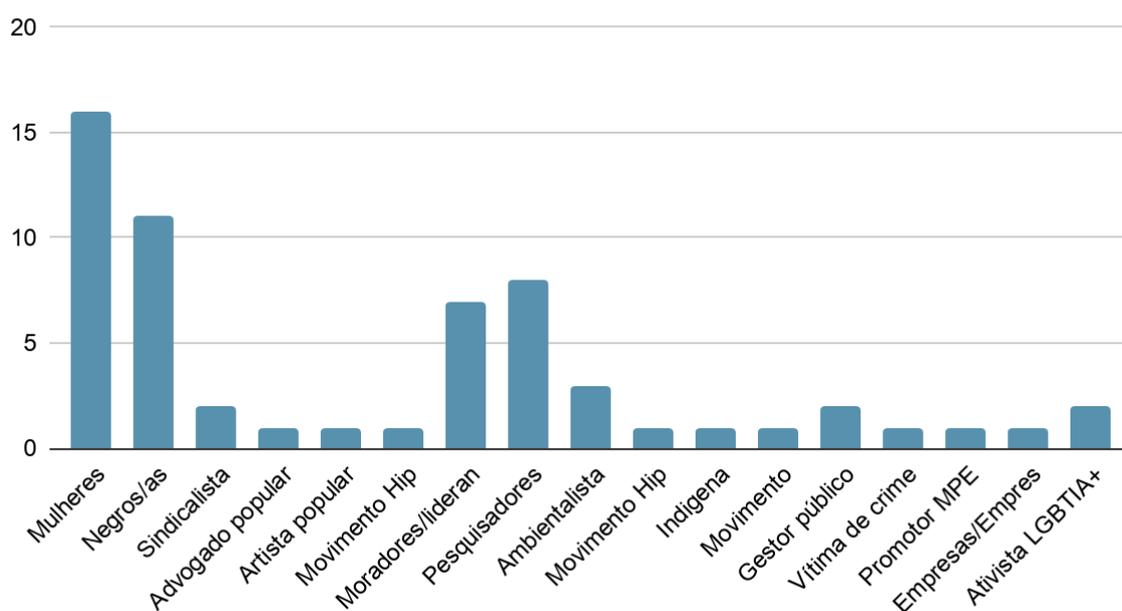
Por algumas ocasiões, comunicadores e fontes se misturam no processo. Quem produz, por estar inserido no processo, é fonte para a informação, a exemplo da *Matéria: “Fetichismo de branco: Em ato racista Rede Clube exibe blackface no carnaval”*, onde a fonte não aparece apenas repassando informação, mas constroem um texto que é incorporado ao restante da matéria como uma complementação às ideias, assim como as fontes muitas vezes são produtoras dos conteúdos.

Nesse aspecto, o Jornalismo alternativo do Ocorre Diário rompe com um paradigma do jornalismo convencional: a neutralidade/imparcialidade. Seus textos e temáticas escolhidas assumem um lado sem se afastar daquilo que entendemos por webjornalismo, conforme as características aqui apresentadas no capítulo anterior. Portanto, é um jornalismo tipicamente

digital, alinhado com as lutas das comunidades, periferias, sujeitos subalternizados e invisibilizados.

É possível perceber essa relação a partir da identificação das fontes utilizadas para construção dos conteúdos, que vão de sindicalistas até advogados populares, com uma grande diversidade de fontes que abarca ainda artistas, lideranças comunitárias, ativistas sociais, mulheres, negros e negras, etc. Essa observação foi comprovada a partir de dois fatores centrais: primeiramente pela apresentação textual e pelas imagens das fontes disponibilizadas nos conteúdos; seguido pela relação direta deste pesquisador com o Portal Ocorre Diário, o que possibilita um maior conhecimento das fontes ouvidas e dos processos.

Gráfico 3 – Fontes



Fonte: produção própria

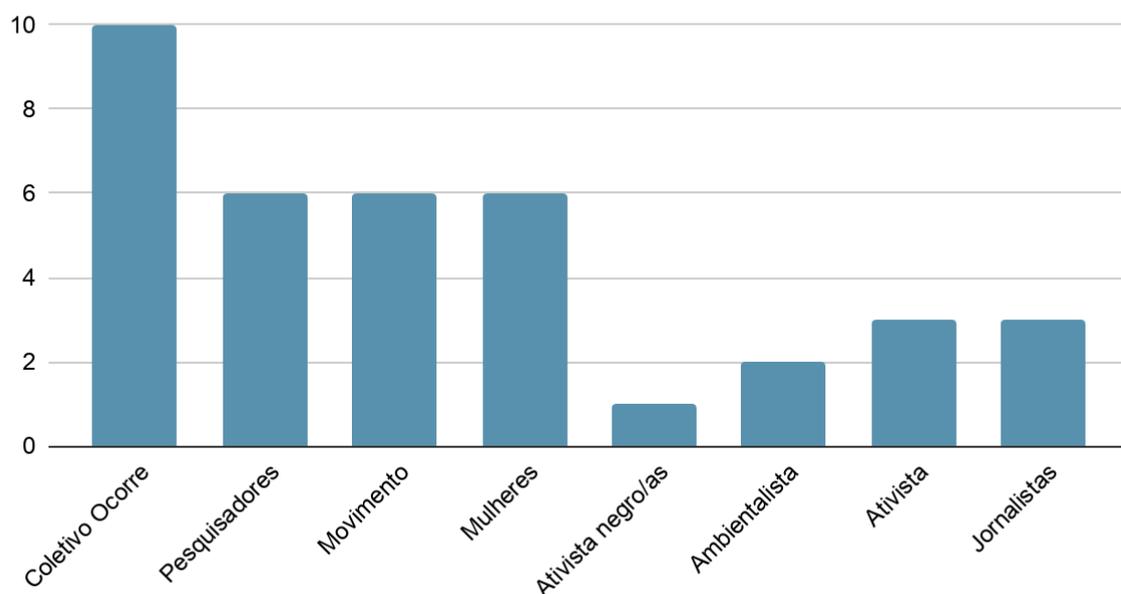
Quando falamos em “sujeitos invisibilizados”, não estamos falando de uma ação única e específica, mas de um processo histórico, político e social, que tem seu início marcado pela colonização europeia a países da África e América Latina, e cujas marcas da colonialidade (QUIJANO, 2000), permanecem produzindo processos de exclusão e desigualdade.

Quijano (2000) explica que esse processo vem, ao longo dos séculos, tentando uma universalização dos modos de vida e de pensar das sociedades a partir de três elementos

chave: raça, gênero e trabalho (QUIJANO, 2000). Ou seja, pessoas racializadas (negros/as, indígenas), não masculinas (mulheres, pessoas LGBTQIA+) e pertencentes ao proletariado (trabalhadores, desempregados, comunitários) foram subjugadas à condição de inferioridade, colocadas à margem dos processos de “desenvolvimento”, tendo suas histórias, memórias e culturas usurpadas pelo poder dominante, nesse caso: patriarcal, heteronormativo, branco, europeu.

Assim, o Ocorre Diário traz para o centro das suas produções mulheres e homens negros/os, indígenas, pessoas LGBTQIA+, movimentos sociais e populares, lideranças comunitárias e trabalhadores. Ao fazer isso, acreditamos que o portal contribui significativamente para o processo de restabelecimento do *direito de dizer a palavra*, de poder contar e recontar as histórias dos povos subalternizados e, de certa forma, de responder positivamente à Spivak (2014), quando pergunta: *pode o subalterno falar?*¹³

Gráfico 4 – Produtores dos conteúdos



Fonte: produção própria

..

Observamos também uma produção de conteúdo muito próxima da vivência de cada pessoa, foi possível observar ativistas negros/as falando sobre a questão racial (26/03/2020:

¹³ No Livro, Spivak (2014) chama atenção para os processos de exclusão que levaram ao silenciamento coletivo de diversos grupos sociais subalternizados. A esses, nem o direito da fala era concedido.

Comunicação, Direito e Esperança Garcia: a tríade da primeira advogada do Brasil¹⁴); ambientalistas escrevendo sobre meio ambiente (07/02/2020: Na surdina, deputados do Piauí aprovam Lei do Saneamento sem debate com a sociedade¹⁵); lideranças comunitárias sobre problemas da comunidade (25/03/2020: Libera a merenda: entidade exige mantimentos da merenda escolar para suprir famílias em quarentena¹⁶); pessoas LGBTQIA+ sobre LGBTfobia (10/03/2020: Sobre o caso Suzy: das cartas à guilhotina¹⁷) e assim sucessivamente. Quem contava as histórias, embora ouvindo outras fontes, em geral era parte do contexto.

São elementos importantes para os processos jornalísticos alternativos, na medida em que geram outros caminhos de construção das notícias, pautados na experiência vivida e não apenas na narração dos fatos. Vale ressaltar que a experiência é um elemento muito importante nesse contexto, entendendo essa experiência como aquilo que nos atravessa na vida cotidiana, aquilo “que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca [...]. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça”. (BONDÍA, 2020, p.21).

Observamos que essa proximidade é refletida na regionalização dos conteúdos. No período analisado, a maioria dos conteúdos aborda temáticas locais, referentes ao Piauí (85%, em fevereiro; 66%, em março), dentro da realidade social e territorial dos produtores desses conteúdos. Apesar disso, existem conteúdos que fogem a essa regra e abordam questões mais gerais.

É essa mesma proximidade a responsável por criar laços afetivos que auxiliam na produção dos conteúdos. Como a origem do Ocorre Diário está diretamente ligada à luta por moradia da comunidade da Avenida Boa Esperança (Zona Norte de Teresina), a comunidade é muito presente nos conteúdos produzidos. Nos meses analisados, 24% das matérias faziam menção direta ou indireta à região, onde os moradores e lideranças comunitárias eram fonte e produtores das notícias.

No que diz respeito à periodicidade, em comparação aos portais de notícias da mídia convencional, há um intervalo de tempo grande entre as publicações do Ocorre Diário, o que pode denotar uma certa dificuldade operacional de produção dos conteúdos, falta de

¹⁴ Disponível em: <https://ocorrediarario.com/comunicacao-direito-e-esperanca-garcia-a-triade-da-primeira-advogada-do-brasil>

¹⁵ Disponível aqui: <https://ocorrediarario.com/na-surdina-deputados-do-piaui-aprovam-lei-do-saneamento-sem-debate-com-a-sociedade/>

¹⁶ Disponível em: <https://ocorrediarario.com/libera-a-merenda-entidade-exige-mantimentos-da-merenda-escolar-para-suprir-familias-em-quarentena/>

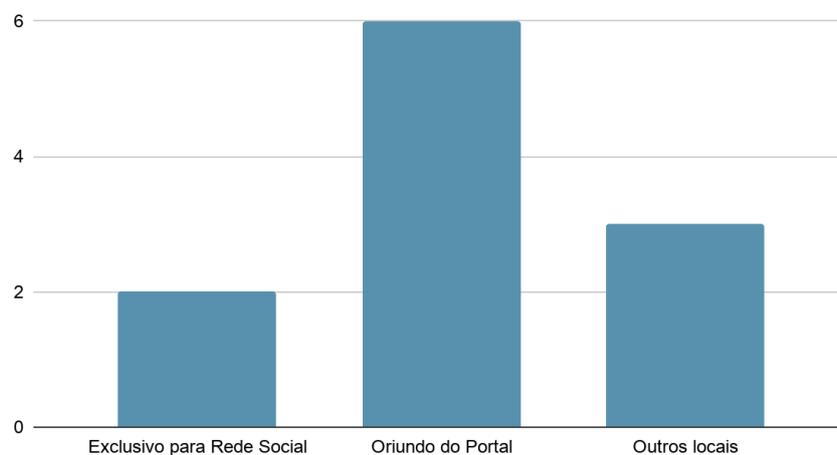
¹⁷ Disponível aqui: <https://ocorrediarario.com/sobre-o-caso-suzy-das-cartas-a-guilhotina/>

infraestrutura ou mesmo de uma equipe reduzida e de trabalho voluntário. Isso, claro, são pistas que a análise dos conteúdos nos deu, possibilitando observar um pouco além dos Modos de Ser (conteúdos) e nos direcionando aos Modos de Fazer (aos processos jornalísticos).

Todavia, a baixa quantidade de publicações, vista com algo negativo por muitos, é questionada por Fontenele (2020), que coloca a temporalidade como um desafio a ser quebrado pelo Ocorre Diário e por uma comunicação que se propõe a ser emancipatória. Para ela, o aprisionamento do tempo presente promove um distanciamento entre as pessoas e a natureza, onde a instantaneidade esvazia de sentido as relações. “Nos desafiamos a pôr no lugar as nossas temporalidades [...] orgânicas de um presente não fugaz, mas como o nome diz “presente”, que encontra raízes e se conecta aos que-fazeres do nosso povo” (FONTELLE, 2020).

A análise dos conteúdos publicados (Portal e Instagram) revela que o foco das produções do Ocorre Diário está no Portal, deixando para a rede social Instagram um espaço de reprodução e circulação dos conteúdos publicados no site. Raramente foram publicados conteúdos exclusivamente para a rede social. Das 11 publicações analisadas, apenas duas (18%) foram produzidas especificamente para o Instagram.

Gráfico 5 – Origem



Fonte: produção própria

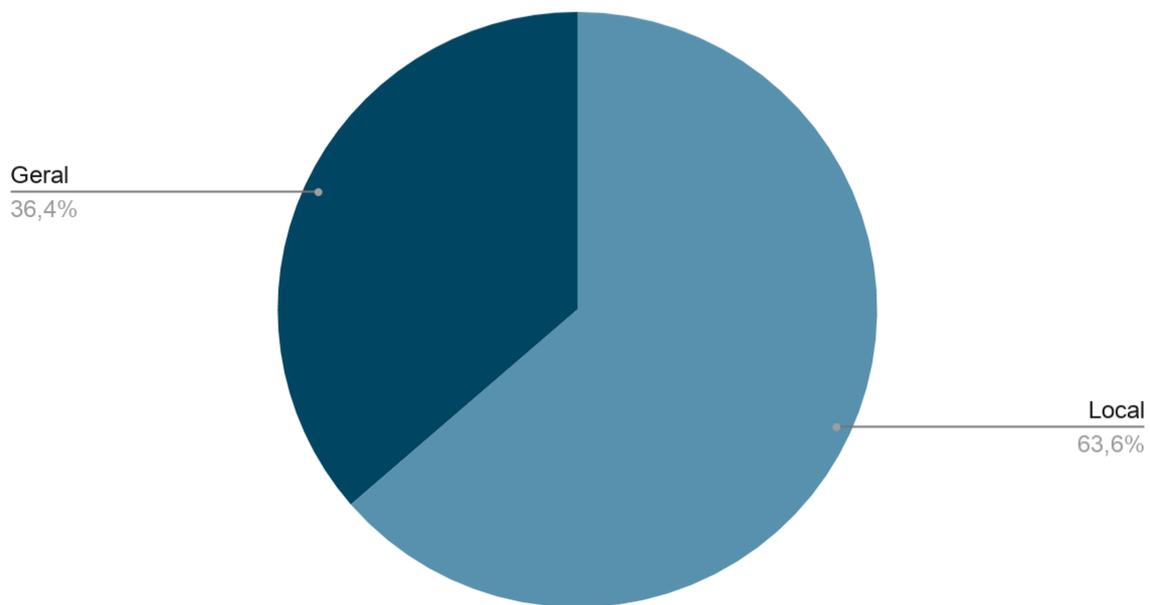
A rede social torna-se quase que um espelho do portal, repetindo as mesmas características analisadas, como a diversidade de temas abordados (desde as mobilizações

estudantis, a questões relacionadas à violência de gênero, direito à moradia, pandemia da covid-19, violação de direitos humanos, etc), incorporação de ativistas, movimentos sociais e sujeitos subalternizados na condição de produtores da informação.

À esses elementos, agregamos as características marcadamente das redes sociais como multimídia, interatividades e circulação, que dão um novo aspecto aos conteúdos publicados no site. No Instagram, o apelo maior acaba sendo pela imagem em detrimento do texto (inverso do que acontece no portal). Os conteúdos de texto, imagem e som se misturam gerando conteúdos esteticamente diferentes do portal, todavia, com o mesmo conteúdo.

Apesar disso, um aspecto positivo e relevante é que, mesmo com poucas produções, a maioria dos conteúdos refletem demandas coletivas e com um forte direcionamento local, que representa 63,6% de todos os conteúdos analisados.

Gráfico 6 – Proximidade



Fonte: produção própria

Todavia, é público e notório que a rede social Instagram vem sendo amplamente utilizada por iniciativas no campo da comunicação alternativa, a exemplo de Mídia Ninja, Jornalistas Livres, Ponte Jornalismo, entre outros. Eles utilizam a rede social como um espaço de propagação de conteúdos curtos sobre temas complexos, gerando assim produtos mais

facilmente absorvidos pelo público e, conseqüentemente, maior engajamento e repercussão dos conteúdos nas redes sociais. Esses meios mantêm sites, que produzem e publicam conteúdos e análises mais detalhadas sobre esses temas e que são compartilhados nas redes sociais.

Notamos, que o uso das redes sociais, apesar de repercutir conteúdos relevantes, é subaproveitado pelo Ocorre Diário, que mantém um perfil com pouca produção de conteúdo específicos e sendo utilizado majoritariamente como um repetidor dos conteúdos que são publicados no site. Esse aspecto se configura como uma pista dos processos, que nos levam a identificar problemas organizacionais, quer sejam de quantidade de pessoal, de profissionalização ou mesmo organização interna e distribuição de tarefas. Problemas que podem acarretar dificuldade de produção de conteúdo.

3.2 Fala Dirceu

Assim como o Ocorre Diário, o Fala Dirceu mantém ativo na web um portal de notícias e perfis nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram e YouTube). Nos meses de Fevereiro e Março de 2020 foram realizadas 14 publicações no portal, sendo seis no primeiro mês e oito no segundo. Nos Apêndices 4 e 5 apresentamos a catalogação dos conteúdos analisados no Portal Fala Dirceu, nos meses de fevereiro (4) e março (5).

O Fala Dirceu publicou em site (faladirceu.com), no mês de fevereiro de 2020, um total de seis matérias. A primeira publicação do mês foi feita no dia 02/02, as demais foram postadas nos dias 04, 05, 10 e 11 de Fevereiro, sendo que no dia 11/02 houve duas publicações. Em média, o portal publica uma matéria a cada cinco dias.

O Portal Fala Dirceu não disponibiliza abertamente os dados referentes a acessos, não sendo possível, portanto, ter acesso direto aos números de visualizações do portal. Todas as matérias publicadas no portal foram assinadas pela equipe do Fala Dirceu, sem identificação dos autores, incluindo um release feito pela Prefeitura Municipal de Teresina sobre a inauguração de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), a qual detalharemos mais a frente.

Na página inicial do portal as matérias são divididas por categorias/editorias, dispostas na barra superior, dispõe de colunas com assuntos diversos, como: cultura, educação, alerta, emprego, empreendedorismo e esporte. Nas publicações de fevereiro, a temática cultural

predominou, concentrando 50% dos conteúdos publicados. Os demais conteúdos foram sobre cidade (duas matérias) e sobre conteúdo geral (uma matéria).

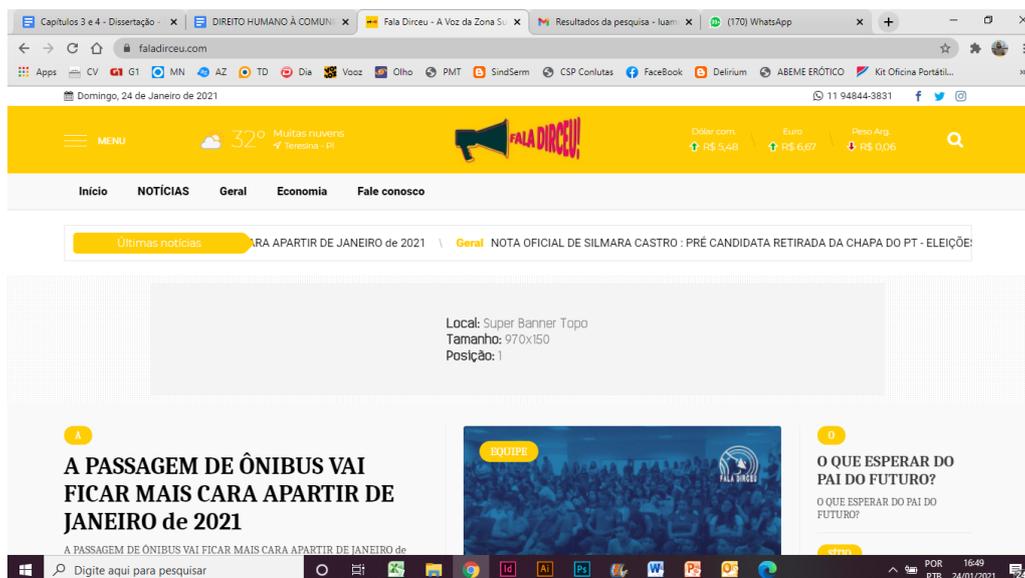


Figura 2: Home page do Portal Fala Dirceu. Fonte: www.faladirceu.com

Das seis matérias publicadas em fevereiro, apenas duas apresentaram conteúdos gerais, que não tratavam de assuntos diretamente ligados ao bairro Dirceu. As outras quatro matérias eram de temas locais, abordando problemas e potencialidades do bairro.

No mês de março foram contabilizadas oito publicações no portal Fala Dirceu, sendo a primeira publicada no dia 07/03. Nesse mês as publicações seguiram um comportamento diferente ao registrado no mês anterior. As oito publicações foram realizadas em apenas três dias, sendo duas no dia 07/03, quatro no dia 21/03 e duas no dia 23/03.

Assim como no mês anterior, a maioria das publicações foram assinadas pela equipe do Fala Dirceu, portanto, sem informação com relação ao nome dos autores dos textos. A única exceção foi uma matéria do Ministério Público do Piauí, que tratava de uma recomendação de assistência à população de rua durante pandemia do coronavírus. Além dessa, ainda havia outro release, sem modificação de fonte, que tratava de ações do Governo do Estado para um maior controle das pessoas que entram no Estado.

Em março houve um comportamento diferente com relação aos conteúdos publicados. Das oito matérias disponíveis no site nesse mês, apenas duas faziam referência direta ao bairro Dirceu, sendo que uma era um banner de orientações relacionadas ao isolamento social e a outra fazia referência a um evento em que a equipe do Fala Dirceu foi convidada a

participar. As outras seis matérias eram sobre temas diversos, como feminismo, pandemia do Novo Coronavírus, auto-ajuda e tecnologia.

Não houve publicações nos meses de janeiro e abril de 2020, portanto, no mês anterior e posterior aos meses analisados. A última atualização antes do mês de fevereiro foi em novembro de 2019, onde foram realizadas apenas duas publicações. Após a análise individual de cada conteúdo publicado foi possível indicar os elementos necessários para uma caracterização mais assertiva do Fala Dirceu.

ELEMENTOS ANALISADOS	CONTEÚDOS DO PORTAL FALA DIRCEU
Temática abordada	<ul style="list-style-type: none"> - Concurso de beleza local; - Cultura; - Batalha da Cultural – Hip hop - Feminismo; - Saúde mental; - Preço da energia na região sudeste; - Maria Bonita - Dia Internacional da Mulher; - Olga Benário - Dia Internacional da Mulher; - População de rua; - Pandemia da Covid-19; - Perdão; - Encontro universitário; - Tecnologia e educação; - Pandemia da Covid-19;
Editorial	<ul style="list-style-type: none"> - Artigo de opinião; - É cultura; - Educação; - Alerta; - Emprego; - Empreendedores daqui; - Esporte

<p>Gênero e Formato</p> <p>Aqui adotamos as ideias de Melo e Assis (2016), que estabelecem duas características básicas para definir um gênero:</p> <p>1) sua aptidão para agrupar diferentes formatos; 2) e sua função social. Frente a isso, apresentam o seguinte panorama dos gêneros jornalísticos e de suas respectivas funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informativo: vigilância social; • Opinativo: fórum de ideias; • Interpretativo: papel educativo, esclarecedor; • Diversional: distração, lazer; • Utilitário: auxílio nas tomadas de decisões cotidianas. 	<p>Informativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Notícia - Reportagem - Release - Entrevista <p>Opinativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Artigo de opinião <p>Diversional</p> <ul style="list-style-type: none"> - História colorida
<p>Autoria</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Todas as matérias publicadas no portal foram assinadas pela equipe do Fala Dirceu, sem identificação dos autores, incluindo releases da Prefeitura e Governo do estado; - Exceção: release do Ministério Público

Fontes presentes nos conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> - Jovem vencedor de concurso de beleza local; - Banco Itaú; - Movimento Hip Hop; - Equatorial; - Prefeitura de Teresina; - El País; - Aventuras na história; - Ministério Público; - Governo do Estado - Sem fonte
Proximidade	<p>Fevereiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 66% de conteúdo local (Quatro das seis matérias tratam de conteúdos do bairro); <p>Março:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 25% de conteúdo local (Duas das oito matérias publicadas tratam de conteúdos do bairro). <p>Total:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 42% e conteúdo local
Periodicidade	<p>Fevereiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seis matérias; - Publicações nos dias 02, 04, 05, 10 e 11 - Média de uma matéria a cada 5 dias <p>Março:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oito matérias; - Publicações nos dias 07, 21 e 23; - Média de uma matéria a cada 3,7 dias

No Instagram, as análises do Fala Dirceu iniciaram no dia 04/02, para fim de uma comparação mais assertiva com o perfil do Ocorre Diário. O perfil do Fala Dirceu possui 17,2 mil seguidores (número atualizado no dia 16/01/2021) e realizou 1917 publicações, entre os dias 23 de outubro de 2018 e 16 de janeiro de 2021. As informações estão catalogadas no Apêndice 6.

Durante os 10 dias de análises, o perfil realizou 59 publicações, que renderam 2569 curtidas, uma média de 45,5 curtidas por postagem. A publicação com o maior número de curtidas foi realizada no dia 18 de março e teve 376 curtidas, falando sobre solidariedade na pandemia, uma imagem de Curitiba que viralizou na internet.

Foram 154 comentários entre as 59 publicações, uma média de 2,6 comentários por publicação. Em 28 delas não houve nenhum comentário. A publicação com maior número de comentários foi realizada no dia 18 de março de 2020 e teve 30 comentários.

Os conteúdos locais são predominantes entre as publicações, correspondendo a 74,5% (44 postagens) do total. No período analisado foram identificadas 44 publicações que faziam referência direta ao bairro Dirceu ou à cidade de Teresina, as demais apresentavam conteúdos gerais. Foram abordados temas como a história do bairro, violência, movimento hip hop, fake news, pandemia da Covid-19, cultura, movimento LGBT, direitos trabalhistas, saúde, denúncias de problemas gerais do bairro.

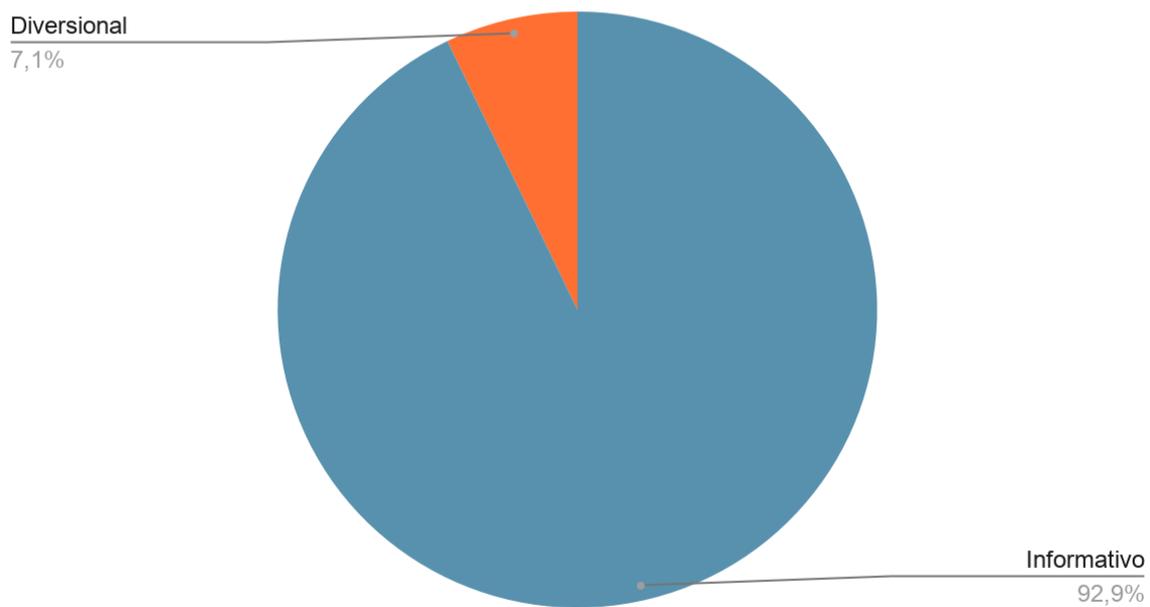
Em relação aos formatos, 35% delas foram conteúdos audiovisuais, que corresponde a 21 das 59 publicações do período analisado. As demais publicações foram por meio de foto e banners, sendo que 22 delas foram banners de produção própria, quatro banners gerais, quatro foram prints das redes sociais e em oito publicações foram utilizadas apenas fotos. De todas as publicações analisadas, apenas duas (ou seja, 3,3%) faziam referência a conteúdos publicados no site, analisados nesta dissertação.

ELEMENTOS ANALISADOS	CONTEÚDOS DO INSTAGRAM DO FALA DIRCEU
Temática abordada	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura (Geral) - Cultura (Local) - Problemas do bairro

	<ul style="list-style-type: none"> - Histórias do bairro - Temas nacionais - Fala Dirceu - Auto-ajuda - Dicas gerais - Adoção de Animais - Saúde Pública - Direitos trabalhistas - Pandemia Covid-19 - Lives - Diversidade/LGBTQIA+
Formato (vídeo, foto, banner)	<ul style="list-style-type: none"> - Vídeo: 21 - Foto: 12 - Banner: 26
Produção (Própria, recirculação, etc)	<ul style="list-style-type: none"> - Própria: 43 - Recirculação: 16
Origem da publicação (específica para o Instagram ou compartilhada do site)	<ul style="list-style-type: none"> - Para Instagram: 41 - Oriunda da site: 03 - Oriunda de outro local: 15
Proximidade	<ul style="list-style-type: none"> - Local: 44 - Geral: 15
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> - No período analisado houve uma média de 5,9 publicações por dia.

No Fala Dirceu é possível identificar um movimento inverso ao que observamos no Ocorre Diário. A maioria dos conteúdos produzidos são direcionados para as redes sociais, o portal acaba sendo subutilizado, com pouca atualização e, na maioria das vezes, reproduzindo conteúdo das redes sociais. No Portal o gênero jornalístico predominante é o informativo, sendo que, das matérias analisadas, apenas uma não pertencia a esse gênero.

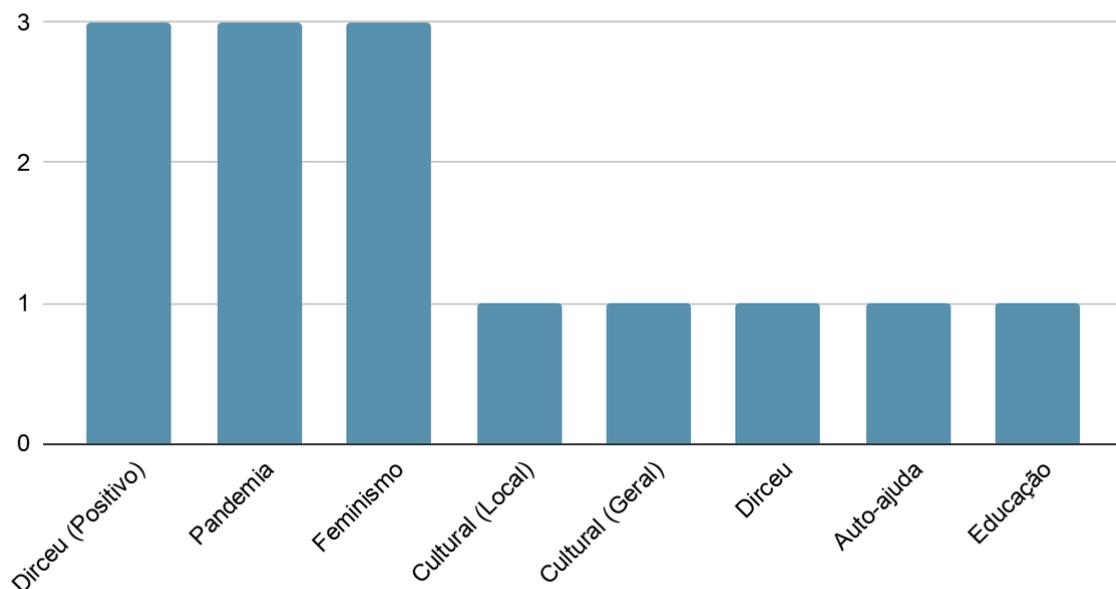
Gráfico 7 – Gênero e Formato



Fonte: Produção própria.

Aqui vale ressaltar a pouca quantidade de matérias produzidas para o portal, bem como a ausência de conteúdos mais aprofundados sobre os temas abordados. Apesar disso, o Portal do Fala Dirceu apresenta uma ampla diversidade de temas, em sua maioria relacionados às notícias do bairro, que vão desde problemas do bairro, concurso de beleza local e atividades culturais, até temas mais gerais como feminismo, saúde mental e pandemia da Covid-19.

Gráfico 8 – Temática

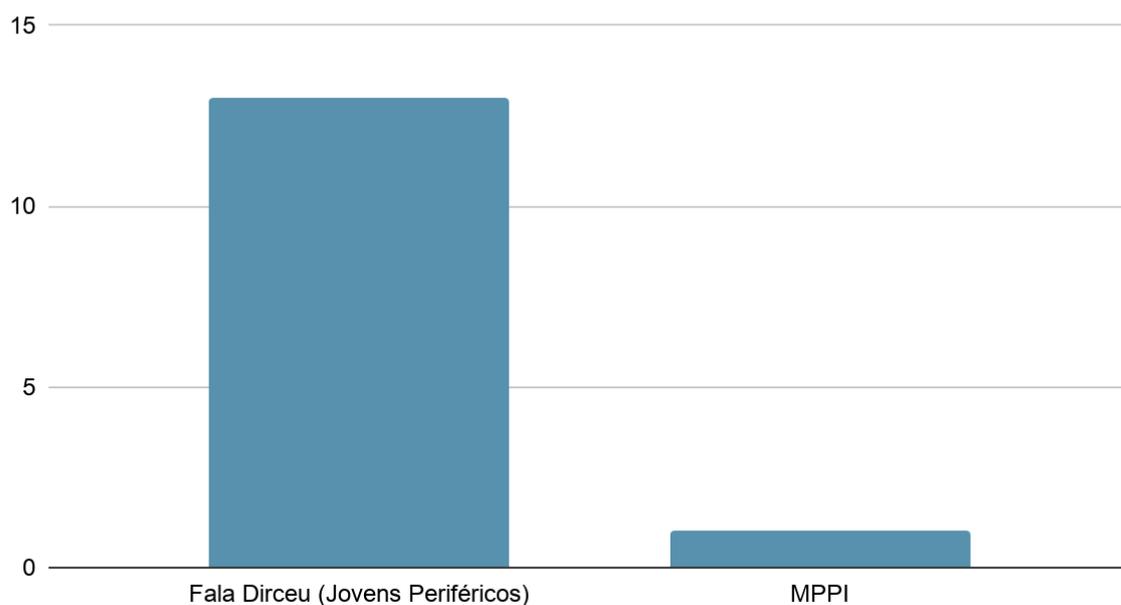


Fonte: Produção própria.

Dessa forma, tanto no portal quanto no Instagram, o Fala Dirceu assume uma postura crítica, de reivindicação de direitos e luta por condições dignas de vida e sobrevivência da população periférica de Teresina – PI, em especial, no bairro Dirceu. As demandas do bairro estão sempre presentes, nos mais diversos temas que são abordados.

Em relação à autoria dos conteúdos publicados no Portal, não há identificação dos autores. Apesar disso, é importante ressaltar que todos os integrantes do Fala Dirceu, como dito anteriormente, são jovens nascidos e residentes no maior bairro da periferia de Teresina. Portanto, são jovens periféricos que se enquadram dentro dessa lógica de invisibilização da sociedade moderna colonial.

Gráfico 9 – Produtores dos conteúdos



Fonte: Produção própria.

Assim, o simples fato desses jovens construírem seu próprio espaço de comunicação, que seja para expressar suas ideias ou para compartilhar conteúdos que julgarem interessantes e pertinentes para o conjunto da comunidade, pode se configurar como um elemento importante no que diz respeito ao exercício do direito humano à comunicação. Até mesmo o conteúdo local, foco do Fala Dirceu, aparece pouco no portal, durante o período analisado, demonstrando mais uma vez a subutilização do espaço.

Esses elementos podem se configurar como pistas para uma compreensão dos processos de produção desses conteúdos. Parece-nos que falta ao Fala Dirceu uma organicidade e qualificação técnica acerca da produção de reportagens e conteúdos jornalísticos, o que em nenhum momento reduz a importância e relevância dos conteúdos produzidos, que podem repercutir negativamente na utilização dos espaços comunicacionais disponíveis. Por se tratar de um trabalho voluntário e não remunerado, acrescenta-se a esses fatores uma dificuldade maior de organização do tempo e tarefas. Para Peruzzo (2009), esse é um dos grandes gargalos e entraves da comunicação alternativa.

No que diz respeito às fontes ouvidas e consultadas para a construção dos conteúdos do portal, é importante destacar a ausência ou a pouca quantidade de fontes locais ou que se encaixem dentro de um contexto de invisibilização, conforme esquema proposto por Quijano

(2005). Foi possível observar nas produções locais a presença de mulheres, sujeitos periféricos, negros/as, artistas populares, etc., que historicamente são invisibilizados pela mídia.

Gráfico 10 – Fontes

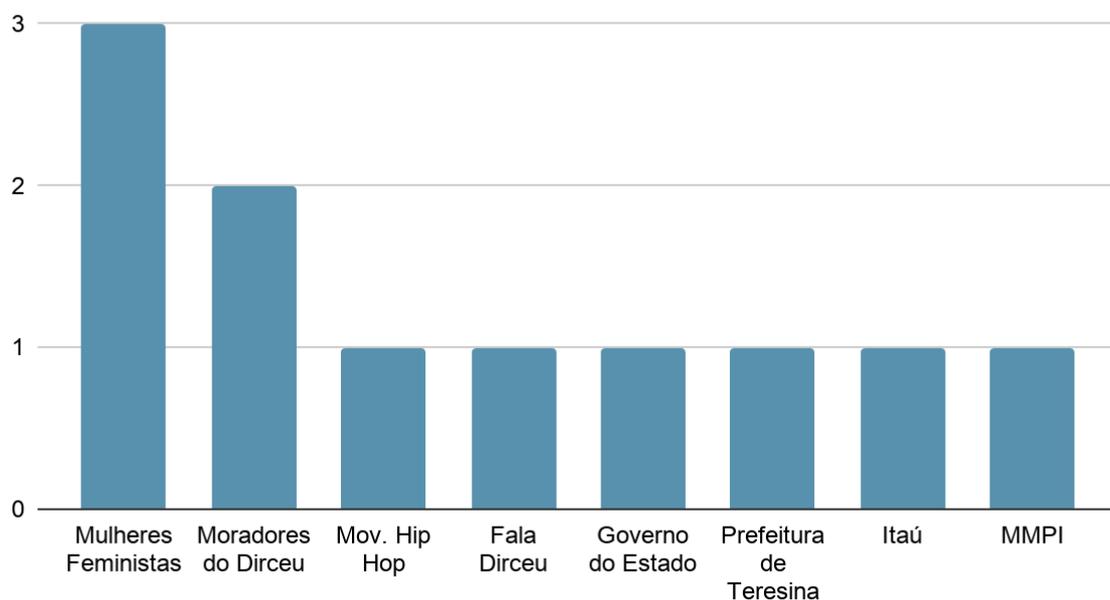


Gráfico 10 – Fonte: Produção própria.

O Fala Dirceu se autointitula uma TV Comunitária feita pelo Dirceu e para o Dirceu. Embora o site deixe a desejar no quesito proximidade e conteúdos locais (vale ressaltar que essa análise aconteceu em momento específico, o que não quer dizer que seja uma constante), os conteúdos direcionados cumprem esse objetivo pelo qual o grupo assumiu.

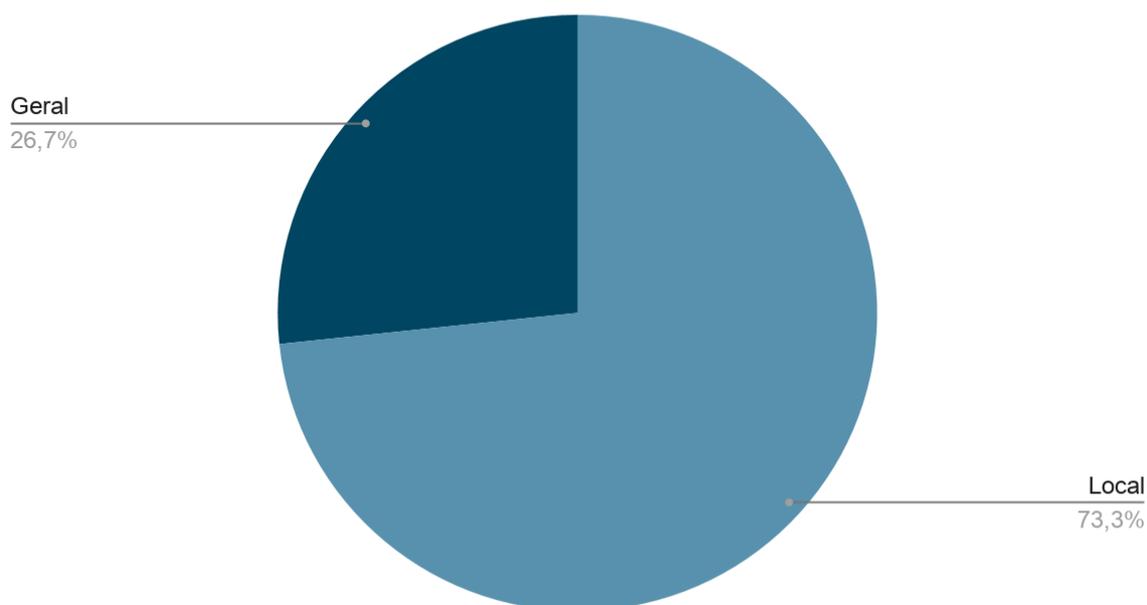
A pouca periodicidade que falta ao portal tem de sobra no perfil do Instagram. Com mais de 17 mil seguidores, quase oito vezes mais que o Ocorre Diário, o Fala Dirceu publicou no período analisado cinco vezes mais que o Ocorre Diário.

No Instagram a diversidade de temas é muito superior à observada no portal, trazendo conteúdos plurais, diversos e nos mais variados formatos, como vídeo, fotos e banners. Os conteúdos vão desde a cultura local, movimento hip hop, poesia e divulgação de artistas até denúncia de problemas que são observados no bairro e anúncio de melhorias que chegaram para a região.

No perfil do Instagram, diferente do site, a maioria dos conteúdos são locais (73,3%).

Ao criar conteúdo para o bairro, pelo bairro e com o bairro, o Fala Dirceu cria a possibilidade de gerar visibilidade a sujeitos periféricos, historicamente invisibilizados pelos processos políticos, sociais, econômicos e midiáticos. O portal e o site passam a criar uma outra imagem da periferia, especificamente do Dirceu, não só abordando os seus problemas, mas também divulgando as suas potencialidades e suas melhorias.

Gráfico 11 – Proximidade



Fonte: Produção própria.

Na rede social a produção de conteúdo próprio é muito superior em relação aos conteúdos compartilhados e recirculado. Cerca de 72% de todo o conteúdo publicado foi produzido pela equipe, quer seja foto, banner ou vídeo. A grande quantidade de publicações reflete o tamanho do alcance das postagens e o engajamento, possibilitando ao perfil milhares de seguidores e gerando uma visibilidade muito maior às pautas e temáticas que ali são abordadas. Assim, o Fala Dirceu se consolida com uma importante vitrine digital para as demandas do bairro, seja por emprego, segurança, moradia, qualidade no fornecimento de luz ou mesmo por respeito à diversidade.

Isso pode demonstrar não apenas uma preferência maior pelo uso da rede social, mas o

motivo pelo qual o site é subaproveitado, em virtude da demanda nas redes sociais, como produção de conteúdo, interações e live. Isso, evidentemente, são pistas que a análise dos conteúdos possibilitam, uma vez que acreditamos que esses produtos e processos são parte de um todo, como defendem Maia e Silva (2011).

Assim, o Fala Dirceu se caracteriza como uma iniciativa de jornalismo alternativo/comunitário, desenvolvido essencialmente pelo e para o ambiente digital, que potencializa e gera visibilidade para assuntos de interesse das periferias, em especial ao bairro Dirceu. Formado por jovens periféricos, é um espaço de *dizer a palavra* da periferia e mantém as principais características do webjornalismo (com discutimos no Capítulo 2: hipertextualidade, multimídia, interatividade, instantaneidade, memória), ao mesmo tempo em que cria outras características (como estamos propondo aqui, relacionadas à proximidade, experiência e vida cotidiana).

É evidente que ambas as iniciativas (Ocorre Diário e Fala Dirceu) assumem estratégias semelhantes, porém com focos distintos. A opção por alimentar um portal de notícias e redes sociais é o que aproxima as duas iniciativas (além dos conteúdos, evidentemente), entretanto, enquanto o Ocorre Diário concentra suas publicações no Portal, prezando por conteúdos mais aprofundados e analíticos, o Fala Dirceu centra sua atuação nas redes sociais, buscando maior visibilidade e quantidades de conteúdos compartilhados.

Ambas as iniciativas são válidas, com conteúdo relevante e nos parece que conseguiram atingir resultados significativos, diante das dificuldades que enfrentam no seu cotidiano (quer sejam dificuldades internas e organizacionais ou pelas limitações políticas e econômicas que seguem empurrando a comunicação alternativa para um lugar de invisibilização).

Aqui não buscamos fazer uma análise comparativa, mas identificar elementos comuns entre as iniciativas que possam contribuir com compreensão e caracterização do webjornalismo alternativo do Piauí.

Guardada a importância das estratégias adotadas pelo Ocorre Diário e Fala Dirceu, esse não nos parece ser o aspecto mais importante para uma caracterização dessas iniciativas. Acreditamos que os conteúdos podem revelar muito mais e contribuir de forma significativa para essa compreensão. Assim, no tópico que segue, partiremos para conclusões e considerações finais, recuperando conceitos centrais debatidos nos dois primeiros capítulos, alinhados aos resultados que obtivemos com análise dos conteúdos realizada neste capítulo, a fim de gerar subsídios para comprovar os resultados atingidos neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Webjornalismo alternativo no Piauí, um lugar de exercício do Direito Humano à Comunicação e Re-existência digital

Ao longo desta dissertação e das análises que foram feitas, consideramos que as experiências de webjornalismo alternativo Ocorre Diário e Fala Dirceu se configuram como iniciativas relevantes no sentido da construção de uma contra-hegemonia entre os meios de comunicação na cidade de Teresina (PI). Dessa forma, se constituem como espaços de potencialização de vozes silenciadas e invisibilizadas, onde sujeitos periféricos e movimentos sociais, sindicais, populares (entre outros), assumem um protagonismo nos conteúdos.

São experiências que agregam modos alternativos de produzir e circular seus conteúdos jornalísticos, não apenas nos seus produtos (chamado aqui de Modos de Ser), mas também nos seus processos (Modos de Fazer). Assumem, no seu fazer diário, uma narrativa de resistência (SANTANA, 2021), com conteúdos que difundem temáticas diversificadas e críticas, incluindo locais e sujeitos historicamente excluídos dos espaços da mídia convencional/hegemônica. Constituem-se, portanto, como grupos que se opõem ao projeto comunicacional dominante no Brasil, tornando-se espaços de resistências (BIELER; MORTON, 2003) à lógica capitalista e de mercado.

Espaços que se manifestam de diferentes formas, inclusive nas redes sociais. Não podemos ignorar, entretanto, que, na comunicação, é nítido o fenômeno da concentração midiática. Esse fator, ao pôr o controle das comunicações nas mãos de poucos grupos privados, restringe a concorrência, a pluralidade e conseqüentemente aumenta os riscos de maior controle do conteúdo, resultando em menos diversidade (LIMA, 2006, p.13).

Segundo o estudo Media Ownership Monitor no Brasil¹⁸, mais de 70% do mercado de televisão aberta está concentrada nos quatro principais grupos, que aglutinam ainda mídias de diferentes tipos. A resistência precisa ser constante e o webjornalismo alternativo no Piauí tem se apresentado como uma alternativa possível e relevante nesse sentido, com o desenvolvimento dos seus próprios modos de fazer, com conteúdos que falam sobre temas do cotidiano, que são vivenciados e experienciados no dia a dia.

Assim, a luta pela democratização da comunicação é uma luta pelo fortalecimento de iniciativas como o Ocorre Diário e Fala Dirceu, que apresentam alternativas viáveis de uma

¹⁸ Media Ownership Monitor: <http://www.mom-rsf.org/>

comunicação e um jornalismo mais justo, humano, ético e independente.

Tanto o Ocorre Diário quanto o Fala Dirceu apresentam características similares, porém articuladas de modos diferentes. De um modo geral, são experiências que reforçam as características do webjornalismo (apresentadas no Capítulo 2), ao mesmo tempo que rompe com alguns paradigmas do jornalismo convencional, como é o caso da neutralidade e periodicidade em ambos os portais.

Com posicionamentos fortes e críticos, esses portais têm produzido conteúdos diversos dentro do limite das suas condições materiais, uma vez que não há uma profissionalização ou trabalho remunerado em nenhum deles. Ainda assim, conseguiram produzir conteúdos inovadores, conforme análise já realizada (SANTANA, 2020), na medida em que analisam, produzem e circulam conteúdos a partir de uma outra perspectiva, neste caso, da perspectiva dos sujeitos que historicamente tiveram seu direito à comunicação negado.

Em ambas as experiências foi possível observar que as fontes assumiram posições distintas no processo de produção dos conteúdos. Ora, repassando a informação, ora sendo produtora dos conteúdos. Isso, a nosso ver, não se configura como um desvio moral ou ético para o jornalismo, pelo contrário, possibilita uma maior veracidade na construção da informação, a incorporação da experiência (BONDÍA, 2020) como parte do processo e a ampliação da possibilidade do exercício do direito à comunicação.

Direito este que, pelas análises realizadas, é incentivado tanto no Ocorre Diário quanto no Fala Dirceu. Fazem isso na medida em que pautam suas produções de conteúdos críticos, direcionados à lutas e mobilizações por direitos e vida digna e com possibilidade de interação e participação dos sujeitos envolvidos. Um caminho que tem levado, tanto um como o outro, à construção de espaços de re-existência digital, onde ambas as iniciativas trilham um movimento com características decoloniais, quer seja na possibilidade de trazer visibilidade a sujeitos historicamente invisibilizados e vítimas de processos de desumanização, quer seja pela possibilidade de recontar as histórias, refazer os caminhos, re-humanizar os corpos e re-existir mesmo em tempos tão adversos.

Nesse sentido, vale ressaltar que os resultados aqui obtidos são fruto de um esforço teórico-epistemológico que desafia a hegemonia colonial, na medida em que busca romper com ideias cristalizadas (europeias e norte-americanas) que dominam as teorias da comunicação e passam a mirar novas perspectivas de produção de conhecimento. Um giro que, como vimos, é teórico-epistemológico, mas também é prático.

Ao longo desta dissertação, buscamos situar o webjornalismo alternativo no contexto da luta pelo Direito Humano à Comunicação, identificando os elementos capazes de avançar

na garantia e no exercício desse direito, bem como identificando os limites e as possibilidades acerca desses processos. Isso, localizado dentro de uma construção teórica decolonial, que se mostrou sólida e capaz de responder às demandas do campo da comunicação, em especial, da comunicação alternativa, dentro ou fora do contexto digital. A seguir, iremos demonstrar de que forma ele se configura dessa forma, a partir da conexão entre elementos teóricos e a análise apresentada no capítulo anterior.

Iniciamos pelos elementos que nos fazem afirmar a existência de um avanço no exercício do Direito Humano à Comunicação a partir das experiências analisadas. Retomemos Hailer (2014) e sua afirmação de que é preciso descolonizar os Direitos Humanos (DH) e abandonar sua matriz hegemônica. Lembremos de Herrera Flores (2009), Gallardo (2014) e Carballido (2013) e suas concepções críticas acerca dos Direitos Humanos. No primeiro capítulo desta dissertação apresentamos diversos elementos teóricos que balizaram nossas reflexões sobre o Direito Humano à Comunicação (DHC), partindo de uma noção mais geral sobre os D.H.

Trata-se de uma perspectiva que rejeita a lógica simplista da teoria tradicional dos Direitos Humanos, centrada e reduzida à criação de leis e instrumentos normativos. Assim, a teoria crítica busca compreender esses direitos para além das leis, agregando aqui elementos que de luta e mobilização dos mais diferentes povos por dignidade.

É, portanto, dentro das lutas e mobilizações dos povos que reside a essência dos Direitos Humanos. No mesmo sentido, o Direito Humano à Comunicação não se materializa em leis e normativas, mas na necessidade das pessoas de dizerem sua palavra, expressarem sua opinião, manifestarem livremente seu pensamento (GUARESCHI, 2013, p.23).

No material analisado do Ocorre Diário, 72% dos conteúdos eram locais. As temáticas, em sua maioria, estavam relacionadas às lutas por direito (Meio Ambiente, Arte e Cultura, Direito a Moradia, Diversidade, Direitos Humanos) e os sujeitos inseridos no processo, direto ou indiretamente, também fazem parte dessas lutas (são ativistas sociais, indígenas, ativistas negros, pesquisadores e ambientalistas).

Já no Fala Dirceu, 50% das publicações faziam referência especificamente ao bairro Dirceu. As demais, são relacionadas a acontecimentos do Estado e do país. As temáticas abordadas tratam de uma realidade de busca por direitos (periferia, cultura, Hip Hop, feminismo, saúde) e os sujeitos envolvidos têm uma relação muito forte de proximidade com o bairro (são jornalistas comunitários, estudantes, moradores do Grande Dirceu e ativistas sociais).

Todas as características elencadas aqui (que vão da pluralidade de vozes e temáticas,

novos de modos de fazer comunicação envolvendo outros sujeitos historicamente excluídos dos processos de produção de conteúdo jornalístico, até a construção de outras narrativas focadas nas regionalidade, nas comunidades onde essas práticas são desenvolvidas) representam, diante daquilo que defendemos até aqui, um avanço no exercício do direito humano à comunicação, indo além da recepção de conteúdos e passando, de fato, a produzir.

Dessa forma, o webjornalismo alternativo passa a cumprir um importante papel na luta pelo direito humano à comunicação, na medida em que utiliza um espaço digital para a construção de narrativas de resistência, com vozes dissonantes da mídia convencional/hegemônica, pautando o interesse coletivo de comunidades, movimentos sociais e grupos subalternizados.

É nesse aspecto que Lima (2015) propõe pensar a real essência do direito humano à comunicação e da democratização da comunicação. Segundo o autor, é um equívoco político centrar a luta pela democratização da comunicação na democratização da grande mídia. Afinal, a democratização acontecerá quando se tiver uma alternativa à grande mídia que possibilite a pluralidade, a diversidade, o exercício do direito à comunicação pela maior parte da população.

Portanto, a partir da experiência do Ocorre Diário e Fala Dirceu, podemos afirmar que o exercício do direito humano à comunicação no webjornalismo alternativo está diretamente associado: 1) à construção coletiva, horizontal e dialógica dos produtos e processos comunicacionais; 2) à participação efetiva e real dos sujeitos historicamente silenciados; 3) ao conhecimento e condições técnicas para execução dos conteúdos produzidos; 4) ao incentivo financeiro para o desenvolvimento e ampliação de iniciativas

Observamos que ambas as iniciativas atuam como um coletivo de pessoas engajadas em determinadas pautas, em um trabalho voluntário e não remunerado. Assim, se apresentam no Portal e Redes Sociais. Aqui, embora não tenhamos nos aprofundado nos Modos de Fazer (processos jornalísticos), observamos que boa parte dos conteúdos é assinado como “redação”, “equipe” ou “produção coletiva”, que são pistas de como esses conteúdos são produzidos, quebrando com a personificação do “jornalista” e pautando os assuntos a partir da junção de várias ideias, incluindo, as fontes.

Colocar as fontes em mesmo patamar de produção dos conteúdos (ressaltamos que isso não é uma regra, mas foi observado em conteúdos diferentes e em ambas as iniciativas) é um caminho para uma construção horizontal das notícias e para a garantia do direito de dizer a palavra. Freire (1987), acredita que a palavra, mais que instrumento, é origem da comunicação e é essencialmente, diálogo. Portanto, o direito de dizer a palavra é o direito de

se comunicar.

Lima (2015), ao sistematizar a teoria da comunicação de Paulo Freire, destaca algumas etapas centrais para sua compreensão: 1) visão da natureza humana (a relação sujeitos com o mundo); 2) comunicação como relação social (diálogo com um compromisso político da mudança revolucionária); 3) paradoxos do diálogo (os interesses inconciliáveis das classes sociais e a dificuldade de estabelecer um diálogo); 4) tradição dos estudos da “comunicação como diálogo”.

É, portanto, do diálogo, que se estabelece a comunicação popular – uma comunicação oriunda das classes subalternas e essencialmente coletiva, horizontal e plural. Tudo aquilo que foge ao diálogo, quando a reciprocidade entre os sujeitos igualmente livres é rompida, a comunicação é substituída por dominação (LIMA, 2015). No pensamento de Freire (1987) é daí que surgem as relações de opressões que reduzem classes sociais subalternas à condição de “coisas” e a comunicação se torna uma “palavra falsa” (LIMA, 2015).

A aplicação desses elementos, especialmente essa relação com as fontes, é essencial para garantir uma participação real dos sujeitos nos processos comunicativos. Como defende Freire (1995), a participação “é um exercício de voz, de não-silenciamento, de decisão, de direito de cidadania que se acha em relação direta, necessária, com a prática educativa-progressista” (FREIRE, 1995, p.73).

Todavia, de nada adiantaria a articulação desses elementos se não houvesse condições necessárias para a construção de espaços comunicativos. Nesse sentido, a apropriação técnica é outra questão central (no qual discorreremos com mais detalhes no tópico a seguir), assim como as dificuldades financeiras, que se transformam em dificuldades organizacionais como já foi dito anteriormente. Esse é, para Peruzzo (2009), um dos principais entraves no desenvolvimento do jornalismo alternativo, também percebido no Ocorre Diário e Fala Dirceu, a partir da baixa periodicidade e concentração de produções em um meio em detrimento de outro.

Agora, no que diz à **construção de espaços de re-existência digital**, no Capítulo 2 dialogamos com Neuman (2008), Pereira (2014) e Porto-Gonçalves (2010) para chegar a uma compreensão acerca da re-existência digital. Retomando as ideias, lembramos que, para Neuman (2008), o processo de colonização foi responsável por dividir o mundo entre “desenvolvidos” e “não desenvolvidos”, onde o uso das novas tecnologias ficava a cargo dos técnicos e detentores do poder. Assim, os povos subalternizados foram aos poucos sendo distanciados dessas tecnologias.

Diante disso, a apropriação social das tecnologias pelos grupos sociais subalternizados

e oprimidos, sobretudo em uma sociedade hiperconectada, se configura com uma necessidade urgente, tanto como ferramenta de sobrevivência como de disputa de poder e re-existência. Para resistir e re-existir em uma sociedade em rede é preciso saber o que significa estar em uma sociedade em rede, é preciso se apropriar socialmente das tecnologias e saber utilizá-la a seu favor.

Por isso, quando falamos em re-existência digital estamos falando de um espaço (que é digital e subjetivo, mas também real e geográfico) direcionado aos sujeitos e povos que, ao longo da história, tiveram sua existência negligenciada e apagada; tiveram suas culturas e crenças usurpadas; tiveram sua humanidade arrancada a força e transformada em um sonho utópico.

Iremos articular a identificação de sujeitos e povos a partir da sistematização de Quijano (2000), que elenca três elementos chave dos processos de exclusão e desigualdades: raça, gênero e trabalho (QUIJANO, 2000). São negros/as, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIA+, trabalhadores, periféricos, etc.

Re-existir em um contexto digital é a possibilidade de se apropriar socialmente das novas tecnologias a fim de construir comunidades digitais, conexões e conteúdos capazes de gerar visibilidade às demandas de grupos e sujeitos historicamente silenciados pelos processos de “desenvolvimento” e colonização, constitutivos da sociedade moderna.

As análises que fizemos no capítulo anterior nos fazem afirmar que ambas as iniciativas investigadas neste trabalho constroem espaços de re-existência digital. Fazem isso na medida em que centram sua atuação na web, a partir da apropriação e uso das novas tecnologias para gerar processos de visibilização dos povos subalternizados e oprimidos.

É possível observar isso nas temáticas abordadas (Gráficos 2 e 8), com a presença de conteúdos relacionados a direitos sociais, gênero, meio ambiente, questão racial e periferia; nas fontes ouvidas ou consultados (Gráficos 3 e 10), em sua maioria mulheres, negros/as, lideranças comunitárias e moradores das periferias da cidade, com a presença de ativistas LGBTQIA+, indígenas, sindicalistas, ambientalistas, etc; na autoria dos conteúdos (Gráfico 4 e 9), onde aparecem produções coletivas dos integrantes dos portais, de jovens periféricos, de movimentos sociais, ativistas negros/as e LGBTQIA+.

A análise do conteúdo produzido pelo Ocorre Diário e Fala Dirceu mostrou um caminho fértil de livre expressão dos movimentos sociais e populares, com uma forte dimensão da libertação e emancipação.

Assim, acreditamos que essas iniciativas materializam parte das contribuições dos estudos decoloniais para a comunicação. “Como perspectiva transformadora, a

descolonização da Comunicação representa um novo caminho utópico na luta contra a segregação epistêmica e cujo propósito é restabelecer uma comunicação que humanize” (VILLANUEVA, 2017, p.80).

Assim, Villanueva (2017) convoca o ressurgimento de uma comunicação para fins de emancipação e re-humanização. Na comunicação, o pensamento decolonial nos ajuda a traçar um caminho que, ao mesmo tempo, se desprenda das amarras teóricas e formatos pré-moldados, bem como possa diversificar as perspectivas, refazer, recriar, repensar os modos de fazer comunicação e jornalismo.

Esse re-fazer não deve ser vazio de propósito; em vez disso, precisa almejar um horizonte emancipatório. Aquilo que Villanueva (2017) chama de sentido último da decolonização comunicacional: a re-humanização, ou seja, resgatar na prática e no sentido mais amplo sua dimensão dialógica, democratizante e humanizadora, uma vez que sua realização concreta continua a se basear na imposição e nas assimetrias.

Frente a isso, acreditamos que o webjornalismo alternativo no Piauí, aqui representado pelo Ocorre Diário e Fala Dirceu, responde positivamente às inquietações motivadoras desta pesquisa, configurando-se como lugar de exercício direito humano à comunicação e de construção de espaços de re-existência digital.

Referências

ADAID, Felipe. **Sobre um conceito de Estado da Arte**. Jus.com, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/53331/sobre-um-conceito-de-estado-da-arte>. Acesso em: 25 de dez. de 2020.

AGUIAR, Lisiane Machado. **Por uma epistemologia transmetodológica no campo da comunicação**. Compós, 2011.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANDRADE, Samária Andrade. **Jornalismo em mutação: estudo sobre a produção de conteúdo na fase do capitalismo avançado**. Teresina: EDUFPI, 2015.

APÚBLICA, Agência. **O mapa do jornalismo independente**. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em: 12 de jan. de 2020.

BALESTRIN, Luciana. **Para transcender a colonialidade**. Entrevista para Luciano Gallas e Ricardo Machado. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Edição 431, 2013. Disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5258&secao=431. Acesso em: 02 de out. de 2019.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.11. Brasília, 2013b, p.89-117.

BARBOSA, Alexandre. **A imprensa alternativa como resistência à indústria jornalística resultante do processo de neocolonização**. Año 15, n.20, 1.ed. Semestre, 2010.

BARBOSA, Suzana. **Bases de dados e Webjornalismo: em busca de novos conceitos**, 2005. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-bases-de-dados-webjornalismo.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

_____. **Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais**. In: CANAVILHAS, João (Org.). **Notícias e mobilidade: jornalismo na era dos dispositivos móveis**. Covilhã: Livros Labcom, 2013.

_____. **Modelo JDBD e o ciberjornalismo de quarta geração**. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE PERIODISMO EN LA RED, 3. Madrid: Facultad de Periodismo da Universidad Complutense de Madrid, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, R. & PATRÍCIO, E. Elementos de identidade em iniciativas de jornalismo independente. In: **Extraprensa – Cultura e Comunicação na América-Latina**, 2020.

BARDOEL, Jo & DEUZE, Mark. **Network Journalism: converging competences of old and new media professionals.** 2001. Disponível em: <https://scholarworks.iu.edu/dspace/bitstream/handle/2022/3201/BardoelDeuze+NetworkJournalism+2001.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 de nov. de 2008.

BENTES, Ivana. **Estéticas Insurgentes e Mídia-Multidão.** Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.330-343, maio 2014. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 10 de Fev de 2020.

BECKER, Maria L. **Mídia alternativa: antiempresarial, anti-industrial, anticapitalista?** V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007.

BIELER, Andreas and MORTON, Adam David. **Theoretical and Methodological Challenges of neo-Gramscian Perspectives in International Political Economy.** International Gramsci Society Online Article January 2003. Disponível em: http://www.internationalgramscisociety.org/resources/online_articles/articles/bieler_morton.shtml. Acesso em: 03 de Ago de 2020.

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo.** São Paulo: Hucitec; Pólis, 2000.

BOLAÑO, César; HERSCOVICI, Alain; CASTAÑEDA, Marcos e VASCONCELOS, Daniel. **Economia Política da Internet.** Universidade Federal de Sergipe. Aracaju: Ed. UFS. v.I. 2ed. 2011.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Revista Brasileira de Educação. n.19. Jan/Fev/Mar/Abr 2002.

BRONOSKY, Marcelo; CARVALHO, Guilherme. **Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital.** Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo. v.4. n.1. Ponta Grossa, 2017, p.21 -39.

CAMBA, Salete V. **Direito à Comunicação.** Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2015.

CANAVILHAS, J.. **Notícias e Mobilidade: O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis.** Livros Labcom, 2013.

CANAVILHAS, J.. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença.** Livros LabCom Covilhã, 2014.

CASALI, Alípio. **Descolonização e Direitos Humanos na Educação.** v. 23. n. 53/1 (2014): Revista de Educação Pública – Edição Temática Semiedu. Maio/Ago.2014, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet - Reflexão sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Joge Zahar Editor Ltda, Rio de Janeiro, 2003.

CASTILHO, Natalia Martinuzzi. **Pensamento descolonial e teoria crítica dos direitos humanos na América Latina: um diálogo da partir da obra de Joaquín Herrera Flores**, 2013.

CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios 2018 revela que 40,8 milhões de usuários de Internet utilizam aplicativos de táxi ou transporte**. Disponível em: <https://cetic.br/noticia/tic-domicilios-2018-revela-que-40-8-milhoes-de-usuarios-de-internet-utilizam-aplicativos-de-taxi-ou-transporte/>. Acesso em: 20 de out de 2019.

CORTEZ, et al. **Jornalismo emergente nas periferias de Teresina - Um mapeamento das experiências teresinenses de jornalismo periférico na internet**. ULEPPIC, 2019.

DALBEN, Sílvia. **O uso de robôs no jornalismo brasileiro: três estudos de caso**. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. VI Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo. Universidade Anhembi-Morumbi, 2019.

DDHC. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, 1789. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf. Acesso em: 22 de out de 2019.

DRUETTA, Delia. **Internet, a aposta na diversidade**. In: FRAGOSO, Suely; e MALDONADO, Alberto Efendy (org). *A internet na América Latina*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2009.

ESCOBAR, P. **A silenciosa ditadura do algoritmo**. Outras Palavras, 2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/a-silenciosa-ditadura-do-algoritmo/>. Acesso em: 05 de out. de 2020.

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. In **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, n. 79, agosto, 2002.

FERNANDES, R.R., & DA SILVA, S.R. (2019). Inovação: elementos para um olhar decolonial. In: PérezAldeguer, S., & Akombo, D. (Eds.). **Research, technology and best practices in Education**. Eindhoven, NL: Adaya Press. p. 18-27.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; PAICHI-FILHO, Fernando. **Relações de comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia**. LÍBERO - Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. ISSN 2525-3166, a.XXI. n.41. jan/jun, 2018.

FONSECA, ADALTON DOS ANJOS; BARBOSA, SUZANA OLIVEIRA; LIMA, L. . **Uma proposta de framework teórico para análise da experiência no jornalismo imersivo**. In:

XXVIII Encontro Anual da Compós.v.1, Porto Alegre (RS): Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós, 2019.

FONSECA JR., Wilson Correa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCISCATO, Carlos. **A ATUALIDADE NO JORNALISMO: Bases para sua delimitação teórica**. Tese de Doutorado, UFBA - SALVADOR - BAHIA Agosto/2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

GÁNDARA CARBALLIDO, Manuel Eugenio. **Repensando los derechos humanos desde las luchas**. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 2, n. 24, p. 17-28, out. 2013.

GALLARDO, H. **Teoria crítica: matrizes e possibilidades de direitos humanos**. 1.ed. (P. Fernandes, Trad.). São Paulo, SP: Unesp, 2014.

GYNNILD, Astrid. **Journalism Innovation Leads to Innovation Journalism: The Impact of Computational Exploration on Changing Mindsets**. *Jornalismo* 15: 713 - 730. doi: 10.1177 / 1464884913486393., 2014

GODOY, Arlida Schimidt. **Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais**. *Revista de Administração de Empresas*. v. 35, n. 2. São Paulo: 1995, p.57-63.

GÓES, Laércio. **Relatório McBride - 30 anos: concentração midiática, mídia alternativa e Internet**, 2012.

GOMES, Raimunda A. L. **A Comunicação como um Direito Humano: Um conceito em construção**. Dissertação de Mestrado. PPG da UFPE. Recife, fev. 2007. 206f.

GUARESCHI, Pedrinho A. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia**. Petrópolis/RJ. Vozes, 2013.

GARNHAM, Nicholas; GAMBERINI, Marie-Christine. **La théorie de la société de l'information en tant qu'idéologie : une critique**. *Réseaux. Communication - Technologie - Société* Année: 2000. p. 53-91.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3. 4. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 2001, 2002.

GRINBERG, Máximo Simpson (org.). **Comunicação Alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUERRA, Isabel. **Modos de vida: Novos percursos e novos conceitos**. Sociologia - Problemas e Práticas. n.13, 1993. p. 59-74.

GUMUCIO-DAGRON, Alfonso. **Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo Signo y Pensamiento**. v. XXX, n. 58, enero-junio, 2011, p. 26-39

G1 PIAUÍ. **Sudeste perde participação na economia, mas concentrou 52,9% do PIB em 2017**. Disponível em: g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/14/sudeste-perde-participacao-da-economia-mas-concentrou-529percent-do-pib-em-2017. Acesso em: 28 de jan. de 2020.

HAILER, Marcelo. **A descolonização dos direitos humanos**. Revista Fórum, 2014.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A Reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

INTERVOZES. **A hegemonia da concentração sem limites**. 2017. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/concentracao/>. Acesso em: 18 de ago. de 2019.

INTERVOZES. **Direito à comunicação e internet: empoderamento digital como garantia deste direito no ambiente online**. Brasília (DF), 2018.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Editora Aleph, 2008.

JORGE FILHO. **Jornalismo alternativo ontem e hoje: histórico e esboço de uma definição**. SBPJOR 2018. Disponível em sbpjr.org.br/congresso/index.php/sbpjr/sbpjr2018/paper/viewFile/1383/876. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

KAPLÚN, Mário. **El comunicador popular**. Coleccion Intiyan, Ediciones CIESPAL, Quito, Equadro, 1985.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LACERDA, Rosane; FEITOSA, Saulo. **Bem Viver: Projeto U-tópico e De-colonial**. Intertérios Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco. v.1.n.1. Caruaru, 2015.

LE MOS, André; JOSGRILBERG, Fabio (Org.). **Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009, p.11-18.

LIMA, Venício. **Comunicação, poder e cidadania**. Rastros. Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação. a.VII. n.7, 2006.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire**. 2.ed.rev. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2015.

MAIA, Flávia; SILVA, Gislane. **Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico**. Rumores, 10.ed. a.5. jul-dez, 2011.

MACHADO, Elias. et al. **O Jornalismo digital no Diário.com.br: modelos de produção de conteúdos no Diário Catarinense Online**. Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), 2008.

MALDONADO, Efendy; PIRES, J.. **Epistemologias plurais: pensando as ciências da comunicação desde a América Latina**. v. 25. n. 3. Porto Alegre: 2018.

MALDONADO, Efendy. **Produtos midiáticos, estratégias, recepção. A perspectiva transmetodológica**. Revista do PPCA da UFF. Rio de Janeiro, 2002.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Oficio de cartógrafo: travesías latino-americanas de la comunicación en la cultura**. Santiago del Chile: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MELO, José; ASSIS, Francisco. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom – RBCC. v.39. n.1. São Paulo: jan./abr. 2016. p.39-56.

MELLO, et al. Jornalismo adaptado a novas telas: um estudo da linguagem jornalística nas novas interfaces móveis. In: CANAVILHAS, João; SATUF, Ivan. (Orgs.). **Jornalismo para Dispositivos móveis: produção, distribuição e consumo**. Covilhã: Livros Labcom, 2015, p. 84.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, Elias, PALACIOS, Marcos. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003.

MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na Web**. Trabalho apresentado no II Congresso da SOPCOM. Lisboa: 2001.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise - economia e política**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MARTTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. Edições Loyola, São Paulo, 2002.

MEEKER, Mary. **Internet Trend 2019**. Disponível em: <https://www.bondcap.com/report/itr19/1#view/title>. Acesso em: 22 de out. de 2019.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade - O lado mais escuro da modernidade**. v.32. n.94. Revista Brasileira De Ciências Sociais. 2017.

MOSCO, V. **Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral**. Comunicação e Sociedade I: Cadernos do Noroeste, Braga, v. 12, n.1/2, 97-120, 1999.

MOSCO, V. – La economía política de la comunicación: una tradición viva. IN: ALBORNOZ, L. (comp). **Poder, Medios, Cultura: una mirada crítica desde la economía política de la comunicación**. Buenos Aires, Paidós, 2011.

MOURA, Marcelo. **5 tendências da tecnologia em 2020**. Época Negócios. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2020/01/5-tendencias-da-tecnologia-em-2020.html>. Acesso em: 2 de jan. de 2020.

NEWMAN, Nic. **Periodismo, medios y tecnología: tendencias y predicciones para 2020**. 2020. Disponível em: www.digitalnewsreport.org/publications/2020/periodismo-medios-y-tecnologia-tendencias-y-predicciones-para-2020/. Acesso em: 28 de fev. de 2019.

NEÜMAN, María Isabel. **Construcción de la Categoría "Apropiación Social"**. Quórum Académico, v. 5, n. 2, p. 3, 2008.

OLIVEIRA, Vivian. **Jornalismo em dispositivos móveis: uma concepção estratégica de conteúdos noticiosos para tablets e smartphones**. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta**. ISBPJor. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo, 2009.

O'NEIL, Cathy. **Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy**. New York: Crown, 2016. 272p.

PALACIOS, et al. **Um mapeamento de características e tendências no jornalismo online brasileiro e português**. Trabalho apresentado no XXV Intercom. Salvador, 2002.

PALACIOS, Marcos. Jornalismo móvel e inovações induzidas por affordances em narrativas para aplicativos em tablets e smartphones. In: CANAVILHAS, João; SATUF, Ivan. (Orgs.). **Jornalismo para Dispositivos móveis: produção, distribuição e consumo**. Covilhã: Livros Labcom, 2015, p. 14.

PALACIOS, M., BARBOSA, S., SILVA, F. F. da, CUNHA, R. da (2015). Jornalismo móvel e inovações induzidas por affordances em narrativas para aplicativos em tablets e smartphones. In: J. Canavilhas, I. Satuf (Org.). **Jornalismo para dispositivos móveis: produção, distribuição e consumo**. Covilhã: Livros LabCom

PALACIOS, Marcos et al. **Um mapeamento de características e tendências no jornalismo online brasileiro e português**. Intercom, 2002.

PAVLIK, John. **Journalism and new media**. New York: Columbia University Press, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W.. De saberes e de territórios: diversidades e emancipação a partir da experiência latinoamericana. In: **GEOgraphia**, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, ano VIII, nº 16, p. 41-55, 2006.

PEREIRA, Augusto. **Resistência Descolonial: Estratégias e táticas territoriais**. Revista Terra Livre, v. 2, n. 43, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. De saberes e de territórios: diversidades e emancipação a partir da experiência latinoamericana. In: **GEOgraphia**, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, a.VIII. n.16. 2006.

PERUZZO, C. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”**. Matrizes. a.7 . n. 2 jul./dez. São Paulo, 2013.

PERUZZO, Cicilia. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. Galáxia, n. 17, jun. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2009.

PINHO, J.B. **Jornalismo na Internet - Planejamento e produção da informação on-line**. Summus Editorial, São Paulo, 2003.

PNAD. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal em 2017**. ISBN 978-85-240-4481-6. IBGE, 2018.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Journal of World-System Research. 2000.

REGES, T. L. **Características e gerações do Webjornalismo: análise dos aspectos tecnológicos, editoriais e funcionais**. (Monografia) Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB, 2010.

REIS, Marcela M.F. **Chapada do Corisco e Gramma: por um jornalismo diferente durante a ditadura militar no Piauí**. 2012.

REYES-MATTA, F. **Alteremos lo injusto. El compromiso de la comunicación alternativa**. Nueva Sociedad, n. 64, 1983.

REYES-MATTA, F. La comunicación transnacional y la respuesta alternativa. En: M. Simpson (Ed.). **Comunicación Alternativa y Cambio social**. Tomo I, América Latina, 1989. 2.ed., México: Premia Editora. (apud. Lemus-Poll, M.C. La comunicación alternativa en la era digital. Procesos, prácticas y actores en el contexto de los jóvenes mexicanos. Universidad Nacional Autónoma de México. Ciudad de México, diciembre de 2017)

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. New York: The Free Press, 1983.

ROST A. In BIANCHI, M. Y SANDOVAL, L. (Editores). **Habitar la red : comunicación, cultura y educación en entornos tecnológicos enriquecidos**. 1.ed. - Comodoro Rivadavia: Universitaria de la Patagonia – EDUPA, 2014.

SANTI, Vilso Junior Chierentin. **O processo de apuração no Webjornalismo de quarta geração**. ECO-Pós, v.12, n.3, set/dez, 2009.

SETO, K. **Internet e Democracia: redes centralizadas e espontâneas nos protestos do 15M**. (graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 62.p. 2015.

SETO, K.. **A Economia Política das Mídias Algorítmicas**. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, 2019.

SILVEIRA, S. A. **Tudo sobre tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

SILVA, J. de S.. **Agroecologia e a ética da inovação na agricultura**. REDES. Universidade de Santa Cruz do Sul. v. 22. n. 2. Santa Cruz: 2017.

SILVA, José de Souza. **Hacia el ‘Día Después del Desarrollo’ Descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles**. Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica – ALER, 2011. Disponível em: http://www.iepala.es/IMG/pdf/ALER_Hacia_el_Dia_Después_del_Developmento_-_Jose_de_Souza_Silva.pdf. Acesso em: 23 de Mar de 2020.

SILVA JR., José Afonso. **A relação das interfaces enquanto mediadoras de conteúdo do jornalismo contemporâneo: agências de notícias como estudo de caso**. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da Compós. Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, J. de S. **Agroecologia e a ética da inovação na agricultura**. REDES (Universidade de Santa Cruz do Sul), v. 22, n. 2, p. 352-373. 2017.

SILVA, Keyde Taisa da; BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Uma abordagem decolonial da história e da cultura indígena: entre silenciamentos e protagonismos**. Crítica Cultural – Critic, Palhoça, SC, v. 13, n. 2, jul./dez. 2018.

SCOTT, James C. **Los dominados e el arte de la resistència: discursos ocultos**. Jorge Aguillar Mora (trad.). México, 2004.

STEINBOCK, Dan. **The mobile revolution: the making of mobile services worldwide**. Londres: Kogan Page, 2005.

TEIXEIRA, Juliana Fernandes. **Jornalismo audiovisual com e para dispositivos móveis: um estudo das aplicações dos smartphones nos processos e produtos jornalísticos das emissoras de televisão do Piauí**. Trabalho de encerramento do Programa Nacional de Pós-Doutorado em Comunicação da UFPI – Piauí, 2018.

TOURINHO, Carlos Alberto Moreira. **Telejornalismo: Em busca de um novo paradigma.** In: **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia.** v. 7. n.1. 2010

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005.

VANNUCHI, Camilo. **O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil.** Galaxia (São Paulo, online). n. 38, mai-ago., 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554232145>. Acesso em: 20 de Ago de 2020.

VILLANUEVA, Erick Torrico. **La rehumanización, sentido último de la decolonización comunicacional.** Revista Aportes, n.23, p. 31-38, dez., 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Societal development, or development of the World-System?”, 2000. In WALLERSTEIN, I. **The Essential Wallerstein.** Artigo publicado originalmente in International Sociology, I, Mar., 1986.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y educación intercultural** En: J. Viaña; L. Tapia y C. Walsh, **Construyendo interculturalidad crítica.** 75-96. La Paz: Instituto Internacional de Integración-Convenio Andrés Bello (III-CAB), 2010.

YIN. Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: www.saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf> Acesso em: 20 de jun. de 2019

APENDICES

Apêndice 1

CATALOGAÇÃO - OCORRE DIÁRIO (FEVEREIRO DE 2020)

Data: 04/02/2020

Título: Estudantes convocam ato contra o aumento da tarifa em Teresina

Tema: Cidade, cotidiano

Visualizações: 152

Autor: Release Movimento Estudantil

Link: <https://ocorrediarario.com/estudantes-convocam-ato-contr-o-aumento-da-tarifa-em-teresina/>

Data: 06/02/2020

Título: A política na era do algoritmo

Tema: Cidade, geral

Visualizações: 131

Autor: Natanael Alencar - Cientista social

Link: <https://ocorrediarario.com/a-politica-na-era-do-algoritmo/>

Data: 07/02/2020

Título: Na surdina, deputados do Piauí aprovam Lei do Saneamento sem debate com a sociedade

Tema: Cidade, meio ambiente

Visualizações: 143

Autor: Tânia Martins - Ambientalista

Link: <https://ocorrediarario.com/na-surdina-deputados-do-piaui-aprovam-lei-do-saneamento-sem-debate-com-a-sociedade/>

Data: 11/02/2020

Título: Centro de Defesa Ferreira de Sousa entra na Rede de Assessoria Técnica Popular do

Nordeste

Tema: Cidade, esperanças

Visualizações: 175

Autor: Redação Ocorre

Link: <https://ocorrediariorio.com/centro-de-defesa-ferreira-de-sousa-entra-na-rede-de-assessoria-tecnica-popular-do-nordeste/>

Data: 13/02/2020

Título: “Elas nas telas” dá um salve às mulheres artistas das quebradas teresinenses

Tema: Cidade, arte e cultura

Visualizações: 475

Autor: Vicente de Paula - Jornalista e Ativista LGBTQIA+

Link: <https://ocorrediariorio.com/elas-nas-telas/>

Data: 13/02/2020

Título: Bloco das Xaninhas treme o Carnaval do Piranhão nesta sexta-feira (14)

Tema: Cidade, diversidade

Visualizações: 281

Autor: Release Movimento Cultural

Link: <https://ocorrediariorio.com/bloco-xaninhas/>

Data: 25/02/2020

Título: Fetiche de branco: Em ato racista Rede Clube exhibe blackface no carnaval

Tema: Cidade, direitos humanos

Visualizações: 404

Autor: Redação Ocorre Diário + Aliã Warimi Guajajara

Link: <https://ocorrediariorio.com/fetiche-de-branco-em-ato-racista-rede-clube-exibe-blackface-no-carnaval/>

Apêndice 2

CATALOGAÇÃO - PORTAL OCORRE DIÁRIO (MARÇO DE 2020)

Data: 03/03/2020

Título: Integração pra quem? Mudança nas linhas limita acesso ao transporte e gera protesto na Zona Norte

Visualizações: 114

Autor: Redação Ocorre

Link: <https://ocorrediarario.com/integracao-pra-quem-mudanca-nas-linhas-onibus-limita-acesso-ao-transporte-publico-na-zona-norte/>

Data: 04/03/2020

Título: Carroceiros protestam contra lei que aplica altas taxas em Teresina

Visualizações: 86

Autor: Redação Ocorre

Link: <https://ocorrediarario.com/carroceiros-protestam-contralei-que-aplica-altas-taxas-em-teresina/>

Data: 05/03/2020

Título: CASO SALVE RAINHA | Condenado a 14 anos de prisão por três crimes, Moacir Júnior permanece em liberdade

Visualizações: 104

Autor: Redação Ocorre

Link: <https://ocorrediarario.com/caso-salve-rainha-condenado-a-14-anos-de-prisao-por-tres-crimes-moacir-junior-permanece-em-liberdade/>

Data: 05/03/2020

Título: Após rompimento de barreiras contenção, moradores de São Gonçalo (PI) protestam contra Enel e Semar

Visualizações: 142

Autor: Tânia Martins - Ambientalista

Link: <https://ocorrediariorio.com/apos-rompimento-de-barreiras-contencao-moradores-de-sao-goncalo-pi-protestam-contr-a-enel-e-semar/>

Data: 10/03/2020

Título: Sobre o caso Suzy: das cartas à guilhotina

Visualizações: 228

Autor: Lourival Carvalho - Ativista LGBTQIA+ e Mestre em Direitos Humanos

Link: <https://ocorrediariorio.com/sobre-o-caso-suzy-das-cartas-a-guilhotina/>

Data: 14/03/2020

Título: Lagoas do Norte: após denúncias, Banco mundial realiza Painel de inspeção nas comunidades

Visualizações: 346

Autor: Sarah Fontenelle, jornalista popular e pesquisadora em comunicação.

Link: <https://ocorrediariorio.com/lagoas-do-norte-apos-denuncias-banco-mundial-realiza-painel-de-inspecao-nas-comunidades/>

Data: 16/03/2020

Título: Eu, moradora de Teresina, sou impactada com o Programa Lagoas do Norte

Visualizações: 336

Autor: Sarah Fontenelle, jornalista popular e pesquisadora em comunicação.

Link: <https://ocorrediariorio.com/eu-moradora-de-teresina-sou-impactada-com-o-programa-lagoas-do-norte/>

Data: 18/03/2020

Título: Para sobreviver ao Coronavírus no Brasil

Visualizações: 195

Autor: Victor Barbosa – Doutor em Ciências pela Fiocruz

Link: <https://ocorrediariorio.com/para-sobreviver-ao-coronavirus-no-brasil/>

Data: 19/03/2020

Título: As periferias têm o direito de se proteger do Coronavírus

Visualizações: 218

Autor: Redação Ocorre + Coletivo Caranguejo Tabaiães

Link: <https://ocorrediariorio.com/as-periferias-tem-o-direito-de-se-proteger-do-coronavirus/>

Data: 19/03/2020

Título: Mapeando memórias e território – Fotorreportagem Lagoas do Norte Pra Quem?

Visualizações: 367

Autor: Redação Ocorre + Comunidade Boa Esperança

Link: <https://ocorrediariorio.com/mapeando-memorias-e-territorio-fotorreportagem-lagoas-do-norte-pra-quem/>

Data: 22/03/2020

Título: Coronavírus e ideias para frear o nosso fim: ações para os “sem-salário”

Visualizações: 87

Autor: Vinícius Oliveira - contra o nosso FIM! Coletivo TUDO para TODOS!

Link: <https://ocorrediariorio.com/corona-virus-e-ideias-para-frear-o-nosso-fim-aco-es-para-os-sem-salario/>

Data: 24/03/2020

Título: Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação da UFPI lança o site “Nujoc Solidariedade”

Visualizações: 54

Autor: Release NUJOC

Link: <https://ocorrediariorio.com/nucleo-de-pesquisa-em-jornalismo-e-comunicacao-da-ufpi-lanca-o-site-nujoc-solidariedade/>

Data: 25/03/2020

Título: Libera a merenda: entidade exige mantimentos da merenda escolar para suprir famílias em quarentena

Visualizações: 179

Autor: Redação Ocorre

Link: <https://ocorrediarario.com/libera-a-merenda-entidade-exige-mantimentos-da-merenda-escolar-para-suprir-familias-em-quarentena/>

Data: 26/03/2020

Título: Comunicação, Direito e Esperança Garcia: a tríade da primeira advogada do Brasil

Visualizações: 170

Autor: Carmen Kemoly - Ativista negra e Mestra em comunicação

Link: <https://ocorrediarario.com/comunicacao-direito-e-esperanca-garcia-a-triade-da-primeira-advogada-do-brasil/>

Data: 28/03/2020

Título: Sobre as cheias e uma pandemia

Visualizações: 55

Autor: Kassio Costa, acadêmico de Medicina - Grupo de Estudos em Saúde Pública da UFPI.

Link: <https://ocorrediarario.com/sobre-as-cheias-e-uma-pandemia/>

Data: 28/03/2020

Título: Grupo LGBTQ+ de Parnaíba lança nota em repúdio à reabertura do comércio na cidade

Visualizações: 56

Autor: Redação Ocorre + Grupo Unificado de Apoio a Diversidade Sexual

Link: <https://ocorrediarario.com/grupo-lgbtq-de-parnaiba-lanca-nota-em-repudio-a-reabertura-do-comercio-na-cidade/>

Data: 29/03/2020

Título: Quem pula esgoto no sistema capitalista?

Visualizações: 64

Autor: Wilton Lopes - Educador e Comunicador Popular

Link: <https://ocorrediariorio.com/quem-pula-esgoto-no-sistema-capitalista/>

Data: 31/03/2020

Título: A democratização da internet como ferramenta de acesso a direitos em meio à Pandemia

Visualizações: 89

Autor: Luan Matheus - Jornalista, mestrando em comunicação.

Link: <https://ocorrediariorio.com/4494-2/>

Apêndice 3

DIA	CATALOGAÇÃO - PERFIL DO INSTAGRAM DO OCORRE DIÁRIO
04/02	Foto/Banner - Ato contra o aumento da passagem Like: 91 Comentários: 0
12/02	Não houve postagem nesse dia
20/02	Não houve postagem nesse dia
28/02	Não houve postagem nesse dia
02/03	Não houve postagem nesse dia
10/03	Foto: Por Lourival Carvalho - Análise do Caso Suzy (Travesti presa) Like: 77 / Comentários: 0
18/03	Foto/Banner - Eu sou impactada pelo Lagoas do Norte, e você?

	<p>Like: 77 / Comentários: 0</p> <p>Foto/Banner - Para Sobreviver ao coronavírus no Brasil</p> <p>Like: 93 / Comentários: 0</p>
26/03	<p>Foto/Banner - Libera a Merenda</p> <p>Like: 86 / Comentários: 0</p> <p>Foto/Banner - Ocorre da Quarentena: e comunidades indígenas</p> <p>Like: 82 / Comentários: 0</p> <p>Foto/Banner - Comunicação, direito e Esperança Garcia</p> <p>Like: 84 Comentários: 5</p>
03/04	<p>Foto/Banner - Homem executado pela Guarda Municipal</p> <p>Like: 107 / Comentários: 6</p> <p>Foto/Banner - Ocorre da Quarentena: o papel da educação</p> <p>Like: 42 / Comentários: 5</p> <p>Foto/Banner - Mãe de Homem executado manda depoimento</p> <p>Like: 74 / Comentários: 0</p>
06/04	<p>Vídeo - Ajude o Preto Fúria</p> <p>Visualizações: 623 / Like: 115 / Comentários: 7</p>

Apêndice 4

CATALOGAÇÃO - PORTAL DO FALA DIRCEU (FEVEREIRO DE 2020)

Data: 02/02/2020

Título: GUILHERME MOHAMMED : O GAROTO FALA DIRCEU E SEU SONHO

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link: <https://faladirceu.com/2020/02/02/guilherme-mohammed-o-garoto-fala-dirceu-e-seu-sonho/>

Data: 04/02/2020

Título: ITAÚ LIBERA FILMES PREMIADOS COMPLETOS E GRATUITOS, VAMOS QUEBRADA CULTURALIZAR !

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link: <https://faladirceu.com/2020/02/04/itau-libera-filmes-premiados-completos-e-gratuitos-vamos-quebrada-culturalizar/>

Data: 05/02/2020

Título: BATALHA DA CULTURAL ACONTECE MESMO SEM ENERGIA , Veja o que a Equatorial disse.

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link: <https://faladirceu.com/2020/02/05/batalha-da-cultural-acontece-mesmo-sem-energia-veja-o-que-a-equatorial-disse/>

Data: 10/02/2020

Título: O QUE É FEMINISMO ?

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link: <https://faladirceu.com/2020/02/10/o-que-e-feminismo/>

Data: 11/02/2020

Título: O novo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Rubens Barbosa Lima, localizado no bairro Renascença, foi inaugurado

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link: <https://faladirceu.com/2020/02/11/958/>

Data: 11/02/2020 TORIAL PROMOVE PÂNICO NA REGIÃO SUDESTE

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link: <https://faladirceu.com/2020/02/11/equatorial-promove-panico-na-regiao-sudeste/>

Apêndice 5

CATALOGAÇÃO - FALA DIRCEU (MARÇO DE 2020)

Data: 07/03/2020

Título: MARIA BONITA – DIA 8 DE MARÇO \ DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link: <https://faladirceu.com/2020/03/07/maria-bonita-dia-8-de-marco-dia-internacional-das-mulheres/>

Data: 07/03/2020

Título: OLGA BENÁRIO – DIA 8 DE MARÇO \ DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link: <https://faladirceu.com/2020/03/07/olga-benario-dia-8-de-marco-dia-internacional-das-mulheres/>

Data: 21/03/2020

Título: MPPI RECOMENDA ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO DE RUA DURANTE

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Visualizações:

Autor: Fala Dirceu

Link: <https://faladirceu.com/2020/03/21/mppi-recomenda-assistencia-a-populacao-de-rua-durante-pandemia-do-coronavirus/>

Data: 21/03/2020

Título: ISOLAMENTO NÃO É FESTA GRANDE DIRCEU

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link: <https://faladirceu.com/2020/03/21/isolamento-nao-e-festa-grande-dirceu/>

Data: 21/03/2020

Título: VOCÊ SABE A IMPORTÂNCIA DO PERDÃO?

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link: <https://faladirceu.com/2020/03/21/voce-sabe-a-importancia-do-perdao/>

Data: 21/03/2020

Título: EQUIPE FALA DIRCEU PARTICIPA DE ENCONTRO NA UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link: <https://faladirceu.com/2020/03/21/equipe-fala-dirceu-participa-de-encontro-na-ufpi-universidade-federal-do-piaui/>

Data: 23/03/2020

Título: CONHEÇA SEIS APLICATIVOS GRATUITOS QUE AJUDAM NOS ESTUDOS

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link:

faladirceu.com/2020/03/23/conheca-seis-aplicativos-gratuitos-que-ajudam-nos-estudos/

Data: 23/03/2020

Título: W. DIAS TRATA SOBRE A REDUÇÃO DE VOOS NO AEROPORTO E MAIOR CONTROLE NAS FRONTEIRAS

Visualizações:

Autor: Redação Fala Dirceu

Link:

<https://faladirceu.com/2020/03/23/w-dias-trata-sobre-a-reducao-de-voos-no-aeroporto-e-maior-controle-nas-fronteiras/>

Apêndice 6

Dia	Postagens
04/02	Vídeo Intercept (Precarização Menstruação) Like: 8 / Comentários: 0
Total: 7	Foto - Itaú Libera Documentários Like: 9 / Comentários 0
	48h sem água e sem resposta Like: 58 / Comentários: 4
	Batalha da Cultural Like: 50 / Comentários: 5
	Vídeo da Batalha da Cultural Like: 20 / Comentários: 0

	<p>Feira do Bazar Like: 15 / Comkmentários: 0</p> <p>Vídeo Violência Policial em São Paulo Like: 100 / Comentário: 8</p>
<p>12/02</p> <p>Total: 2</p>	<p>Foto Equipe Fala Dirceu Like: 77 / Comentários: 0</p> <p>Foto Equipe Fala Dirceu no Museu do Piauí Like: 33 / Comkentários: 1</p>
<p>20/02</p> <p>Total: 6</p>	<p>Vídeo - Música de Rapper da Zona Sudeste Like: 34 / Comentários: 2</p> <p>Vídeo - Lixo próximo às Hortas Comunitárias Like: 59 / Comentários: 1</p> <p>Foto - Repost Mídia Ninja (Benedita da Silva) Like: 34 / Comentários: 0</p> <p>Foto - Feedback da população Like: 48 / Comentários: 0</p> <p>Vídeo - Campanha de pagamento do IPTU Like: 15 / Comentários: 0</p> <p>Vídeo - Poesia Juventude do Dirceu é Livre e Luta Like: 72 / Comentários: 7</p>

<p>28/02</p> <p>Total: 1</p>	<p>Foto - Precisa de ajuda com a Equatorial?</p> <p>Like: 74 / Comentários: 4</p>
<p>02/03</p> <p>Total: 13</p>	<p>Foto - Batalha Hip Hop</p> <p>Like: 74 / Comentários: 0</p> <p>Vídeo - Dicas de Visual Marketing</p> <p>Like: 17 / Comentários: 1</p> <p>Foto - Adoção de Animais</p> <p>Like: 12 / Comentários: 0</p> <p>Foto - Quando o grande Dirceu foi criado?</p> <p>Like: 31 / Comentários: 0</p> <p>Foto enquete - Como não procrastinar?</p> <p>Like: 9 / Comentários: 0</p> <p>Foto - saiba quando o bairro recebeu a denominação de Itararé</p> <p>Like: 17 / comentários: 2</p> <p>Foto - apresentação de membro da equipe</p> <p>Like: 41 / comentários: 1</p> <p>Foto - apresentação de membro da equipe</p> <p>Like: 19 / comentários: 1</p> <p>Foto - Bairro Dirceu distante do centro</p> <p>Like: 91 / Comentários: 1</p>

	<p>Foto - apresentação de membro da equipe Like: 40 / comentários: 2</p> <p>Vídeo - Victoria Cruz na batalha da cultural Like: 35 / Comentários; 0</p> <p>Vídeo - Grupo Junino Like: 13 / Comentários: 0</p> <p>Foto - Reclamação Equatorial Lile: 34 / Comentários:0</p>
<p>10/03</p> <p>Total: 3</p>	<p>Foto - Prefeitura entrega Hospital do Dirceu II Like: 56 / Comentários: 1</p> <p>Vídeo - Mostrando Hospital por dentro Like: 78 / Comentários: 4</p> <p>Vídeo - Invasão de casa do Dirceu Like: 26 / Comentários: 4</p>
<p>18/03</p>	<p>Foto - Acidente AlmaViva (empresa do Bairro) Like: 241 / Comentários: 30</p> <p>Foto - Homenagem a criança do bairro (falecida) Like: 93 / Comentários: 4</p> <p>Foto - Solidariedade pandemia (imagem de curitiba) Like: 376 / Comentários: 10</p>

26/03	<p>Vídeo - Perguntamos para nossos moradores o que eles estão fazendo na quarentena. Like: 17 / Comentários: 0</p> <p>Vídeo - Perguntamos para nossos moradores o que eles estão fazendo na quarentena. Like: 16 / Comentários: 0</p> <p>Foto - Live com Fabíola Lemos Like: 22 / Comentários: 7</p> <p>Vídeo - Veja o que nossa amiga periférica @bi_xarte Like: 100 / Comentários: 23</p> <p>Foto - Live com Rafael Dias Like: 8 / Comentários: 0</p> <p>Foto - Agenda de lives Like: 17 / Comentários: 5</p> <p>Vídeo - Rafael fala após live do #FalaDirceu Like: 38 / Comentários: 1</p>
03/04	<p>Vídeo - O único circo que sobreviveu no Dirceu #CircuitoCircense Like: 80 / Comentários: 4</p> <p>Foto - Obrigado! Fala Dirceu tem se construído como espaço de comunicação comunitária Like: 8 / Comentários: 0</p>

Foto - Acesse nosso Twitter

Like: 6 / Comentários: 0

Foto - Coronavírus - Auxílio emergencial

Like: 9 / Comentários: 0

Foto - Obrigado! Fala Dirceu tem se construído como espaço de comunicação comunitária

Like: 7 / Comentários: 0

Foto - 10 filmes para assistir na Netflix

Like: 6 / Comentários: 0

Foto - Fique calmo, isso vai passar

Like: 10 / Comentários: 2

Foto - Coronavírus: esgoto pode ser via de contágio (Fonte BBC)

Like: 33 / Comentários: 0

Foto - Semec Teresina - kits de alimentação

Like: 18 / Comentários: 0

Vídeo - Campanha de arrecadação de alimentos

Like: 7 / Comentários: 0

Foto - Qual a diferença entre pandemia e epidemia?

Like: 2 / Comentários: 0

Foto: Veja o que o Governo do Piauí está fazendo para evitar o Coronavírus

Like: 28 / Comentários: 0

Foto - Razões para ficar em casa

	<p>Like: 14 / Comentários: 3</p> <p>Vídeo - Máscara de proteção caseira</p> <p>Like: 42 / Comentários: 2</p>
06/04	<p>Foto - Fake news em tempos de coronavírus</p> <p>Like: 17 / Comentários: 2</p> <p>Foto: Quem conhece sabe</p> <p>Like: 42 / Comentários: 10</p> <p>Vídeo - conheça o novo trampo do nosso amigo @kadoshimc_oficial</p> <p>Like: 13 / Comentários: 2</p>